



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA - PPGEH
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA**

JOSÉ HUMBERTO GOMES BARBOSA

**A GUERRILHA DO ARAGUAIA: Memória, esquecimento e Ensino de
História na região do conflito.**

ARAGUAÍNA-TO
2016

JOSE HUMBERTO GOMES BARBOSA

A GUERRILHA DO ARAGUAIA: Memória, esquecimento e Ensino de História na região do conflito.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PPGEHIST – Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT, Câmpus de Araguaína, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Euclides Antunes de Medeiros

ARAGUAÍNA-TO
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B238g Barbosa, José Humberto Gomes .

 A guerrilha do Araguaia: memória, esquecimento e ensino de história na região do conflito. / José Humberto Gomes Barbosa. – Araguaína, TO, 2016.

 158 f.

 Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Ensino de História, 2016.

 Orientador: Euclides Antunes de Medeiros

 1. Guerrilha do Araguaia. 2. Ensino de História. 3. Ditadura Civil-Militar. 4. Memória e Esquecimento. I. Título

CDD 980

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JOSÉ HUMBERTO GOMES BARBOSA

**A GUERRILHA DO ARAGUAIA: Memória, esquecimento e Ensino
de História na região do conflito.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – PPGEHIST – Mestrado Profissional em Ensino de História – Profhistória da Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT, Câmpus de Araguaína, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Euclides Antunes de Medeiros

Aprovada em: 01 / 09 / 2016

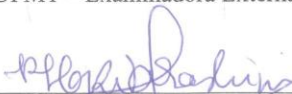
BANCA EXAMINADORA



Prof^o Dr. Euclides Antunes de Medeiros
UFT – Campus Araguaína – Orientador



Prof^a Dra. Thaís Leão Vieira
UFMT – Examinadora Externa



Prof^a Dra. Rosária Helena Ruiz Nakashima
UFT – Campus Araguaína – Examinadora Interna

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho aos mortos e aos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia e aos seus familiares.

Ao nosso companheiro de mestrado Mik-élson Desidério, *in memorian*.

Ao professor e historiador de Araguatins Manoel Barbosa Soares, *in memorian*.

Agradecimentos

Toda produção acadêmica é construída no coletivo. Este trabalho não podia ser diferente. Por isso, agradecemos aos que participaram direta e indiretamente de sua construção e que acreditaram em sua realização.

Aos professores e colaboradores do programa, entre eles: Vasni de Almeida, Braz Batista Vaz, Dagmar Manieri, Marcos Edilson Clemente, Vera Lúcia Caixeta, Mariseti Soares Lunckes, Dernival Venâncio Ramos, Ana Elisete Motter, Martha Victor Vieira, Cleube Alves da Silva, Rosária Helena Nakashima e, em especial, ao Professor orientador Euclides Antunes de Medeiros, pela sua disposição e lucidez com as quais conduziu nossa pesquisa.

Aos colegas de curso, pelo intercâmbio de material e de ideias e também pelo fato de termos trilhados juntos um período importante de nossas vidas.

À coordenação e à secretaria do PPGEHIST, que tanto nos ajudaram com repasses de informações e orientações.

À Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins – Seduc, pela licença, que me permitiu dedicação exclusiva ao mestrado, bem como à sua diretoria de formação.

À Capes, pelo apoio financeiro, de suma importância para nós, mestrandos.

Em Araguatins agradecemos aos companheiros(as) diretores, coordenadores, professores, pessoal das secretarias das escolas, bibliotecárias, entre outros colaboradores. Do Centro de Ensino Médio Antonina Milhomem, aos professores entrevistados (Elsa Cilane e Cristiano Gomes da Silva), além de Rogério, Silvaney, Acácio, Ronaldo Maia, Cícero, Eliezer e Suely. No Colégio Estadual Osvaldo Franco, à professora entrevistada (Francy Leyla Salazar da Silva), Lidiane, Adercy, Cícero, Dulce, Eliabe e Vânia.

Em Xambioá, além dos entrevistados (Manoel Messias de Sousa, Marineide Barbosa da Silva e Carlos Alberto Barros), agradecemos ao acadêmico de História da UFT Brendon Rimualdo, nosso guia junto aos professores e às escolas locais. Também agradecemos ao Senhor Natalino ou Natal, como é mais conhecido (dono da pousada), e à sua esposa, pela receptividade e atenção durante o período de estadia, inclusive com conversas informais sobre o tema, já que os mesmos são regionais.

Em São Geraldo do Araguaia, além dos professores entrevistados (Maria Jucirene Freitas Rodrigues, Corina Monteiro dos Santos e Sílvio Charles Marinho), agradecemos às coordenadoras Leildes e Marcilene, da Escola Estadual de Ensino Médio Macário Dantas. Também agradecemos à diretora Libana Cruz Silva, da Escola Estadual Lenilson Luís

Miranda, pela sua recepção e colaboração. Outra pessoa a quem agradecemos é o Sr. Eduardo, proprietário do Museu da Guerrilha do Araguaia, pela conversa informal e sua permissão para fazermos as imagens desse local.

É fato não existir comunidade histórica alguma que não tenha nascido de uma relação, a qual se pode chamar de original, com a guerra. O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez. Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros. A celebração, de um lado, corresponde à execração, do outro. É assim que se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas reais e simbólicas.

Paul Ricoeur (2010).

Resumo

A Guerrilha do Araguaia é considerada uma das páginas mais sombrias e difusas da ditadura civil-militar (1964-1985). O movimento ocorreu no sul dos Estados do Pará e do Maranhão e no norte de Goiás (atual Estado do Tocantins). O conflito armado, que se desenvolveu dos anos de 1972 a 1974, constitui-se em um tema ainda pouco pesquisado. Embora bastante comentado, a maioria dos trabalhos que o focalizam foi feita por jornalistas. Nossa pesquisa se propõe a perceber como, depois de mais de quatro décadas, as memórias desse episódio estão sendo trabalhadas em sala de aula no perímetro do conflito e se esse tema tem sido abordado nos livros didáticos de história adotados pelas escolas pesquisadas. Dessa forma, problematizamos as diversas memórias históricas ou sociais já consolidadas, em que pese a escassa bibliografia pertinente. Nesse sentido, discutimos as narrativas de professores das redes estadual e municipal de ensino, além de apresentarmos um capítulo propositivo.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia, Ensino de História, Ditadura Civil-Militar.

Resumen

La guerrilla de Araguaia es considerada una de las páginas más negras y difusa dictadura cívico-militar (1964-1985). El movimiento se produjo en los estados del sur de Pará y Maranhão y en Goiás norte (estado actual de Tocantins). El conflicto armado se ha desarrollado entre los años 1972 y 1974, siendo un tema aún no investigado, aunque bastante comentado, y la mayoría de la investigación fue realizada por los periodistas. Nuestra investigación tiene como objetivo entender cómo después de más de cuatro décadas, el recuerdo de ese episodio se está trabajando en el aula en el perímetro del conflicto y cómo este tema se ha tratado en los libros de texto de historia. Por lo tanto, cuestionamos las diferentes memorias históricas y sociales ya establecidos una bibliografía poco escaso, pero carece de la investigación y el debate o las cuestiones que pueden contribuir a una mejor reflexión sobre el tema.

Palabras clave: La Guerrilla de Araguaia, Historia de la Educación, la Dictadura Cívico-Militar.

Lista de siglas e abreviaturas

ACISO – Ação Cívico Social

AI – Ato Institucional

ALN – Ação Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

APML – Ação Popular Marxista-Leninista

ATG – Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CIE/ CIEEX – Centro de Informações do Exército

CISA – Centro de Informações de Segurança Aeronáutica

CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

CSN – Conselho de Segurança Nacional

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FOGUERA – Forças Guerrilheiras do Araguaia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC – Ministério da Educação

MOLIPO – Movimento de Libertação Popular

MPF – Ministério Público Federal

MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCCh – Partido Comunista Chinês

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIN – Plano de Integração Nacional

ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

SNI – Serviço Nacional de Informação

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFT – Fundação Universidade Federal do Tocantins

ULDPA – União Pela Liberdade e pelos Direitos dos Povos

UnB – Fundação Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNITINS – Fundação Universidade do Tocantins

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

VAR-PALMARES – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 BREVE HISTÓRICO OU MEMÓRIA SOCIAL DA GUERRILHA DO ARAGUAIA.....	25
1.1 ANTECEDENTES.....	25
1.2 ESTRUTURAÇÃO DA GUERRILHA.....	27
1.3 MEMÓRIAS SOBRE O PROCESSO BASEADO NOS ESCRITOS SOBRE A GUERRILHA.....	36
2 A CIRCULAÇÃO DA MEMÓRIA ACERCA DA GUERRILHA: a região e suas escolas e seus professores.....	57
2.1 A RELAÇÃO ENTRE A MEMÓRIA SOCIAL, A HISTÓRIA E OS PROFESSORES DA REGIÃO.....	57
2.2 A PERCEÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A GUERRILHA E A ATUAÇÃO DOCENTE ACERCA DO TEMA.....	73
3 PROPOSTA DIDÁTICA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM ACERCA DAS MEMÓRIAS SOBRE A GUERRILHA DO ARAGUAIA.....	94
3.1 A TEMÁTICA INDÍGENA.....	94
3.2 A TEMÁTICA DOS ARMAMENTOS.....	99
3.2.1 Percepção dos militares	99
3.2.2 Percepção dos guerrilheiros.....	100
3.3 A TEMÁTICA DAS OPERAÇÕES NO CONTEXTO DA GUERRILHA.....	103
3.3.1 Na visão dos militares.....	104
3.3.2 Na visão dos guerrilheiros.....	108
3.4 A TEMÁTICA DAS TORTURAS E PRISÕES.....	108
3.4.1 Na visão dos militares.....	109
3.4.2 Na visão dos guerrilheiros.....	110
3.4.3 Na visão dos moradores.....	114
3.5 A TEMÁTICA DA MEMÓRIA.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS.....	135
APÊNDICES.....	139
ANEXOS.....	150

INTRODUÇÃO

Esta investigação tem como objeto de estudo as memórias do “movimento guerrilheiro do Araguaia” ou “Guerrilha do Araguaia”, problematizando em que medida essas são trabalhadas em sala de aula na região onde ocorreu o conflito: os municípios de Araguatins e Xambioá, no Estado do Tocantins, e São Geraldo do Araguaia, no Estado do Pará. Apesar da viabilidade deste trabalho só agora está sendo possível, em face da implantação do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, há algum tempo eu já intentava desenvolver um projeto que focalizasse a guerrilha.

Tive contato com esse tema no início da década de 1990, mais precisamente a partir de 1992, quando vários jornais e revistas de grande circulação nacional, tais como *Jornal do Brasil*, *Veja* e *Manchete*, entre outros, fizeram reportagens de destaque sobre a Guerrilha do Araguaia, divulgando um episódio de nossa História recente que, por quase duas décadas, o Estado brasileiro tentou encobrir, disfarçar, para que a opinião pública não ficasse a par do que ocorrera na Amazônia brasileira durante o período mais obscuro da ditadura civil-militar.

Em 1999, o governo do Estado do Tocantins lançou edital de concurso público para o cargo de professor, sendo que, na condição de concursando, procurei me inteirar acerca da história do Estado de Goiás, dado que, à época, não havia publicações relativas ao Tocantins, esse com apenas uma década de criação, ocorrida em 1988. Tive, então, contato com os escritos de Luís Palacin: *História de Goiás* (1986) e *Coronelismo no extremo norte de Goiás* (1990). No bojo dos estudos para as provas do concurso, busquei leituras sobre a guerrilha, como nos trabalhos do jornalista Fernando Portela: *Guerra de guerrilhas no Brasil* (1979); de Pedro Corrêa Cabral: *Xambioá – Guerrilha no Araguaia* (1993) e de Romualdo Pessoa Campos Filho: *Guerrilha do Araguaia – a esquerda em armas* (1997).

Com a aprovação no concurso para o cargo de professor, escolhi para exercício o município de Araguatins, cidade-polo da região do Bico do Papagaio¹, que serviu de base para a guerrilha antes da descoberta do movimento pelos militares. O local era passagem obrigatória para alguns dos guerrilheiros, visto que se encontra às margens do rio Araguaia, na divisa com o Estado do Pará. A referida região, depois de deflagrado o conflito, tornou-se uma das bases militares do Exército, sendo que, por algum tempo, teve como morador o

1. Ver mapa nos anexos.

principal e mais temido dos guerrilheiros: *Osvaldão*, tido como tal por uma memória que já se cristalizou.

Com o aprofundamento das leituras sobre a guerrilha, consegui um significativo material bibliográfico sobre o tema, incorporando-o em meus planos de aulas das turmas do ensino médio. Em conversas informais com várias pessoas do município e da região sobre o movimento guerrilheiro, principalmente com professores, observei que havia certa resistência em falar mais abertamente sobre o assunto. Diante de minhas indagações, algumas pessoas se afastavam, evitando falar a respeito. Com o passar do tempo, cheguei ao entendimento de que essa recusa ocorria em função do medo que as pessoas tinham, e ainda têm, de Sebastião Rodrigues de Moura, o *Curió*². Segundo Campos Filho (2014), até o começo do século XXI, Curió ainda mantinha uma rede de informantes sob seu comando para vigiar as populações da região onde o conflito se desenrolou, estabelecendo uma espécie de poder paralelo, com o aval de alguns agentes do poder estatal, de latifundiários, empresários e políticos.

Reitero o fato de a Guerrilha do Araguaia constituir-se em um tema instigante, muito comentado³ e pouco pesquisado do ponto de vista acadêmico, com uma bibliografia exígua, cuja maioria dos escritos foi feita por jornalistas. Entretanto, devido à sua importância para o esclarecimento de uma parte de nossa história contemporânea, tem-se transformado, nos últimos anos, em objeto de pesquisa pela academia. Ressalto que a presente investigação também conduz a uma percepção de como a história regional tem sido suplantada pela história nacional, algo muito comum em nossa História. Nesse sentido, tomo como exemplo a não inclusão do tema da guerrilha nos conteúdos do ENEM, pois entendemos que o mesmo deveria ter caráter regional.

Parece-me, pois, salvo equívoco, ainda não existir nenhum trabalho que contemple a Guerrilha do Araguaia e o ensino de História, haja vista nada ter encontrado quando empreendi a revisão bibliográfica. Atuando na área educacional no Estado do Tocantins há quinze anos, fui tutor do curso de graduação em História, em regime especial, promovido pela SEDUC/UNITINS, coordenador de grupo dos PCN, além de coordenador pedagógico. Dois terços desse período, estive em sala de aula, sendo metade desse tempo vivido na região do Bico do Papagaio e o restante em outras cidades, como Palmas, Araguaína e Guaraí.

2. Representante militar mais emblemático do conflito no Araguaia. Esteve presente em todas as fases do conflito, inclusive participando da Chacina da Lapa, em São Paulo, no ano de 1976, episódio considerado como o desmantelamento final da guerrilha.

3. Segundo Joffily (2008), uma pesquisa no *Google* revelou 114 mil referências à Guerrilha do Araguaia na internet. A passeata dos Cem Mil tinha 1.200 referências; a Campanha das Diretas, 24.800; Carlos Lamarca, 29.500 e Carlos Marighella, 52.100.

Nesses quinze anos, tenho percebido a pouca ou nenhuma importância dada à história regional, seja por parte dos docentes da rede estadual, seja daqueles que atuam nos municípios ou mesmo por parte da sociedade em geral. Daí emerge a relevância desta pesquisa, dada a sua perspectiva de inserção social e histórica de parte das memórias da Guerrilha do Araguaia via educação, ou seja, por meio da escola em sua condição de espaço de discussão e de formação, na tentativa de sensibilizar e de trazer para os livros didáticos e, conseqüentemente, para a escola um assunto de extrema relevância tanto para a nossa região quanto para a história nacional. Portanto, espero poder contribuir para a preservação dessas memórias e para sua inserção no mundo didático escolar.

Este trabalho se desenvolve a partir do pressuposto de que o movimento guerrilheiro do Araguaia ou Guerrilha do Araguaia, enquanto acontecimento histórico, ficou por mais de duas décadas nos subterrâneos das memórias individuais e coletivas, abafado pelo Estado brasileiro. Nesse sentido, as hipóteses desta pesquisa são: há uma “memória histórica” em oposição às “memórias subterrâneas”; há pouca ou quase nenhuma divulgação através dos materiais didáticos, bem como a escassa leitura acadêmica ou mesmo jornalística sobre a guerrilha, apesar da oralidade que permeia os moradores da região; não há incentivo por parte dos gestores educacionais dos estados e municípios que foram palcos desse episódio em apresentar esse tema em suas propostas curriculares⁴. Em adição, estendo ênfase aos resquícios de uma “memória herdada” e, por vezes, traumática, pois, conforme Pollak (1992, p. 201), “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação”.

A Guerrilha do Araguaia é considerada uma das páginas mais sombrias e difusas da ditadura civil-militar (1964-1985). O movimento ocorreu no sul dos Estados do Pará e do Maranhão e no norte do Estado de Goiás (atual Estado do Tocantins) e o conflito armado desenvolveu-se de 1972 a 1974. Como já mencionado, esse tema tem sido pouco pesquisado.

Em face da pouca importância dispensada aos eventos que envolvem a guerrilha, desenvolvi uma análise sobre como o referido tema é abordado em sala de aula, principalmente no 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio das redes municipal e estadual de ensino. Nesse sentido, foi empreendida pesquisa *in loco* nas cidades de Araguatins e Xambioá, Estado do Tocantins, e São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará,

4. As propostas curriculares do ensino fundamental e do ensino médio do Estado do Tocantins não contemplam de forma específica o tema. No Estado do Pará, o tema é contemplado não apenas na disciplina de História como na disciplina de Estudos Amazônicos.

locais de ocorrência do conflito. O resultado remete-me ao fato de que, na região na qual se presenciou a guerrilha, há pouca veiculação a respeito.

Em contraposição, em âmbito nacional, terminados os anos 80 do século XX, inicia-se, por um lado, uma luta para que o Estado brasileiro reconhecesse as atrocidades cometidas pelo militarismo; por outro, e paralelamente, uma “guerra de memórias” acerca da guerrilha depois de terminados os confrontos.

Com o processo de abertura política, no início da década de 1980, centenas de famílias passaram a reivindicar seus desaparecidos durante o regime civil-militar, entre eles os que desapareceram por força dos conflitos na região do Araguaia. Na década de 1990, foi criada uma comissão formada por parentes de desaparecidos, deputados e pessoas ligadas aos direitos humanos, a qual, em caravana, percorreu a região da guerrilha. Escavações foram feitas na região de Marabá, no Estado do Pará, na ânsia de encontrar restos para análises e comprovação de DNA, mas pouca coisa foi recolhida, em razão das mudanças ocorridas na região no decorrer de quase trinta anos. No campo jurídico, a luta dos familiares dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia extrapola as fronteiras jurídicas brasileiras, visto que:

Em 1995 o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Ceji), a human Rights Watch/Americas e o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro entraram com uma petição em nome das pessoas desaparecidas na Guerrilha do Araguaia junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA) (CAMPOS FILHO, 2012, p. 273).

Enquanto o Estado brasileiro negava respostas à Corte Interamericana, apresentando recurso que solicitava a suspensão de medidas preliminares, uma série de decisões era tomada em face dos crimes cometidos no período da ditadura civil-militar.

A Corte Interamericana discutia e condenava o Estado brasileiro por ser condescendente em relação a crimes contra os direitos humanos, e ferir frontalmente acordos internacionais, o Supremo Tribunal Federal brasileiro decidia pela constitucionalidade da Lei de Anistia e favoravelmente à interpretação dada pelo Estado para não punir os que cometeram crimes de torturas. Por sete votos a dois, o STF julgou um pedido da Ordem dos Advogados do Brasil em que era questionada a interpretação da lei, e pedindo que fossem julgados todos aqueles que, em nome do Estado, cometeram crimes comuns, como homicídios e torturas, a maioria imprescritíveis pelos acordos jurídicos internacionais (CAMPOS FILHO, 2012, p. 275).

Em junho de 2003, uma juíza federal⁵ decretou a abertura dos arquivos das Forças Armadas para os devidos esclarecimentos, havendo, entretanto, fortes resistências. Mesmo

5. A juíza Solange Salgado, titular da 1ª Vara da Justiça Federal, promulgou uma sentença impondo ao Estado brasileiro a obrigação de dar respostas aos familiares sobre os destinos dos corpos dos guerrilheiros.

assim, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva criou outra comissão para ajudar a trazer à luz os restos mortais dos guerrilheiros do Araguaia. No segundo semestre de 2004, mais precisamente nos meses de setembro e outubro, com a veiculação nos jornais de supostas fotos do jornalista Vladimir Herzog, a questão da abertura dos arquivos militares voltou à tona, sendo defendida pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e também pelo presidente Lula.

No dia 07 de dezembro do ano 2004, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sediado em Brasília, decidiu, por 2 votos a 1, pela abertura dos arquivos da Guerrilha do Araguaia. Na sequência dos acontecimentos, no dia 10 do mesmo mês, o presidente Lula editou medida provisória revogando o decreto do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o qual, cinco dias antes do término de seu governo, no dia 27 de dezembro de 2002, havia aumentado o limite de tempo para consulta aos documentos ultrassecretos, fixando-o em 50 anos. O presidente Lula não só reduziu esse tempo para 30 anos, como também criou uma comissão interministerial para estudar novas regras para divulgação de documentos de Estado.

Em 25 de outubro de 2011, portanto, o parlamento brasileiro aprovou as normas relativas ao tempo para acesso a documentos públicos, fixando em 10 anos para documentos *reservados*, 30 anos para documentos *secretos* e 50 anos para documentos *ultrassecretos*. No dia seguinte, o mesmo parlamento aprovou a lei de criação da *Comissão Nacional da Verdade*, sancionada no dia 18 de novembro de 2011 pela presidenta Dilma Rousseff, que indicou 07 pessoas que se encarregaram de investigar desrespeitos aos direitos humanos durante o período de 1946 a 1988, principalmente durante o período da ditadura civil-militar. Importante ressaltar que essa comissão não tem poder de punição. Nessa mesma data, também foi assinada a lei de acesso⁶ a informações públicas, que acaba com o sigilo eterno de documentos.

Nos últimos anos, várias comissões vêm trabalhando com avanços na busca dos restos mortais dos revolucionários. Em meados de 2009, com autorização do presidente Lula, o ministro da Defesa criou um grupo de trabalho formado por geólogos, antropólogos, médicos legistas, entre outros especialistas, que, com a participação do Exército, procedeu a escavações na região da Guerrilha do Araguaia.

6. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Essa lei democratiza o acesso às informações em documentos públicos.

No início de outubro do mesmo ano, foi confirmado que a ossada exumada em 1996 pertencia ao guerrilheiro Bérqson Gurjão, sendo esse sepultado com as devidas honras do Partido Comunista do Brasil – PC do B e da União Nacional dos Estudantes – UNE. Depois da exumação de uma média de cem ossadas, cinco foram encaminhadas para confirmação de DNA. Em 2014, foi encontrada parte da arcada dentária que, acredita-se, pertence a Maurício Grabois, o Velho Mário, comandante militar do movimento⁷.

No dia 10 de dezembro de 2014, a *Comissão Nacional da Verdade* entregou à presidenta Dilma Rousseff o relatório final de suas investigações, em cujo conteúdo consta lista dos nomes dos mortos, dos desaparecidos e dos responsáveis por tais atos de desrespeitos aos direitos humanos, entre esses últimos as Forças Armadas e, conseqüentemente, o Estado. No âmbito de suas recomendações, sugeriu-se a continuação das buscas dos desaparecidos políticos do período em questão.

Apesar da morosidade que reveste esse processo, estamos avançando no sentido de resgatar não apenas os corpos, mas também as possíveis memórias⁸ da Guerrilha do Araguaia. Produz-se, desse modo, consciência histórica, com sua conseqüente inserção em nossa cultura histórica, com vistas a dar uma resposta aos familiares daqueles que lutaram e morreram sonhando com uma sociedade mais justa e igualitária. Falta, entretanto, construir um caminho eficaz que leve essa questão para as salas de aula da região onde foram perpetrados crimes pelo regime civil-militar, crimes esses cometidos não somente contra os “guerrilheiros”, em sua maioria estudantes que lutavam pela redemocratização do país, mas também contra a população dessa localidade. Inserindo-se, de fato, temas relacionados aos conflitos na região do Araguaia no processo ensino-aprendizagem de História, abre-se espaço à discussão e à problematização das memórias sobre esses episódios.

Entre os poucos trabalhos que abordam a problemática da Guerrilha do Araguaia por um viés que não se preocupe apenas com o confronto entre militares e guerrilheiros e que coloque na cena histórica as memórias subterrâneas da guerrilha, merece destaque a tese de doutorado *Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*, defendida em 2012 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – por Patrícia Sposito Mechi. Nesse trabalho, a autora faz uma análise dos problemas fundiários no Brasil, enfatizando os conflitos de Porecatu, no Estado do Paraná, e de Trombas e Formoso, no Estado de Goiás, as Ligas

7. Cf. www.vermelho.org.br/araguaia. Acesso em: 30 nov. 2014.

8. Principalmente através de pesquisas e trabalhos acadêmicos.

Camponesas e o Araguaia, estabelecendo as rotas camponesas para o Araguaia e, através do estudo sobre o camponês do Araguaia, a mesma infere que foi a participação desses na Guerrilha que deu visibilidade a esse grupo, que pôde denunciar a truculência do Estado brasileiro para além da Guerrilha.

Foram consultados, ainda, artigos como: *Guerrilha do Araguaia: Memórias à margem da história* (2013), publicado por Euclides Antunes de Medeiros, docente da UFT e orientador desta pesquisa, e *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares* (2003), do professor João Roberto Martins Filho, da UFSC.

Há que destacar, igualmente, a obra *Combate nas Trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada* (1987), do historiador e militante político de esquerda Jacob Gorender, morto recentemente. Gorender foi fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR – e ex-membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil – PC do B, antes da cisão em 1962. Apesar da importância dessa publicação sobre a esquerda brasileira no período da ditadura, o autor dedica pouco espaço – menos de dez páginas, sob o título: *A Guerrilha Abafada* – ao tema Guerrilha do Araguaia. Segundo alguns pesquisadores, seu trabalho apresenta alguns equívocos, mas também acertos, que serão por nós aqui abordados.

Quanto ao suporte teórico, no que diz respeito à questão da *memória*, ancorei-me no trabalho de Paul Ricoeur *A memória, a história, o esquecimento* (2007), assim como em sua outra obra *Tempo e Narrativa* (1994), na qual expõe suas ideias sobre o *círculo hermenêutico*. Tomo por empréstimo também considerações constantes nos artigos *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989) e *Memória e Identidade Social* (1992), de Michael Pollak. Esse autor defende a existência das *memórias subterrâneas* e do *enquadramento da memória*.

Quanto à história oral, utilizei artigos, conferências e entrevistas do professor Alessandro Portelli. Conforme entendimento seu: “Estamos sendo convidados a substituir a memória de vários bilhões de indivíduos que vivem nesse planeta pela memória profissional de um grupo de historiadores profissionais ou pelas memórias institucionais dos centros de poder” (PORTELLI, 2000, p. 69).

Contribui também para este trabalho a obra *O Poder Simbólico* (1989), de Pierre Bourdieu, visto que partilho de seu conceito de sociedade. Em sua concepção, sociedade constitui-se em um espaço pluridimensional no qual grupos sociais se posicionam, um mecanismo que produz dominação – a violência simbólica. Em concernência ao poder simbólico, assim o define: “O poder simbólico é um poder de construção da realidade” (BOURDIEU, 1989, p. 09).

Outras fontes que contribuem imensamente para esta pesquisa são os trabalhos de E. P. Thompson *A formação da classe operária inglesa* (2004); *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* (1991) e *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* (2001). Thompson é um dos autores mais citados da historiografia moderna. Defensor da opção por uma “história vista a partir de baixo”, seus trabalhos permeiam toda a História Social - da história do trabalho à história da cultura. Dessa mesma linha e da mesma escola, o galês Raymond Williams também faz parte do meu instrumental teórico, de forma que a presente escrita se encontra interperpassada por ponderações constantes em *Cultura e Sociedade* (1978) e *Marxismo e Literatura* (1979).

Relevantes também a esta investigação são os trabalhos de Jörn Rüsen: *Razão Histórica* (2001); *História Viva* (2007); *Reconstrução do Passado* (2007) e *Jörn Rüsen e o Ensino de História* (2011). O autor, introduzindo a ideia de matriz disciplinar na ciência da história, destaca: “A concepção de uma matriz disciplinar pode ser utilizada como quadro de referências para a análise e a interpretação dos processos cognitivos que, na história, pretendem ser científicos” (RÜSEN, 2001, p. 164).

Finalmente, os trabalhos *Caminhos da História Ensinada* (2005) e *Didática e Prática de Ensino de História* (2011), de Selva Guimarães Fonseca, bem como *Ensino de História: fundamentos e métodos* (2009), de Circe Maria Fernandes Bittencourt, constituíram-se em leituras indispensáveis para o entendimento acerca da trajetória, da didática e da prática do ensino de história.

Quanto a outras narrativas, destaco as de cunho jornalístico, pois são as que, em meu entendimento, serviram de base para a construção de uma memória histórica sobre a Guerrilha do Araguaia. Esses escritos, problematizados neste trabalho, são responsáveis, em parte, pela opacização das memórias subterrâneas acerca do movimento guerrilheiro.

Minhas reflexões têm início com o primeiro trabalho escrito sobre a Guerrilha do Araguaia, o livro *Guerra de Guerrilhas no Brasil* (1979), do jornalista Fernando Portela, resultado de várias reportagens publicadas no *Jornal da Tarde*, de São Paulo. Apesar da linguagem jornalística, constituiu-se em um trabalho com informações inéditas na época de sua publicação.

Outro livro por mim pesquisado foi *Xambioá: Guerrilha no Araguaia* (1993), do coronel reformado da Aeronáutica Pedro Corrêa Cabral, que participou da contenda como capitão-aviador, em sua fase final, ou seja, na terceira campanha da guerrilha. Em sua narrativa romanceada, Cabral revela detalhes importantes sobre a “guerra suja” e aponta responsabilidades. O autor participou como um dos pilotos de helicóptero que transportaram

vários corpos de guerrilheiros de cemitérios e da floresta para a Serra das Andorinhas, onde, conforme esclarece em sua escrita, foram queimados juntos com pneus. Esse militar prestou depoimento à Comissão Externa dos Desaparecidos Políticos da Câmara Federal.

Outro jornalista que também contribuiu para o tema da Guerrilha foi Elio Gaspari, com *A Ditadura Escancarada* (2002), o segundo livro de uma série de quatro volumes. Para a composição da obra, utiliza inúmeros documentos, alguns inéditos, em um mergulho nos bastidores da ditadura, procedendo a uma análise conjuntural da época. No mesmo livro, mais precisamente no subtítulo *A floresta dos homens sem alma*, Gaspari, segundo Campos Filho (2012), utilizou muitos dos depoimentos colhidos por ele na região do Araguaia, sendo que, graças à sua perspicácia, conseguiu extrair elementos negligenciados anteriormente. Desse modo, em sua narrativa, vai “mesclando depoimentos, inclusive de moradores da região, com relatos contidos em documentos obtidos das mãos de parentes de oficiais das Forças Armadas” (CAMPOS FILHO, 2012, p. 36).

Mais um trabalho feito por jornalistas que merece ser destacado é o livro *Operação Araguaia, os arquivos secretos da guerrilha* (2005), dos jornalistas Taís Morais e Eumano Silva. Este trabalhou no *Correio Braziliense*, tendo produzido várias reportagens sobre a Guerrilha, enquanto a jornalista e também pesquisadora Taís Morais, pelo fato de ser filha de oficial do Exército, teve facilidade em seu trabalho de aquisição e organização dos documentos. Sua narrativa, portanto, tem como base documentos oficiais.

Há determinadas obras que, apesar de serem escritos acadêmicos, são para nós, ao mesmo tempo, referências a serem problematizadas e fontes a serem analisadas. Seguindo o mesmo parâmetro, são responsáveis pela construção de uma memória histórica.

A dissertação transformada no livro *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas* (1997), de Romualdo Pessoa Campos Filho, professor da Universidade Federal de Goiás – UFG, é o primeiro trabalho acadêmico sobre a guerrilha. Com segunda edição publicada em 2012, acrescida de mais quatro capítulos, a obra põe em destaque a luta dos familiares dos mortos e desaparecidos no Araguaia. Esse trabalho já é considerado um clássico da historiografia sobre esse tema, embora alguns critiquem a maior ênfase dada pelo historiador aos dois lados beligerantes - militantes e militares -, em detrimento do grupo que talvez tenha sido o mais afetado nessa contenda, ou seja, aquele composto pelos camponeses do Araguaia.

Não posso negar, entretanto, a ousadia do professor Campos Filho em pesquisar um tema à época considerado tabu, dado que, naquele período - sua pesquisa inicia-se em 1994, ou seja, vinte anos depois da guerrilha -, ainda havia certo controle por parte do major Curió,

que mantinha “espiões” que rondavam e controlavam a região por meio de intimidações aos camponeses.

Outro trabalho de Campos Filho, editado recentemente, em 2014, é o livro *Araguaia: depois da guerrilha, outra guerra*. Nessa pesquisa, uma continuação da anterior, agora como resultado de sua tese de doutorado em Geografia, o autor narra episódios sobre os conflitos agrários na região depois do desmantelamento do movimento guerrilheiro do Araguaia. Tendo os guerrilheiros deixado sua herança no movimento camponês, emerge o receio dos militares em relação ao espectro de uma nova guerrilha. Daí por que a formação de um poder paralelo sob o comando de Curió, com a aquiescência dos poderes público e privado, para o combate a qualquer movimentação que pudesse desembocar em conflito armado na região onde a Guerrilha do Araguaia havia deixado suas marcas.

O jornalista e historiador Hugo Studart é outro autor que terá seus escritos analisados. Em sua dissertação de mestrado, transformada no livro *A Lei da Selva, estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia* (2006), a narrativa tem como foco o imaginário que compõe o universo militar. Apoiada em uma farta documentação, obtida de forma sigilosa, acrescenta um relatório denominado de *Dossiê Araguaia*, que, segundo o autor, teria sido elaborado por alguns militares, expondo sua versão sobre o ocorrido no Araguaia. No final de 2013, Studart defende seu doutorado na Universidade de Brasília – UnB, com a tese intitulada *Em Algum Lugar das Selvas Amazônicas: As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia* (1966 – 1974). Nesse trabalho, focaliza principalmente as memórias dos guerrilheiros. Embora não prescindia do viés dos militares, coloca também como protagonistas do conflito os moradores da região, o que significa dizer que sua narrativa contempla os três grupos envolvidos no episódio.

Minhas análises focalizam igualmente outras fontes, como *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia* (documento oficial) e o documento *Guerra Popular: o caminho para a luta armada no Brasil* (1969), esse último elaborado pelo PC do B, responsável pela implantação da guerrilha. O *Relatório Arroyo* (1974), escrito pelo último remanescente da Guerrilha (Ângelo Arroyo), morto em dezembro de 1976 no episódio conhecido como *Chacina da lapa* em São Paulo, bem como o *Diário do Velho Mário*, considerado o documento mais importante sobre a Guerrilha, de autoria do chefe da Comissão Militar da Guerrilha, Maurício Grabois, e o *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*.

No que tange aos aspectos metodológicos e análise documental, além da bibliografia acima descrita, assim como os documentos e vídeos citados adiante, foram realizadas entrevistas com professores das cidades de Araguatins e Xambioá, Estado do Tocantins, e São

Geraldo, Estado do Pará, com o objetivo de identificar como as memórias da Guerrilha do Araguaia estão sendo trabalhadas nas aulas de História.

Para a constituição do *corpus* documental da presente pesquisa, recorri, ainda, à utilização de vídeos como: *Camponeses do Araguaia: A Guerrilha vista por dentro* (2010), *Esse homem vai morrer – um faroeste caboclo* (documentário) e *Araguaya: A Conspiração do Silêncio* (2004).

Quanto à estrutura, o trabalho encontra-se dividido em três capítulos, além da introdução: no primeiro, faço um apanhado das versões sobre a Guerrilha do Araguaia, ou seja, da memória histórica ou social. Problematizo algumas narrativas de cunho jornalístico e outras de cunho acadêmico, objetivando compreender o desenrolar da contenda do ponto de vista dos três grupos envolvidos, quais sejam militantes de esquerda organizados pelo PC do B, militares e, mais indiretamente, os camponeses da região, considerando o conflito em sua conjuntura política, econômica e social. A proposta desse capítulo é demonstrar como a memória histórica foi construída, especialmente com base em escritos jornalísticos que, em boa medida, contribuíram para que as memórias dos camponeses que tiveram suas vidas impactadas pela guerrilha permanecessem subterrâneas, obscurecidas pelas memórias dos guerrilheiros e dos militares, bem como pela suplantação da história regional pela história nacional ou oficial.

No capítulo dois, minhas considerações recaem sobre o desenvolvimento da pesquisa de campo, com o objetivo de compreender a forma como os episódios da Guerrilha do Araguaia estão sendo retratados em sala de aula na região do conflito, ou seja, nas cidades já citadas acima⁹. Para alcançar essa compreensão, foram realizadas entrevistas com professores locais. Também faz parte desse capítulo a problematização de informações constantes n'Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia¹⁰, com ênfase nos documentos *Depoimentos dos moradores*, coletados pelo Ministério Público Federal no ano de 2001. O objetivo dessa problematização é recolocar na cena histórica as memórias dos moradores da região e construir, a partir delas, o material didático que constará no capítulo III.

No terceiro capítulo, apresento uma proposição para o trabalho em sala de aula sobre o tema, utilizando ainda os documentos *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*, diários, relatórios, etc. Desses, foram selecionados trechos das narrativas de militares, de

9. Ver tabela nos apêndices.

10. Massa documental disponibilizada pela Editora Geração Editorial. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

guerrilheiros e de moradores da região. Acredito que, a partir desse material, o professor possa apresentar várias versões sobre esse processo, instigando os alunos a desenvolver um trabalho de pesquisa sobre a temática. Serão trazidas à tona, desse modo, as memórias de familiares e conhecidos dos camponeses, para posterior discussão em sala de aula.

Minha proposta pressupõe que o material produzido possa ser utilizado por qualquer professor de História, sendo que espero, por meio desse, contribuir para a mobilização e dinamização de uma consciência histórica tanto entre alunos quanto entre professores.

CAPÍTULO I

1 BREVE HISTÓRICO OU MEMÓRIA SOCIAL DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

O historiador Peter Burke, em seu trabalho *Varietades de história cultural* (2006), ao discorrer sobre a História como memória social e a organização social de transmissão dessa memória, elenca cinco meios de comunicação utilizados. São eles: primeiro, as tradições orais com suas próprias formas de estilização; segundo, as memórias e outros “relatos” mais tradicionais dentro da esfera de ação do historiador, lembrando que “esses relatos não são atos inocentes da memória, mas antes tentativas de convencer, formar a memória de outrem” (BURKE, 2006, p. 74); terceiro, as imagens, sejam elas pictóricas ou fotográficas, paradas ou em movimento; quarto, as ações. Embora poucas deixem traços para posteriores trabalhos de historiadores, “[...] muitas vezes se registram pelo menos as ações rituais de ‘comemoração’, como por exemplo, a comemoração do Sete de Setembro no Brasil” (BURKE, 2006, p. 75); quinto, o espaço, que teria sido proposto por Halbwachs em suas observações sobre a estrutura social da memória, quando

ele tornou explícito um ponto implícito na arte da memória clássica e renascentista, o valor de ‘pôr’ imagens que desejamos lembrar em locais imaginários impressionantes, como palácios ou teatros memoráveis, explorando assim a associação de ideias (BURKE, 2006, p. 75).

Para o autor, os historiadores são “guardiães dos segredos da memória social, as ‘anomalias’ que revelam fraquezas em teorias grandiosas e não tão grandiosas” (BURKE, 2006, p. 88-89). A narrativa seguinte, portanto, apresenta-se pautada em vários trabalhos que utilizam a maioria desses meios de transmissão da memória social da Guerrilha do Araguaia.

1.1 ANTECEDENTES

O movimento guerrilheiro do Araguaia ou “Guerrilha do Araguaia” foi um conjunto de várias ações deliberadas de um grupo formado, em sua maioria, por jovens estudantes

universitários, operários, profissionais liberais e políticos orgânicos¹¹ de cunho ideológico, cujo objetivo era instaurar um novo sistema sociopolítico no país, ou seja, o socialismo. Para entendermos esse movimento, faz-se necessária uma análise conjuntural da época em nível mundial.

No 20º Congresso do Partido Comunista Soviético, realizado em 1956, Nikita Krushev denunciou os crimes de Stálin e defendeu a concorrência pacífica entre os dois blocos de poder e uma transição igualmente pacífica. Os partidos comunistas – PCs – começaram, em todo o mundo, a questionar as práticas stalinistas, visto que a maioria se alinhava à política de Moscou. Como resultado das discussões, vários PCs optaram por outras variantes socialistas, como a China, Cuba e Vietnã. Várias dissidências se formaram, sendo que, no Brasil, o movimento comunista ficou dividido. Luís Carlos Prestes, defensor do revisionismo e da “transição pacífica” de Krushev, fica com a sigla PCB – Partido Comunista Brasileiro, e os que defendiam a luta armada, como João Amazonas, adotam a sigla PC do B – Partido Comunista do Brasil. Segundo Gorender (1987),

articulado por Amazonas, Grabois e Pomar, um protesto subscrito por uma centena de militantes encampou a argumentação e declarou assumir a defesa do verdadeiro partido comunista. Em fevereiro de 1962, reuniu-se a chamada Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, logo conhecido pela sigla PC do B. Consumava-se a cisão e formalizava-se a coexistência de dois partidos comunistas em nosso País. O PC do B se proclamou (e o faz até hoje) o mesmo partido comunista fundado em 1922 e ‘reorganizado em 1962’ (GORENDER, 1987, p. 33-34).

Lembremos que estávamos em plena Guerra Fria, ou seja, a ordem mundial era bipolar: capitalistas capitaneados pelos norte-americanos, e socialistas liderados pelos russos. Vivia-se a década de 60 do século XX, na qual se verificam a corrida armamentista e espacial e ações dos Estados Unidos instigando e financiando golpes militares na América Latina. No final de março de 1964, o presidente João Goulart - por defender reformas de cunho socialistas, o que contrariava os interesses das empresas norte-americanas - é deposto por um golpe civil-militar. Os militares assumem o poder. Começa uma das mais ferrenhas ditaduras da América do Sul. Direitos políticos são cassados, funcionários públicos são demitidos; outros, presos ou exilados. Instaurava-se um estado de exceção. Instituíam-se o bipartidarismo e, conseqüentemente, a ilegalidade dos demais. As correntes mais radicais, nas quais militavam intelectuais, estudantes, jornalistas, líderes sindicais e até mesmo militares - como é

11. Segundo Studart (2013), em sua totalidade a maioria dos guerrilheiros tinha entre vinte e vinte e oito anos. Trinta e um eram universitários; seis, estudantes secundaristas. 81% vinham da classe média. Havia quatro operários. Os políticos orgânicos eram nove. Somente quatorze tinham algum tipo de treinamento militar.

o caso de Lamarca - organizam-se, ocasionando a formação de vários grupos guerrilheiros, entre eles: Ação Libertadora Nacional - ALN; Movimento Revolucionário Tiradentes - MRT; Movimento de Libertação Popular - MOLIPO; Vanguarda Armada Revolucionária - VAR; Ação Popular Marxista Leninista - APML. Essa última teve parte de seus quadros incorporados ao PC do B no início da década de 1970.

Na clandestinidade, a guerrilha urbana revidava às atrocidades dos militares. Empreenderam-se atos de sabotagem e até ações espetaculares, como os sequestros dos embaixadores dos Estados Unidos e da Suíça e do cônsul Japonês, que foram trocados por camaradas militantes presos, que depois seriam exilados em países como Chile, Cuba, França, etc. A esse respeito, Gorender (1987) destaca:

O sequestro do embaixador dos Estados Unidos foi a primeira operação do gênero no mundo, na história da guerrilha urbana. Mas houve o preço a pagar da intensificação da repressão ditatorial. Para os presos libertados, a Junta Militar criou a pena de banimento. No dia 19 de setembro, o Ato Institucional n.º 14 estabeleceu as penas de morte e de prisão perpétua em tempo de paz, destoantes da tradição jurídica brasileira (GORENDER, 1987, p. 168-169).

A ditadura militar impunha sua força, e muitos militantes foram mortos ou tiveram que fugir. A guerrilha urbana dava sinais de que sucumbiria, visto a discrepância em termos estruturais (pessoal, armas, logística, etc.). A experiência democrática que vivemos hoje no Brasil, contudo, é fruto também da luta dessas pessoas, que sonharam, lutaram e deram suas vidas por um país mais justo e igualitário.

1.2 ESTRUTURAÇÃO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

Os partidos e grupos clandestinos começaram a mudar de tática, na medida em que a guerrilha urbana tornava-se inviável. A alternativa foi a guerrilha rural¹². O PC do B não participou da guerrilha urbana, tendo como esteio a Revolução Chinesa, o seu líder, Mao Tsé-Tung, e a ideia de guerra popular prolongada, conforme documento lançado pelo partido, intitulado *Guerra Popular Prolongada: caminho para a luta armada no Brasil*. Nesse, o partido defendia a guerrilha rural partindo do campo para tomar as cidades, tal como havia feito o grande “timoneiro chinês”.

12. Frisamos que, apesar de ser considerada a mais importante e a maior contenda do Brasil rural no século XX, a Guerrilha do Araguaia não foi a única. Cf. RABELLO, Gilson. *A Guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

A discussão sobre sua concepção ou linha política adotada permeia os escritos sobre a Guerrilha do Araguaia. Segundo Gorender (1987),

paradoxal foi que a guerrilha do Araguaia, planejada para desfechar a guerra popular prolongada segundo o modelo maoista, reproduzisse, no essencial, a tática do foquismo castro-guevarista. Ou seja: nenhum trabalho político prévio, início da luta por um núcleo guerrilheiro com autonomia de comando, etc. (GORENDER, 1987, p. 11).

Em sua pesquisa, Romualdo Pessoa Campos Filho (2012) conclui que o elemento determinante na elaboração da estratégia e tática adotadas pelo PC do B foi o maoismo e, como decorrência, a Guerrilha do Araguaia não se constituiu em um foco revolucionário em conformidade com a conotação que o termo possuía aqui no Brasil. Em função do isolamento causado pelas ações do Exército contra a população, a guerrilha incorreu em vários erros, como o voluntarismo, o distanciamento em relação à população e a resistência reduzida a pequenos grupos. Para Hugo Studart (2013), o movimento foi maoista no princípio, mas, a partir da terceira campanha, teria se tornado foquista, ou seja, “salve-se quem puder”.

Ao analisar várias regiões do país onde poderia ser deflagrado o movimento contra a ditadura, a cúpula do partido escolheu a região do Araguaia. Segundo Studart (2013), apenas sete¹³ membros do Comitê Central do partido sabiam dos planos de implantação da guerrilha. A partir de 1966, começam a chegar os primeiros guerrilheiros¹⁴ na região escolhida: sudeste do Pará, norte do Goiás (Bico do Papagaio), atual Estado do Tocantins, e oeste do Maranhão. Sabe-se que vários grupos guerrilheiros¹⁵ iniciaram movimentos nessa região, sendo que todos foram rechaçados pelos militares. Os guerrilheiros do PC do B, ao contrário dos demais, estavam mais organizados, visto que dispunham de suporte político e logístico. Quatorze desses guerreiros haviam feito treinamento de guerrilha na Academia Militar de Pequim, na China. Além disso, boa parte tinha curso superior ou o havia iniciado e depois desistido em face da perseguição dos militares. Na floresta amazônica estavam mais seguros do que nos grandes centros, pois, conforme esclarece Campos Filho (2012), em citação a Arroyo (1974),

a região do Araguaia oferece condições propícias. É zona de mata, e na mata o inimigo não pode usar tanques, artilharia, bombardeio aéreo de precisão, etc. Tem de estar a pé como o guerrilheiro. É uma zona de massa pobre e explorada (frente pioneira de penetração da massa camponesa sem terra), circundada por povoados e

13. Eram eles: João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Elza Monerat, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli e Manoel Jover Telles.

14. O primeiro a chegar à região foi Osvaldo Orlando da Costa, o *Osvaldão*.

15. As operações *Carajás* e *Mesopotâmia*, desenvolvidas respectivamente em 1970 e 1971 nas regiões de Marabá, no Pará e Imperatriz, no Maranhão, abortaram possíveis ‘focos’ de guerrilha rural por grupos armados originalmente urbanos, mas nada descobriram sobre os recrutados pelo PC do B.

idades pequenas e médias também de grande pobreza. Dispõe de caça abundante, castanha-do-pará, babaçu e outros meios de alimentação. Possui vasta área, em extensão e profundidade, que serve de campo de manobra às forças combatentes (ARROYO, 1974 apud CAMPOS FILHO, 2012, p. 108).

A região amazônica caracterizava-se, bem como ainda hoje, por sua baixa densidade demográfica. O Bico do Papagaio era a porta de entrada, o ponto de confluência de camponeses despossuídos em busca de um pedaço de terra, pessoas que migravam do Nordeste e do Centro-oeste. Desse modo,

a floresta – a mata – aparece com uma valoração ambígua no universo do imaginário camponês. Se tomarmos outros mitos e outras crenças dessas populações, veremos como a mata pode ser local de salvação, ou abrigo de seres aterrorizantes a que é necessário destruir. Para uma parte desses contingentes migratórios, seu trajeto é explicado por uma profecia do padre Cícero, que teria aconselhado seus fiéis a partirem em busca das bandeiras verdes quando ‘a situação estivesse ruim, e atravessar o grande rio’. Perguntados sobre o que eram as bandeiras verdes, todas as respostas foram idênticas: são as matas (SADER, 1990 apud CAMPOS FILHO, 2012, p. 106).

Os “paulistas” ou “povo da mata”, como eram chamados os guerrilheiros, foram distribuídos em três bases ou destacamentos, que geograficamente tinham a forma triangular. O destacamento “A” ficava na localidade de Faveira, próximo à Vila de São Domingos, no Pará; o destacamento “B” estabeleceu-se às margens do rio Gameleira, sendo as cidades de Palestina e Brejo Grande, no Pará, suas referências. O destacamento “C” fixou-se na localidade de Caianos, próximo a São Geraldo do Araguaia, no Pará, e a Xambioá, hoje município pertencente ao Estado do Tocantins. Mais ao centro ficava o comando ou Comissão Militar da Guerrilha.

Conforme alguns pesquisadores¹⁶, os guerrilheiros somavam um total de sessenta e nove, entre homens e mulheres.

Os quadros do PC do B dividiram-se por três áreas, numa extensão de 130 quilômetros. Moviam-se numa superfície de 6,5 mil quilômetros quadrados. Até o primeiro semestre de 1972 eles foram 59 homens e 14 mulheres. Quando o Exército chegou, havia 69 na mata e sete a caminho. Cinco a menos que a força de Fidel ao alcançar o litoral cubano, 26 combatentes a mais do que Guevara tivera na Bolívia poucos anos antes. Seriam a centelha de uma guerra popular (GASPARI, 2002, p. 400).

Cada destacamento era formado por vinte e três combatentes, conforme a ideia original, tendo um comandante e um subcomandante. Os outros vinte e um membros

16. Esse número é utilizado pela maioria dos pesquisadores que escrevem sobre o tema, visto que esse é o total admitido pelo partido quando do começo dos combates.

dividiam-se em três grupos de sete combatentes. Os destacamentos tinham relativa autonomia para agir, mas estavam subordinados à Comissão Militar da Guerrilha. Por sua vez, a comissão estava subordinada ao Birô Político. A comissão e o birô juntos contavam com nove membros, sendo que alguns participavam concomitantemente dos dois, entre eles João Amazonas, Elza Monerat, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, João Carlos Haas Sobrinho, Líbero Giancarlo Castiglia (Italiano, era o único estrangeiro que participou da guerrilha), Gilberto Olímpio Maria, Micheas Gomes de Almeida e José Lima Piauhy Dourado.

João Amazonas e Elza Monerat eram os principais responsáveis pelo apoio logístico do grupo. Mantinham contato com o Comitê Central do partido em São Paulo. Saíam regularmente da região e para esta traziam os recrutados. No início da primeira campanha, quando regressavam para a região, ao ficarem sabendo, ainda no caminho, da presença dos militares, se “comunicaram” na rodoviária de Anápolis (GO). Retornaram ao Sudeste, não mais voltando à região do Araguaia.

Fator que deve ser levado em consideração é a dificuldade de comunicação¹⁷ na época, dada a escassez de estradas, com o agravante o fato de não haver nelas pavimentação asfáltica. Em decorrência, o principal meio de transporte utilizado eram os rios Araguaia e Tocantins.

Fazendo treinamentos diários¹⁸ e reconhecimento da região, os guerrilheiros familiarizaram-se com os moradores locais, os quais, em sua maioria, eram posseiros que viviam essencialmente da agricultura de subsistência e da extração da *Castanha do Pará*, além das eventuais caça e pesca, posto que a essa a região era propícia. Além disso, muitos agricultores trabalhavam para fazendeiros na extração da castanha, o que lhes rendia muito pouco. Enfatizamos que o governo militar havia instaurado uma política de exploração da Amazônia, concedendo benefícios fiscais às empresas multinacionais que quisessem explorar seus recursos naturais, o que levou o posseiro a ser expropriado da terra através da coação por parte dos grandes fazendeiros e das empresas que ali se estabeleciam¹⁹.

Interagindo com os camponeses, os “paulistas” conquistaram a confiança dos já estabelecidos na região. As mulheres, além de fazerem serviço de parto, ensinavam as

17. Os membros dos destacamentos se comunicavam através de ‘pontos’ marcados na floresta, demandando dias, semanas ou meses para que acontecessem os encontros.

18. Ao alvorecer, faziam exercícios físicos, de tiros, rastejamento, fustigamento, etc. Construía as casas onde moravam, plantavam e colhiam, além de caçar e pescar.

19. ‘É o tempo da instalação de fazendas pertencentes ao Bradesco, Volkswagen, à Manah, a Óleos Pacaembu, à Nixdorf, ao Bamerindus, a Severo Gomes, à família Lunardelli, à Supergasbrás e a tantas outras’ (FIGUEIRA, 1986 apud CA MPOS FILHO, 2012, p. 102).

crianças a ler e a escrever, entre outras atividades. Alguns haviam se formado ou estudado medicina²⁰, enfermagem, geologia, farmácia, agronomia, etc. Outros, disfarçados de vendedores, donos de pequenas farmácias ou de mercadores, percorriam a região fazendo os contatos necessários. Praticamente, todos cumpriam uma função social e, ao mesmo tempo, faziam um trabalho de “politização” das pessoas, conseguindo angariar apoio dos camponeses, o que era vital para o bom andamento do projeto do PC do B.

A população local, contudo, não sabia do verdadeiro motivo da presença dos guerrilheiros, pois o sigilo do movimento era de fundamental importância para que, a partir da tomada de uma das regiões mais pobres e esquecida do país, se começasse a queda do regime civil-militar, ou seja, a partir de uma “zona liberada”, fosse formado um “exército de libertação”, que teria como consequência a implantação do sistema socialista. Em suas considerações a esse respeito, Gaspari (2002) assinala:

O que se deu no Araguaia foi o paroxismo do choque dos radicalismos ideológicos que, com seus medos e fantasias, influenciaram a vida política brasileira por quase uma década. A esquerda armada supusera que estava no caminho da revolução socialista, e a ditadura militar acreditava que havia uma revolução socialista a caminho. Até o início do surto terrorista esse conflito ficara no campo dos receios e planos. Daí em diante, um pedaço da esquerda mostrara-se disposto ao combate a que julgava ter faltado em 1964 (GASPARI, 2002, p. 406).

Euclides Antunes de Medeiros, em seu artigo *Guerrilha do Araguaia: memórias à margem da história* (2013), faz um deslocamento do olhar sobre a guerrilha. Nas ponderações do autor,

a maioria dos trabalhos sobre a Guerrilha do Araguaia investiga e publicita, basicamente, o conflito armado e a oposição entre guerrilheiros e militares, como se esses fossem os únicos sujeitos históricos desse processo. Nesse sentido, os moradores da região, suas expectativas, seus modos de viver e suas memórias são opacizadas na reconstrução do processo. Nossa proposta, entretanto, segue em outra direção. Embora reconheçamos a importância da ação dos Guerrilheiros que tomaram nas matas que circundavam os rios Araguaia e Tocantins, lutando pela democratização do país, consideramos que a história e a historiografia têm uma dívida para com os demais sujeitos que, num primeiro momento, de forma inesperada, tiveram que se envolver naquele processo, que, a priori, não lhes dizia respeito: os moradores da região na qual o conflito armado entre militares e guerrilheiros fora deflagrado (MEDEIROS, 2013, p. 264).

Esse deslocamento coloca em cena os sujeitos históricos até então negligenciados pela historiografia sobre o tema. Necessário se faz, portanto, que voltemos “[...] nosso olhar aos sujeitos, que, geralmente aparecem nos escritos sobre a Guerrilha do Araguaia apenas

20. Segundo Studart (2013), quase 10% dos guerrilheiros saíram da Escola de Medicina e Cirurgia do RJ.

como *fontes de informação* acerca das ações dos guerrilheiros e militares” (MEDEIROS, 2013, p. 264).

A proposta de nossa dissertação segue a mesma lógica de deslocamento: trazer para dentro das salas de aula a problematização das memórias acerca da Guerrilha do Araguaia, dando enfoque às “memórias subterrâneas”, aquelas obscurecidas por uma memória histórica já consolidada, ou como muitos preferem, uma “memória oficial”.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, em sua obra *O Poder Simbólico* (1989), apresenta a ideia de que um “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 1989, p. 14, *itálico no original*), ou seja, o poder “de fazer ver e fazer crer”. Foi esse o poder que mobilizou uma pequena quantidade de jovens idealistas com seu imaginário comunista revolucionário, que sonhava com um país e com um mundo melhor. Empunhando armas obsoletas, se comparadas com as das Forças Armadas, contribuiu de alguma forma para a derrocada de um poder ditatorial. Trata-se, enfim, do “[...] poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou a subverter” (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Estamos problematizando que, apesar desse desejo de subversão e da contribuição desses jovens idealistas para o processo de redemocratização do país, os escritos sobre a Guerrilha do Araguaia, que os tomam em sua oposição à ditadura como sujeitos privilegiados do processo, deixam à margem da História boa parte de outros sujeitos que dele fizeram parte, no caso a população daquela região, tão ou mais sofrida do que os guerrilheiros mortos pelos militares. Estamos defendendo que as memórias subterrâneas obscurecidas por esses escritos, se deslocadas de onde permanecem latentes para o interior das salas de aulas, poderão ser transformadas em instrumentos para que tais sujeitos se coloquem também na cena histórica.

Quando da chegada dos militares à região, o trabalho político com a população local ainda não se havia iniciado, embora isso transparecesse no discurso produzido pelo imaginário dos guerrilheiros, haja vista que, conforme Orlandi (2006, p. 11), “todo discurso é aberto em suas relações de sentidos”, e as relações de força, sendo, por isso, “o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que este lugar representa” (ORLANDI, 2006, p. 31).

Segundo Studart (2013), em suas falas os guerrilheiros prometiam, caso a guerrilha triunfasse, regularização das terras, terras para todos e a melhoria da qualidade de vida para os moradores da região. Em reuniões com os moradores, o discurso passou a ser mais contundente, angariando adesões e respeito da população pelo “povo da mata”. A partir de

então, os guerrilheiros intensificaram as ações políticas, criando núcleos denominados de União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo – ULDP, proposta baseada em um programa de vinte e sete pontos que enfatizava as principais carências da população da região.

Os acontecimentos ou discursos dos protagonistas envolvidos no processo, no entanto, estavam inseridos no sistema de representações e valores da sociedade brasileira dos anos 1960 e 1970. De acordo com Studart (2006),

era uma época de polarização extrema, maniqueísta, quando predominava, tanto no nível teórico quanto na prática social, o marxismo e o antimarxismo. Portanto, os atores individuais ou coletivos do episódio – os militares, os guerrilheiros e os habitantes da região do conflito – compartilhavam desses valores, dessas representações acerca do comunismo e do anticomunismo, quase sempre uma visão maniqueísta do mundo (STUDART, 2006, p. 61-62).

Estamos de acordo com a afirmação do autor no que se refere a uma visão maniqueísta de mundo no que tange aos militares e aos guerrilheiros, entretanto, no que concerne aos “habitantes da região”, muito há ainda a ser pesquisado e revelado quanto à sua “visão de mundo” e aos motivos que os levaram a participar – ou a não participar – dos episódios da Guerrilha do Araguaia. Nesse sentido, pretendemos problematizar, no capítulo II, as memórias desses habitantes e seus usos, o que nos permitirá construir um material didático que será a matéria-prima do capítulo III.

Na região do Araguaia, não só durante a contenda, mas desde a chegada dos primeiros guerrilheiros, ocorreu o que podemos chamar de choque cultural. Tomando emprestado o conceito de cultura proposto por Raymond Williams (1979), quando discorre sobre *Dominante, Residual e Emergente*, poderíamos dizer que a cultura dominante seria a dos militares, através da imposição e da força, com seu aparato bélico estatal; a cultura residual, a dos moradores da região; a emergente, a cultura revolucionária dos guerrilheiros. No entanto, segundo o autor, residual e emergente são tão significativas quanto a dominante, sendo que cultura residual deve ser entendida como diferente de arcaico, já que está sempre ativa no presente. Dessa forma,

é que *nenhum modo de produção e, portanto nenhuma ordem social dominante e, portanto nenhuma cultura dominante, nunca, na realidade, inclui ou esgota toda a prática humana, toda a energia humana e toda a intenção humana* (WILLIAMS, 1979, p. 128).

Tropas do Exército e da Aeronáutica voltaram à região na primeira semana de outubro de 1973, depois de uma retirada estratégica. Fizeram um “arrastão” e prenderam mais

de 150 chefes de família²¹ da região, suspeitos de fazerem parte da rede de apoio à guerrilha. São Domingos do Araguaia foi o primeiro município a ser invadido. Em alguns povoados, todos os homens foram presos. Levados para as bases militares de Xambioá e Bacaba, muitos foram jogados em valas, abertas ainda na campanha anterior, denominadas de “Buracos do Vietnam”. Todos eles, praticamente, sofreram violência psicológica e física, ou seja, apanharam de “taca”. Os militares chegaram a compor o “Hino da Taca”, que deveria ser cantado pelos camponeses todas as manhãs antes do café, nas bases militares (STUDART, 2013).

Muitos desses camponeses presos, mais precisamente a maioria, passaram a trabalhar para o governo por pressão dos militares. Alguns, todavia, o fizeram de forma voluntária ou por causa dos “prêmios” em dinheiro²² que recebiam, tornando-se, dessa forma, colaboradores. Eram chamados de bate-paus, dedos-duros ou mateiros, os quais conheciam bem a mata e os “homens da floresta” ou “povo da mata”.

Com as prisões de moradores, a destruição de roças e de “pontos de apoio”²³ e as panfletagens contra o movimento, os militares conseguiram isolar os guerrilheiros, privando-os de comida, remédios, roupas, munições, entre outros. As casas dos moradores, outrora amigos dos guerrilheiros, transformaram-se em arapucas. Alguns foram presos ou mortos quando tentavam contatar esses moradores, geralmente para pedir comida, ocasião em que eram “recepcionados” pelos militares. No entanto, o “povo da mata” continuava firme em seus propósitos, em todos os sentidos. Apesar das desvantagens nas quais se encontravam,

procuraram desenvolver ações ofensivas, mas o poderio do Exército era infinitamente maior. Os choques com as tropas geralmente deixavam vítimas ou prisioneiros. As baixas entre os soldados eram poucas, bem menor do que nas duas campanhas anteriores. Sem ter uma real dimensão do cerco em que estavam, os guerrilheiros imaginavam que o número de soldados não chegasse a 50 (CAMPOS FILHO, 2012, p. 184).

Todos os guerrilheiros presos nessa última campanha foram sumariamente executados. Ainda assim, alguns militantes de direitos humanos cogitam a possibilidade de

21. O Ministério Público aponta que foram mais de 500 chefes de família, conforme relatos posteriores de moradores.

22. Os militares divulgaram entre os moradores da região uma espécie de tabela de preços pelas cabeças dos guerrilheiros. Osvaldão e Dina eram os mais valiosos. ‘Valiam 5 mil cruzeiros se apanhados vivos e 10 mil cruzeiros se mortos. Com 5 mil cruzeiros se comprava 10 vacas, ou um sítio de 20 hectares na região. Com 10 mil cruzeiros dava para comprar um Fusca, o automóvel mais vendido na ocasião’, conforme Studart (2013, p. 77).

23. Eram esconderijos na mata, onde eram guardadas provisões, remédios, munições, etc.

que guerrilheiros teriam sido poupados pelos militares, tendo depois recebido nova identidade; seriam os mortos-vivos, conforme Studart (2013).

Oficialmente, nenhum guerrilheiro sobreviveu à última campanha. Os guerrilheiros presos a partir de então, eram submetidos a interrogatórios e torturas físicas e psicológicas. Quando não suportavam mais e desmaiavam, eram aplicadas injeções para reanimar o torturado, as quais, de igual modo, poderiam ser letais. Essas injeções eram aplicadas por um oficial médico chamado de Capitão Walter, denominado o Menguele do Araguaia, segundo Fonteles Filho (apud CAMPOS FILHO, 2012). A professora Mechi (2012) também faz referência à utilização de injeção letal contra militantes. Em suas considerações, alude ao mesmo carrasco militar.

Conforme Marc Bloch (apud THOMPSON, 2001), “para o grande desespero dos historiadores, os homens deixam de mudar seu vocabulário toda vez que mudam seus costumes”. Thompson (2001, p. 243) complementa que “isso é verdadeiro também para as formas rituais”. No Araguaia, “o terror em demasia”²⁴, através da mutilação *post mortem*, ou, algumas vezes, ainda em vida, fez parte do “teatro do terror” instigado e implementado pelos militares durante a última campanha, que teve como protagonistas os bate-paus, guias ou mateiros, e militares de baixa patente. A recíproca guerrilheira, no entanto, funcionou no “contrateatro”, não tão contundente como em sua versão militar de terror de Estado, mas em suas formas alternativas, como o medo que Osvaldão fazia aos recrutas quando gritava de dentro da mata:

Honooóriiiiioo! [...] Caprichando na voz grave e cavernosa, o nome do soldado saía arrastado como um choro. [...] O chamado sepulcral chega ao acampamento dos militares. [...] Ninguém dorme, nem tampouco se mexe só o soldado Honório, que deu o azar de estar de sentinela (JOFFILY, 2008, p. 9).

Além dos guerrilheiros, Studart (2013) enumera, em sua pesquisa, trinta e quatro camponeses mortos ou desaparecidos e outros quarenta e três como “apoios fortes” dos guerrilheiros. Tem-se, portanto, um total de setenta e sete camponeses engajados de alguma forma na luta, constituindo número igual ou superior ao de militantes recrutados nas cidades, além de outros cento e quarenta e dois chefes de família apontados como simpatizantes do movimento. O PC do B, entretanto, contabiliza apenas 18 camponeses que teriam se engajado na luta, reconhecendo tão somente os nomes de três dos que morreram. Assim, os dados de Studart demonstra que a adesão dos moradores locais ao movimento foi muito maior do que

24. Thompson (2001, p. 242), em alusão às punições aos insurgentes na Inglaterra do século XVIII.

se supunha. Além disso, há que considerar que, mesmo os que não apoiaram os guerrilheiros, mesmo os que simplesmente os abandonaram ao fugirem da região do conflito, foram impactados pelo processo, tendo, por isso, suas vidas desestruturadas. Daí a necessidade de trazer, para a cena histórica, esses protagonistas, que até o momento, salvo raras exceções, têm sido colocados em condição de coadjuvantes.

Como expusemos na introdução deste capítulo, finda a ditadura, e com o processo de redemocratização do país, iniciou-se a luta pelo reconhecimento dos crimes perpetrados pelos militares, o que possibilitou os vários escritos sobre o processo que constituíram, ao longo de cinco décadas, uma memória histórica escrita sobre a Guerrilha do Araguaia.

1.3 MEMÓRIAS SOBRE O PROCESSO BASEADO NOS ESCRITOS SOBRE A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Daqui em diante, analisaremos várias obras que discorrem sobre as memórias da Guerrilha do Araguaia. A maioria dos escritos analisados é de autoria de jornalistas, entre eles Fernando Portela, Elio Gaspari e Taís Morais e Eumano Silva. Discutiremos também os dois trabalhos²⁵ do historiador e também jornalista Hugo Studart, e o trabalho acadêmico considerado precursor sobre o tema, do historiador Romualdo Pessoa Campos Filho, além do livro romaneado do militar Pedro Corrêa Cabral. Nosso objetivo é, a partir das análises, entender como esses escritos contribuem para a consolidação de uma memória histórica, suas influências no ensino de História e de que forma essas narrativas se complementam no processo de reprodução de consciências históricas.

Pensar no uso dessas memórias nas aulas de História e sua inclusão curricular importa entendermos que

um currículo de História é sempre processo e produto de concepções, visões, interpretações, escolhas de alguém ou de algum grupo em determinados lugares, tempos, circunstâncias. Assim, os conteúdos, os temas e os problemas de ensino de História - sejam aqueles selecionados por formuladores das políticas públicas, pesquisadores, autores de livros e materiais da indústria editorial, sejam os construídos pelos professores na experiência cotidiana da sala de aula - expressam opções, revelam tensões, conflitos, acordos, consensos, aproximações e distanciamentos; enfim, relações de poder (FONSECA, 2010, p. 2).

25. O livro *A Lei da Selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*, fruto de sua dissertação de mestrado, e *Em algum lugar das selvas amazônicas: as Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia (1966 – 1974)*, tese de doutorado defendida na UNB.

Nossas análises partem do trabalho que é considerado o precursor sobre a guerrilha, ou seja, a obra de Fernando Portela intitulada *Guerra de Guerrilhas no Brasil* (1979), fruto de várias reportagens sobre o tema editadas no início de 1979 pelo Jornal da Tarde. Jornalista experiente, cofundador daquele periódico, o autor traz à tona, a partir de um enfoque investigativo, algumas memórias dos envolvidos na contenda. Em apresentação de sua obra, Portela (1979, p. 9), esclarece que “sozinho, precisou de dois meses, após contatar dois anos com militares, que enfim, se abriram, para contar a guerra de guerrilhas ocorrida no Brasil”. Lembrando que essas matérias, as quais resultaram no referido livro, ocorreram no calor das discussões no Congresso Nacional Brasileiro acerca da *Lei da Anistia*²⁶.

O livro é constituído de seis partes, perfazendo um total de trinta e um capítulos. Sua linguagem é estritamente jornalística. Quanto à metodologia, usou, para todas as informações coletadas, um critério de confrontação: “Quase tudo o que me foi dito em São Paulo, por exemplo, e repetido no sul do Pará, mereceu crédito. As informações que não coincidiam foram postas de lado” (PORTELA, 1979, p. 10). Depreende-se, da afirmação, que o autor, em sua metodologia, exclui aquilo que, para o historiador, é o mais relevante à investigação, ou seja, o que não coincide. Ainda na apresentação da obra, tem-se explicitado que “Portela ouviu militares que participaram das operações (cujos nomes, por motivos óbvios, foram omitidos); dirigentes comunistas, ex-guerrilheiros; pessoas ligadas a combatentes mortos dos dois lados” (PORTELA, 1979, p. 10).

Em sua narrativa sobre as memórias envolvidas no conflito, percebe-se, portanto, a preponderância das memórias dos dois principais grupos, os militares e os guerrilheiros, em detrimento da memória da população local, constitutiva da terceira memória – quando consultada, os questionamentos apontam, invariavelmente, para esclarecimentos de situações que dizem respeito aos outros dois grupos –, aquela dos que, sem querer, se envolveram direta ou indiretamente no conflito. Devemos aqui frisar o uso de uma quarta memória, que corresponde à memória dos religiosos católicos, também contemplada na narrativa. O autor, nesse sentido, dedica um capítulo (VIII) e faz alusão em outros dois aos clérigos da Igreja Católica. Dessa forma, o viés da memória religiosa se sobrepõe ao da memória camponesa ou sertaneja, que, de algum modo, reverbera na construção de uma memória histórica, resultando em influências no sentido histórico que os professores utilizam em suas aulas.

26. Em agosto de 1979, o Congresso Nacional aprovou a Lei da Anistia, embora de forma parcial e limitada, conforme foi proposta pelo governo. Apesar de não ser ampla, geral e irrestrita, possibilitou a volta ao país de muitos exilados políticos.

Depreende-se, dessa narrativa, que não há um maior rigor metodológico quanto ao uso das fontes ou até mesmo quanto à estética da obra, como nas passagens seguintes: “[...] num dia qualquer de abril de 1974 [...] e dois anos antes, num dia qualquer de maio de 1972 [...]” (PORTELA, 1979, p. 21-22). No que tange ao gênero em questão, a desatenção com o rigor metodológico é típico de trabalhos essencialmente jornalísticos.

Digno de nota o fato de que Portela “percorreu milhares de quilômetros [...] demorou-se na região do baixo Araguaia, onde colheu a maior parte de seus depoimentos [...] gastou dezenas de fitas gravando depoimentos” (PORTELA, 1979, p. 10), mas utilizou, em sua obra apenas um depoimento (Parte I – Capítulo XV), o de JMS, na época um sexagenário. Em seu relato, a forma como foi torturado pelo Exército, assim como referências a seu diálogo com um grupo de guerrilheiros que lhe pediu comida (PORTELA, 1979).

Outras poucas alusões a essas *memórias subterrâneas* (POLLAK, 1989) encontram-se nas falas dos já referidos religiosos (ou em relatórios elaborados pela CNBB). Devemos deixar claro que esse grupo participa – ao contrário dos moradores ou camponeses da região – de forma voluntária nessa contenda. O fato de, além da ajuda espiritual, protegerem os moradores ou das suspeitas de serem complacentes com a luta dos guerrilheiros, o que configurava posicionar-se ao lado dos oprimidos, fez com que esses religiosos também fossem perseguidos e torturados.

Mais da metade do trabalho, ou seja, quatro das seis partes (III, IV, V e VI), é dedicada a depoimentos em vários formatos: entrevistas²⁷, declarações²⁸, esquemas²⁹, mapas³⁰, programas³¹, cartas³², comunicados³³, fotos³⁴, relatórios³⁵, além das ações de um advogado, irmão de um paraquedista morto supostamente em combate durante o conflito, o qual reivindicava do governo informações sobre as circunstâncias de sua morte. Por último,

27. É entrevistado um oficial militar que participou da Guerrilha (cujo nome foi obviamente omitido) e o ex-guerrilheiro José Genoíno Neto (p. 111-159).

28. Uma análise autocrítica escrita pelo líder comunista Haroldo Lima, à época membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (p. 161-174).

29. Estudo dos militares sobre as táticas de uma guerra de guerrilhas (p. 177-183).

30. Com desenhos sobre a estratégia do governo (militares) (p. 185-187).

31. O Programa dos 27 pontos da União pela Liberdade e pelo Direito dos Povos - ULDP, elaborado pelos guerrilheiros (p. 191-195).

32. Duas cartas, sendo a primeira escrita por José Genoíno Neto e endereçada aos membros do Conselho de Justiça Militar; a segunda foi enviada a um suposto deputado, mas sem autoria. Serviu mais como objeto de propaganda (p. 198-218 e 227-230).

33. Comunicados das Forças Guerrilheiras do Araguaia - FORGA (p. 219-220).

34. As fotos da guerra (p. 221-223).

35. O Relatório Pomar (a mais severa autocrítica sobre a guerrilha), elaborado por Pedro Pomar, um dos membros do Comitê Central do partido, morto na Chacina da Lapa, em São Paulo, em 1976, quando discutiam, também, a guerrilha. E o relatório do Projeto Rondon sobre a situação socioeconômica da região do Araguaia, de outubro de 1974 (p. 231-240 e 249-260).

um álbum de família dos guerrilheiros Arildo e Áurea Valadão, ambos mortos no Araguaia (PORTELA, 1979).

Diante do exposto, observamos que todos esses documentos dizem respeito apenas aos dois lados do imbróglio, ou seja, aos militares e aos guerrilheiros, excetuando-se, talvez, o relatório do Projeto Rondon, embora tenha sido subsidiado pelo governo federal.

Inferimos, portanto, que a narrativa utilizada por Portela tende a cristalizar uma memória histórica ou social da guerrilha sob uma perspectiva hegemônica de memórias coletivas que suplantam memórias individuais ou mesmo subterrâneas. Dessa forma, essa narrativa não é constituída de um sentido histórico na perspectiva Ruseneana, “já que sentido é mais fundamental que racionalidade” (RÜSEN, 2010, p. 154). Desse modo,

a racionalidade do pensamento histórico pode ser descrita como um modo de constituição de sentido que consiste na forma de comunicação do raciocínio argumentativo. Para obter esse resultado, a narrativa precisa ser concebida como uma operação mental de constituição de sentido e ponderada quanto à sua função constitutiva do pensamento histórico (RÜSEN, 2010, p. 154).

Considerando, então, que a narrativa jornalística não tem a pretensão de atribuir aos fatos um sentido histórico, já que esse consiste de um raciocínio argumentativo, e não apenas informativo, pode aquela assumir a função de denúncia. No entanto, a memória jornalística é constituidora de memória histórica, a qual os historiadores atribuem sentido. Por assim ser, não podemos desconsiderar a sua validade enquanto fonte de pesquisa sobre o tema.

Apesar das ressalvas já anotadas, a narrativa de Fernando Portela é fundamental para pesquisadores interessados na Guerrilha do Araguaia. Em termos de ensino, a importância desse trabalho consiste em abordar uma história regional constituída de várias memórias e inserida em uma história nacional, ou seja, a ditadura civil-militar. No que tange à forma como essa história é abordada em sala de aula, há que considerar o sentido histórico que o professor lhe atribui, o que se manifesta na natureza dos questionamentos acerca dos vários discursos das memórias envolvidas no conflito.

Marc Bloch (2001), em sua obra *Apologia da História*, defende que o historiador deve preencher com sua imaginação os gradientes não evidentes da História, haja vista que “nenhuma ciência seria capaz de prescindir da abstração. Tampouco, aliás, da imaginação” (BLOCH, 2001, p. 130).

Apesar de não ser historiador, Pedro Corrêa Cabral, que na época do episódio atuou como capitão-aviador, publicou, dezoito anos depois, o livro *Xambioá: Guerrilha no Araguaia* (1993). A respeito de seu livro, o autor esclarece:

Ainda que baseado em fatos reais, escolhi a novela como forma de comunicação, imaginando que, por essa maneira me fosse mais fácil preencher os claros da memória que o tempo tentou esmaecer. Nesse sentido, esta é, pois, uma obra de ficção (CABRAL, 1993, p. 7).

Trata-se de uma trama e de uma narrativa capazes de prender o leitor, ainda que, certamente, não manifeste aquela forma de tecer ou compor intrigas conforme defendida por Ricoeur em *Tempo e Narrativa*.

Logo no início do livro, Cabral, em sua nota do autor, faz o seguinte desabafo:

Uma complexa concorrência de eventos e circunstâncias [...] propiciou que eu fosse [...] alguém que os vivenciei com um nó de revolta e vergonha que, ainda hoje, me revolve e me amarga as entranhas. Revolta por ter presenciado feitos sobre os quais eu não tinha qualquer poder para modificar-lhes o curso. Vergonha por ter assistido, completamente impotente, à tortura e ao assassinato de brasileiro, levados a cabo por outros brasileiros, numa nojenta carnificina de irmãos contra irmãos (CABRAL, 1993, p. 6).

Da exposição acima, percebemos, claramente, a indignação do autor com o que ocorrera no Araguaia, dada a sua condição de testemunha ocular e ativa de parte do processo. O fato de não poder modificar o curso dos acontecimentos, deixa-o, supomos, revoltado. Na estrutura militar, principalmente num regime ditatorial, a obediência hierárquica é fundamental para a manutenção desse sistema de governo. O autor, apesar da patente de oficial, é obrigado, por força da hierarquia, a obedecer às ordens superiores, não podendo, portanto, questioná-las. Em resultado, a vergonha por sua completa impotência em face das torturas e dos assassinatos.

As considerações do autor convergem ao entendimento de que as mais altas patentes, principalmente as do Exército, assim como o próprio presidente da República, tinham conhecimento das arbitrariedades e das atrocidades cometidas pelos militares no Araguaia. Apesar de não fazer parte da “linha dura”, o general Ernesto Geisel achava que a morte dos guerrilheiros era justificável. Assim, podemos afirmar que o autor, apesar de sua cumplicidade, foi um dos poucos a discordar da versão militar sobre o episódio, inclusive denunciando em tom contundente o que presenciou naquela região. Segundo Gaspari (2002), Cabral foi o único oficial a depor espontaneamente, embora depois de mais de duas décadas, quando já era coronel da reserva.

Cabral faz uso de uma linguagem ficcional. Nos diálogos, a narrativa recorre a termos típicos do pessoal da caserna, como, por exemplo, “porra”, “caralho”, “cacete”, “puta que o pariu”, inclusive entre oficiais. O mesmo ocorre quanto à fala dos moradores da região, dado que, parece-nos, há um excesso de termos sertanejos, já que os regionais eram vistos

como nativos, ignorantes, analfabetos, “sem cultura” e passíveis de manipulação, “povinho miserável, esse daqui! retruca um militar” (CABRAL, 1993, p. 207). Como a pretensão do autor, em sua narrativa, é aproximá-la ao máximo da realidade, recorre a essa linguagem utilizando termos ou vícios do linguajar militar e do regional.

Por ser baseada em fatos reais, como afirma o autor, a obra assegura anonimato aos nomes pessoais nela apresentados, admitidas poucas exceções: “Empreguei, em casos especialíssimos, a verdadeira identidade de alguns participantes, os quais não se encontram mais entre nós, como um modo de lhes prestar uma homenagem” (CABRAL, 1993, p. 7). Exemplo de sigilo de identidade é o caso do mais temido entre os guerrilheiros, ou seja, o Osvaldão, posto que seu nome “verdadeiro” na narrativa figura como Osvaldo Oliveira Couto, e não Osvaldo Orlando da Costa. No entanto, os nomes de localidades, bem como as descrições de cenários, foram mantidos (Cabral, 1993). Percebe-se, então, que o autor ao se reportar aos “fatos reais”, recorre também à ficção.

Conforme nos informa Rüsen (2011, p. 96), “a narrativa histórica é geralmente definida por tratar apenas dos fatos e não das ficções”. O autor, no entanto, adverte que essa diferenciação apresenta-se problemática e pouco convincente, “porque o mais importante sentido da história da História está para além da distinção entre fato e ficção” (RÜSEN, 2011, p. 96). Assim sendo, uma narrativa histórica está ligada ao ambiente da memória, uma vez que “ela mobiliza a experiência do tempo passado, a qual está gravada nos arquivos da memória” (RÜSEN, 2011, p. 97), de forma que a experiência do tempo presente seja compreensível e a experiência do tempo futuro seja organizada. Daí decorre uma continuidade dessas três dimensões do tempo, estabelecendo uma identidade entre autores e ouvintes.

No que se refere ao ensino de História, a narrativa histórica filia-se a determinadas concepções e consciências históricas que são assumidas pelo docente. A questão que se nos apresenta, portanto, é: como se ensina, em sala de aula, determinado tema histórico? No nosso caso, a Guerrilha do Araguaia. Em referência ao conceito de aprendizagem histórica, Rüsen (2011) nos esclarece: “É a consciência humana relativa ao tempo, experimentando o tempo para ser significativa, adquirindo e desenvolvendo a competência para atribuir significado ao tempo” (RÜSEN, 2011, p. 79).

Apesar de sua “revolta” e “vergonha”, Cabral omite – com exceção de alguns poucos casos –, em sua versão romanceada da guerrilha, fatos como as torturas e as execuções

sumárias de guerrilheiros, a tortura e morte de camponeses³⁶, bem como o “corte de cabeças”, ou degola. Sobre esse último, não há referência a nenhum caso, embora essa prática começasse a ocorrer a partir da última campanha, ou seja, o mesmo período em que o autor esteve a serviço na região do Araguaia.

Registre-se, também, que Cabral não faz menções sobre os clérigos, mas discorre acerca da gravidez de uma guerrilheira, sendo a gestação atribuída a um dos agentes infiltrados durante a operação de inteligência. Depois dos interrogatórios, a gestante teria sido executada. No entanto, não há indícios de que tal caso tenha acontecido, mas sua ocorrência foi verificada entre os próprios guerrilheiros, já que a descoberta da guerrilha pelos militares sobreveio em função da gravidez de uma guerrilheira, a qual teria desertado junto com o marido. De igual modo, ocorreu situação em que uma guerrilheira grávida fugira para São Paulo. Em ambos os casos, todos foram presos e interrogados.

O autor, no intuito de representar em sua narrativa os fatos como “realmente aconteceram” ou pelo menos, como “deveriam ter acontecido” – o que faz parte do trabalho do romancista –, consegue preencher alguns gradientes que no imaginário da caserna poderiam ocorrer, mas que, na realidade, pareceriam remotos para os guerrilheiros. Citemos, como exemplo, o recebimento de um carregamento de armas e munições dos “aliados” cubanos. Esse, chegando ao país pelas Guianas ou através de um navio cargueiro russo que ancoraria em uma praia deserta do litoral norte do Brasil, abasteceria o movimento guerrilheiro. Tem-se uma probabilidade politicamente quase impossível.

Esclarecemos, a respeito desse suposto carregamento, que “o PC do B não tinha negócios com Havana, muito menos com Moscou (‘camarilha de renegados’)” (GASPARI, 2002, p. 408). Significa dizer que o modelo de guerra popular desenvolvido no Araguaia, segundo o próprio partido, não seria o foquismo castro-guevarista, mas o modelo chinês. Ainda assim, a contribuição da China consistiu apenas na formação de quinze militantes do PC do B na Academia Militar de Pequim (STUDART, 2013).

Ao longo de toda a narrativa, preponderam-se os discursos e os diálogos dos principais grupos envolvidos no embate de forças, ou seja, os militares e os guerrilheiros, ainda que de forma desproporcional. Em outros termos, os moradores locais aparecem na narrativa como coadjuvantes, sendo representados como se pertencentes a uma realidade específica, na qual pudessem ser usados e descartados em virtude de uma correlação de forças desiguais em todos os sentidos. O autor, entretanto, afirma: “Busquei, tão somente, narrar os

36. Conforme depoimentos de moradores prestados ao Ministério Público Federal do Pará, em 2001.

fatos, mesclando-os, em grande parte, com produtos da minha imaginação, em que pese lhes ter conservado o cerne, arrumando-os numa trama³⁷ que me pareceu a mais adequada” (CABRAL, 1993, p. 7).

Notamos, porém, na urdidura da trama, que a narrativa tende a evidenciar um interesse específico em detrimento de outros. É o que se depreende dos diálogos, que deixam transparecer uma sobreposição de valores entre os grupos envolvidos. Nesse sentido, não só a ficção, mas tanto a memória quanto a História são construídas a partir de uma trama. Assim, conforme Ricoeur (1994), a leitura, em seu pressuposto maior, a interpretação, caracterizaria as narrativas históricas e de ficção.

Por seu turno, Carlo Ginzburg (2007) nos lembra de que

os historiadores, escreveu Aristóteles (Poética, 51b), falam do que foi (do verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas, naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo (GINZBURG, 2007, p. 14).

No último capítulo do livro, Cabral narra a forma como, no final do ano de 1974 e início do ano de 1975, o Exército desenvolveu a “Operação Limpeza”. Participante dessa operação, o aviador relata a exumação dos corpos dos guerrilheiros e suas transferências para a Serra das Andorinhas, onde foram cremados com gasolina e pneus usados, na tentativa de eliminar vestígios da “guerra suja” que ocorrera no Araguaia.

Cabral³⁸, no entanto, contribuiu significativamente quando convocado a depor perante órgãos de direitos humanos do Poder Legislativo³⁹ brasileiro, além de conceder entrevistas para jornais e revistas de grande circulação no país. Em seus relatos, na condição de testemunha do que aconteceu no Araguaia, reitera o que afirma em seu trabalho autoral sobre a guerrilha, principalmente sobre a “Operação Limpeza”. Na obra ora analisada, declara: “Indiquei a localização exata do lugar onde se encontram os restos mortais, senão de

37. Ricoeur defende que, para a composição da trama ou da intriga, deve-se elevar a capacidade narrativa em detrimento da pretensão explicativa, já que a História é em sua essência, construção e compreensão de intrigas. Apesar de uma boa narrativa, muitas vezes, ser explicativa (RICOEUR, 1994).

38. Atualmente é coronel da Reserva.

39. Como o depoimento prestado à Comissão Externa dos Desaparecidos Políticos, da Câmara dos Deputados, no qual ‘afirmou ter transportado vários corpos em helicóptero até a Serra das Andorinhas e que ele próprio testemunhara o momento em que os agentes do CIE desenterraram os corpos já em adiantado estado de decomposição’ (CABRAL, 1993 apud CAMPOS FILHO, 2012, p. 257).

todos, mas pelo menos de grande parte dos Guerrilheiros do Araguaia”⁴⁰ (CABRAL, 1993, p.7).

Ricoeur (1994), dialogando com Paul Veyne, defende que História e Literatura são muito próximas – diferentemente de Hayden White, para quem não haveria distinção entre a narrativa histórica e a literária –, dado que ambas trabalham com a narrativa e têm emergência da memória. Sendo assim, a ficção seria quase histórica tanto quanto a História seria quase fictícia, mas há que fazer uma divisão entre esses dois campos, distintos quanto aos objetivos (RICOEUR, 1994). Dessa forma, a narrativa em questão, apesar de ser considerada uma obra de ficção, não deixa de apresentar um viés histórico, contribuindo, também, para a consolidação de uma memória histórica oficial. Significa dizer que não podemos negar a relevância desse trabalho como fonte, principalmente considerando a época na qual foi publicado, período de questionamentos e de buscas de materiais e depoimentos que ajudassem a descortinar o que realmente aconteceu no Araguaia durante os anos de chumbo da ditadura civil-militar.

Outro trabalho jornalístico importante é o de Elio Gaspari: *A Ditadura Escancarada* (2002). Segundo o autor, “este livro trata do período que vai de 1969, logo depois da edição do AI-5, ao extermínio da guerrilha do Partido Comunista do Brasil, nas matas do Araguaia, em 1974” (GASPARI, 2002, p. 13). É esse o período no qual se instituiu “um regime a um só tempo anárquico nos quartéis e violento nas prisões” (GASPARI, 2002, p. 13). O segundo volume dessa obra, publicado entre 2002 e 2004, divide-se em três volumes: *A Ditadura Envergonhada*, *A ditadura Encurralada* e *A Ditadura Derrotada*.

O autor inicia suas considerações citando o general Emílio Garrastazú Medici, o qual, mais de dez anos depois de ter deixado o poder, vangloriava-se: “Era uma guerra, depois da qual foi possível devolver a paz ao Brasil. Eu acabei com o terrorismo neste país. Se não aceitássemos a guerra, se não agíssemos drasticamente, até hoje teríamos o terrorismo” (GASPARI, 2002, p. 17). Nosso intuito, porém, orienta-se a algumas problematizações sobre as 65 páginas narradas na parte IV da referida obra, sob o subtítulo *A floresta dos homens sem alma*, concernentes ao confronto entre guerrilheiros do PC do B e as Forças Armadas brasileiras ocorrido na Amazônia entre 1972 e 1974.

Ricoeur (1994) propõe que se rebaixe o nível explicativo e que se aumente o narrativo. O autor, no entanto, afirma que uma boa narrativa pode ser também explicativa. Por

40. Até o presente momento, apenas os restos mortais de Maria Lúcia Petit e de Bergson Gurjão Farias foram reconhecidos através de exames de DNA e entregues aos parentes para sepultamento.

não ser historiador, Gaspari, jornalista experiente, utiliza uma linguagem tipicamente jornalística em sua narrativa, configurando-a, desse modo, como não fictícia. O fragmento ora sob análise assim tem início: “*Rosa*, morena miúda, calçava 33. Chamava-se Maria Célia Corrêa, tinha 26 anos [...] *Cristina*, cearense de rosto redondo, abandonara o curso da Universidade Federal Fluminense [...] Era Jana Moroni Barroso. Tinha 21 anos” (GASPARI, 2002, p. 399). Ricoeur (1994) propõe a construção da intriga através do entrelaçamento dos fatos históricos a partir da visão particular de cada narrador ou historiador, com certa dose de subjetividade, cada um construindo uma intriga diferente, ou seja, ninguém escreve a mesma história. Dessa forma, a narração deve se sobrepor à explicação, o que não é comum nos trabalhos jornalísticos.

Em concernência específica à Guerrilha do Araguaia, Gaspari recorre a periódicos – *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Correio Braziliense*, *A Classe Operária*, *Revistas Veja*, *Manchete*, *Isto É*, etc.; sites da internet⁴¹; cartas, como a de Maurício Grabois, do final de 1972, divulgada por periódicos, frisando que o seu diário, conhecido como o Diário do Velho Mário, só viria a ser conhecido através do trabalho de Studart *A Lei da Selva*, publicado em 2006; documentos do PC o B e de militantes, como *Guerra Popular: caminho para a luta armada no Brasil* e *Relatório Arroyo*; documentos militares, como o *Plano de Informações Sucuri nº 1*, do CIE; *relatório da Operação de Informações, realizada pelo CIE no Sudeste do Pará – Operação Sucuri*; *A Ação Subversiva no Brasil*, documento do Cenimar, de maio de 1972, etc.; entrevistas; depoimentos, inclusive de oficiais combatentes, cujas identidades foram preservadas; escritos de militares, como *Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro*, do coronel Álvaro de Souza Pinheiro; *A Grande Mentira*, do general Agnaldo Del Nero Augusto, e o livro *Nova Consciência de Brasil*, de 1970, do general Emílio Garrastazú Medici.

Gaspari recorre frequentemente à obra *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*, de Romualdo Pessoa Campos filho, professor da UFG, assim como arquivos pessoais desse autor, principalmente quanto aos depoimentos de moradores da região do Araguaia. Utiliza, também, outros trabalhos e documentos além dos já citados, alguns inéditos na época. Mobiliza, portanto, toda uma memória histórica construída sobre a Guerrilha do Araguaia.

Em sua narrativa, Gaspari discorre sobre as campanhas ou fases da luta armada no Araguaia, sem, no entanto, seguir rigorosamente uma linearidade dos acontecimentos, mesclando e cruzando depoimentos. Pessoalmente, porém, não colheu nenhum depoimento de

41. Ver www.desaparecidospoliticos.org.br e www.ternuma.com.br, entre outros.

moradores da região do Araguaia⁴², nem de familiares de guerrilheiros mortos ou de ex-guerrilheiros⁴³ sobreviventes das duas primeiras campanhas. Em virtude de provável trânsito entre alguns militares ou seus parentes, entretanto, obtém documentos e depoimentos⁴⁴, resguardado o anonimato dos nomes dos depoentes e dos que disponibilizaram os documentos. Assim procedendo, o autor extrai, de forma perspicaz, elementos para compor sua própria abordagem dos fatos.

Há que considerar, todavia, que alguns desses depoimentos de militares são passíveis de questionamentos, como o depoimento de um oficial combatente, cujo nome foi preservado. Conforme palavras suas: “Puseram alguns deles [guerrilheiros] em aviões tripulados por equipes do Centro de Informação da Aeronáutica e jogaram-nos no oceano” (GASPARI, 2002, p. 457). Outro exemplo é a entrevista a um jornal por um ex-sargento identificado como José Pereira. Na ocasião, o militar denunciou que “teve muito coronel que não participou do combate à guerrilha, ficou fazendo a barba com água mineral na beira do rio Araguaia” (GASPARI, 2002, p. 427). No primeiro caso, é desconhecido na literatura sobre o tema esse tipo de atitude por parte dos militares, o que não significa que não tenha ocorrido; quanto ao segundo, temos uma cena no mínimo esdrúxula.

A maioria dos principais episódios ocorridos durante a contenda é narrada com destreza pelo autor, excetuando-se alguns equívocos, como, por exemplo, a participação de uma tropa de fuzileiros na terceira e última campanha e a metamorfose de Osvaldão em borboleta. Segundo nos relata Studart (2013), a Marinha não participou da Operação Marajoara, e a pessoa que se metamorfoseava em borboleta, conforme o imaginário do povo da região, era Dinalva Conceição, a Dina.

A ênfase da narrativa, assim como nos questionamentos anteriores dos outros dois autores, recai sobre os dois principais grupos envolvidos na contenda, visto que a maioria dos depoimentos dos camponeses ou moradores da região faz alusões aos seus embates. No entanto, essas memórias dos regionais, ignoradas pela literatura, ou seja, essa “força subterrânea”, como era denominada pelo CIE, fichada, perseguida e humilhada, era cinco vezes maior⁴⁵ que o número de guerrilheiros, sendo o segundo maior contingente, era

42. Utiliza os depoimentos colhidos por Romualdo Pessoa Campos Filho, bem como depoimentos prestados a órgãos oficiais do Estado.

43. Recorre a depoimentos prestados em outros trabalhos, jornalísticos ou não.

44. Inclusive depoimentos prestados espontaneamente pelo coronel Pedro Corrêa Cabral a órgãos públicos e à mídia, além de sua obra novelística.

45. ‘Em abril de 1973 uma lista do Exército arrolara 51 moradores da região como ‘possíveis integrantes das forças de sustentação’ da guerrilha. Cinco meses depois, um novo fichário, mais amplo, acumulava quatrocentos nomes’ (GASPARI, 2002, p. 435).

dobrável, manipulável, passível de toda sorte de arbitrariedades, mas que depois do conflito se configuraria em memórias subterrâneas.

As ordens para tal coação aos moradores e lavradores da região sobrevinham do “castelo do homem sem alma”, ou seja, da “casa de telhado azul”, em Marabá, quartel-general do comando das operações, pois “a população deveria ter mais medo do Exército do que dos guerrilheiros”, resultando que “essa estratégia de intimidação articulou as prisões em massa, os espancamentos e um ingrediente inédito de agressão patrimonial” (GASPARI, 2002, p. 439). Essa última se refere a incêndios de lugarejos, roças, expulsão de moradores de suas casas e perdas de animais e provisões. A esse respeito, o autor traz a destaque que,

nas cidades, foram relativamente poucos os casos de prisão de pessoas que tinham contatos superficiais com quadros de organizações armadas. Salvo os saques de aparelhos e poucos casos de furtos em residências de familiares de militantes, nas cidades jamais se atentou contra a propriedade ou o patrimônio de amigos, de simpatizantes ou das famílias desses militantes. Houvera uma preocupação em aprofundar a repressão sem expandi-la. Nas matas do Araguaia a história foi outra (GASPARI, 2002, p. 407).

Apesar de recorrer a vários tipos de documentos, já citados anteriormente, Gaspari faz uso de uma linguagem informativa. Na narrativa jornalística, dialogar com algum teórico é facultativo ao narrador. Segundo Ricoeur (1994), o papel do historiador é descrever e interpretar os fatos, organizando-os numa intriga. Na obra em questão, o autor não desenvolve a composição de uma intriga. Daí por que a ênfase tem incidência sobre o viés explicativo, em detrimento de aspectos próprios da narração. Mesmo assim, não podemos tirar o mérito do trabalho, mormente se considerada a época de sua publicação, quando eram poucos o interesse e os escritos sobre o tema. Essa narrativa, todavia, contribui para a confirmação de uma memória social coletiva, uniformizadora, que se sobrepõe a outras memórias, que são as memórias subterrâneas. Essas, por sua vez, em silêncio e de maneira quase imperceptível, podem aflorar em momentos de crise (POLLAK, 1989).

Mais um trabalho jornalístico que merece considerações é o livro *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha* (2005), dos jornalistas Taís Morais e Eumano Silva. Este, jornalista experiente, é autor de várias reportagens no Jornal Correio Braziliense sobre o tema. Aquela, além de jornalista, é pesquisadora e filha de oficial do Exército, o que pode ter contado a seu favor quanto ao acesso aos documentos. Em nota, Luiz Fernando Emediato (2005), o editor do trabalho, assim o resume:

Este livro extraordinário [...] pode ser lido como um romance. Um romance trágico, tenso, triste, que começa romântico, assume proporções épicas, e em dado momento nos enche de vergonha e perplexidade. A reconstituição das vidas dos guerrilheiros e

o sofrimento imposto à população chocam o bom senso. A história dos militares envolvidos, com poucos lances de grandeza e muitos de quase animalidade, inquieta e impressiona. Daí, sem dúvida, a razão de tanto silêncio. (EMEDIATO, 2005, n.p).

O editor da obra a apresenta como um romance que é a princípio épico, mas que se torna trágico mais adiante. Em complemento, destaca que

[...] o resto é história, contada agora da forma como convêm: por aqueles que têm como único compromisso a verdade – seja ela qual for. Nesse sentido, o trabalho em questão busca uma aproximação com a verdade seja ela qual for (EMEDIATO, 2005, n.p).

Talvez o editor esteja aludindo ao fato de o livro ter como base o uso e interpretação de documentos oficiais, embora considere que o livro “pode ser lido como um romance” (EMEDIATO, 2005, n.p).

Os autores utilizam uma bibliografia básica sobre o tema, mas recorrem a uma farta documentação oficial, boa parte inédita, além de jornais, depoimentos, declarações, cartas, entre essas últimas a de um guerrilheiro a seu pai, um auto de qualificação e interrogatório de José Genoíno Neto à Justiça Militar, por exemplo.

O livro divide-se em oito partes, compondo-se de cento e quarenta e quatro capítulos, mais os anexos. “O livro é escrito em capítulos curtos, quase em forma de romance histórico, o que lhe dá certa leveza e facilidade de leitura. Mas bastante denso de conteúdo” (CAMPOS FILHO, 2012, p. 37). A partir da documentação, principalmente a oficial, os autores constroem uma narrativa entremeada com a ficção, seguindo uma ordem cronológica quanto ao desenvolvimento e as fases do conflito, apesar de haver uma descontinuidade de ações. Os capítulos, na maioria das vezes, vêm acompanhados de um documento - oficial ou não - ou de fotos, principalmente daquela época. Um personagem “fictício” faz parte da narrativa: Nilton, o agente secreto do CIE. Segundo ponderações de Joffily (2008, p. 92), esse agente “pode ser o próprio Curió”.

Notamos que há um peso desproporcional em relação aos documentos. Apesar de referências, na narrativa, aos três grupos envolvidos no conflito, preponderam os documentos oficiais, apesar de os documentos apreendidos⁴⁶ pelos militares no episódio conhecido como “Chacina da Lapa” contribuírem para novas revelações, como a que atribui a Manoel Jover Telles a delação à repressão da reunião no “aparelho” do PC do B da Rua Pio XI, no bairro

46. Como o depoimento de Carlos Danielli, pois, enquanto era torturado, desafiou seus algozes ‘Eu sei como chegar à guerrilha. Sei também onde estão o Maurício Grabois e o João Amazonas, mas não vou dizer. Podem continuar’ (MORAIS; SILVA, 2005, p. 381). Danielli morreu em decorrência das torturas no dia 31 de dezembro de 1972, no DOI-CODI.

paulistano da Lapa, quando foram mortos Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, bem como datas e as circunstâncias das prisões e das mortes de alguns guerrilheiros.

Digno de registro o fato de os autores utilizarem adjetivos como “esquerdistas” ou “subversivos” quando se referem aos guerrilheiros. Do mesmo modo, qualificam a guerrilha como “violência revolucionária” ou “revolução comunista”. Dessa forma, a imparcialidade do trabalho fica comprometida pela ausência de um maior rigor na apuração dos fatos, típica de um modelo de análise jornalística, que, por sua vez, influencia nesse tipo de narrativa.

Salientamos que, em toda a obra, não há nenhuma referência à memória religiosa no conflito, ou seja, à participação de clérigos católicos. Quer de forma direta ou indireta, esses religiosos não aparecem no romance histórico-político. Há, em evidência, um desequilíbrio no que tange às fontes ou às memórias envolvidas na contenda. Mesmo assim, não podemos negar as contribuições do trabalho, principalmente se considerada a época de sua publicação. Acreditamos que esse veio somar-se a outras vozes que clamam pela abertura de novos arquivos, com vistas a uma melhor compreensão sobre o que realmente aconteceu no Araguaia.

Como já explicitamos referendados em Ricoeur (1994), a aproximação da História com a Literatura, através das fontes de informação como a memória e os símbolos, é perfeitamente plausível, desde que o narrador teça uma intriga ou trama. No trabalho em questão, assim como na maioria das narrativas jornalísticas, a composição de uma intriga praticamente inexistente, pelo menos nos termos apresentados pelo citado autor, ou seja, a elevação da capacidade narrativa e o rebaixamento da explicativa, o que, a nosso ver, não desqualifica a obra como um todo. Entretanto, apesar de sua importância, a narrativa concorre para a solidificação de uma memória social ou histórica sobre o tema, sob uma perspectiva que robustece ainda mais o discurso vencedor e oficial em prejuízo dos demais.

No que se refere ao ensino de História, os trabalhos jornalísticos têm exercido sobre esse certa influência. Atualmente, a velocidade das informações, o que não significa aquisição de conhecimento, e o acesso às publicações, entre outros, permitem ao professor e aos alunos discutir e problematizar escritos, jornalísticos ou não, quase que em tempo real. No entanto, o problema reside na forma como esses escritos são abordados pelos professores, pois, como já dito, a memória jornalística produz memória histórica, mas não tem a obrigação nem a pretensão de atribuir sentido histórico aos fatos. O “sentido”, conforme o compreende Rüsen (2010), “articula percepção, interpretação, orientação e motivação, de maneira que a relação do homem consigo e com o mundo possa ser pensada e realizada na perspectiva do tempo”.

Sob esse prisma, busca-se alcançar “um mínimo de consistência do ‘eu’: a *identidade histórica*” (RÜSEN, 2010, p. 156).

A próxima narrativa a ser analisada é o livro *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas* (1997), de Romualdo Pessoa Campos Filho, professor da Universidade Federal de Goiás – UFG. Resultado de sua dissertação de mestrado nessa universidade, a obra teve sua primeira edição em 1997; a segunda data de 2012, nela sendo acrescentados mais quatro capítulos, um especialmente dedicado à luta dos familiares dos mortos e desaparecidos no Araguaia.

Além do citado trabalho, Campos Filho publicou *Araguaia: depois da guerrilha, outra guerra* (2014). Nesse livro, continuação da obra anterior e fruto de sua tese de doutorado em Geografia, o autor destaca alguns episódios relativos a conflitos agrários na região onde ocorreu a guerrilha. Depois do extermínio, a guerrilha naturalmente havia deixado suas marcas no movimento camponês, o que dava forma a um espectro que rondava a região. Esse trabalho, contudo, não será aqui analisado.

A obra aqui analisada é considerada o primeiro trabalho acadêmico sobre a Guerrilha do Araguaia e um clássico de sua historiografia. O autor inicia sua pesquisa no início dos anos de 1990, época em que o major Curió ainda mantinha “olheiros” na região. Curió havia constituído um poder paralelo na região com a aquiescência e suporte do poder público e do poder privado, num conluio para refutar qualquer tipo de movimentação que pudesse resultar em conflito armado como herança deixada pela guerrilha. Assim, saudamos o autor pela sua coragem, por empreender esforços na busca por evidências que ajudassem a esclarecer o que ocorrera no Araguaia há vinte anos.

O professor Campos Filho pode ser considerado o primeiro pesquisador a “dar voz” ao grupo mais prejudicado com a contenda, ou seja, os moradores da região, que ficaram em silêncio por quase duas décadas até serem reabilitados pelo historiador. Por produzir um farto material com entrevistas e depoimentos de moradores, de familiares de camponeses mortos e de sobreviventes do conflito, bem como de alguns guerrilheiros que também sobreviveram, seu livro e seu arquivo pessoal são referências para pesquisadores sobre o tema, inclusive para obras de cunho jornalístico, como é o caso do trabalho de Gaspari, aqui já analisado. Esse autor não apenas recorreu ao material do professor como também ao seu arquivo pessoal, segundo afirmações do pesquisador e do próprio jornalista.

Em sua narrativa histórica, Campos Filho (2012), assim como na maioria dos escritos sobre a guerrilha, segue uma ordem cronológica dos fatos. Utiliza as principais obras específicas sobre o tema, além de periódicos e documentos, recorrendo positivamente ao

materialismo histórico na sua formulação clássica. No entanto, o cerne da discussão consiste no fato de que a Guerrilha do Araguaia não pode ser vista como ação de um pequeno grupo, visto que

é preciso dimensioná-la na devida proporção histórica, reconhecendo-a como um dos momentos de maior mobilização de tropas federais brasileiras após a Segunda Guerra Mundial, cuja abrangência extrapolou os limites territoriais de numerosos países (CAMPOS FILHO, 2012, p. 47).

Nesses termos, segundo o autor, é preciso entendê-la como um capítulo cruel, sangrento e violento da longa história dos movimentos populares no Brasil “e, também, enxergar naqueles guerrilheiros não desvairados terroristas, mas homens e mulheres corajosos que tinham ideal revolucionário” (CAMPOS FILHO, 2012, p. 47), posto que não nutriam a intenção de destruir o Brasil. A luta constituía forma de enfrentamento à ausência de democracia e à dominação estrangeira. “E, naquele momento, a guerrilha era a única forma de luta possível” (CAMPOS FILHO, 2012, p. 47). Eram em sua maioria jovens seguindo a tradição das lutas sociais brasileiras, os quais, devido ao sistema repressivo imposto pela ditadura, fugiram das cidades e “se embrenharam nas matas do Araguaia à procura da liberdade perdida” (CAMPOS FILHO, 2012, p. 47).

No que tange à estratégia político-militar, que teria inspirado a luta no Araguaia, o autor é taxativo: “O desenvolvimento do trabalho de pesquisa levou à conclusão de que o elemento determinante na elaboração da estratégia e tática adotadas pelo PC do B foi o maoísmo” (CAMPOS FILHO, 2012, p. 292). Refuta, portanto, a teoria do foco defendida por alguns pesquisadores.

A historiadora Patrícia Sposito Mechi, professora da Universidade Federal do Tocantins, UFT, Câmpus de Porto Nacional, referindo-se ao trabalho em questão, assinala que

o autor recompõe o conflito no Araguaia, numa análise profundamente marcada pela construção feita pelo partido em torno do tema, no entanto, ‘esta é, contudo, a única publicação historiográfica específica sobre o tema’ (MECHI, 2013, p. 255-256)⁴⁷.

Também segue essa mesma linha de pensamento o professor dessa mesma instituição, Câmpus de Araguaína, e orientador da presente pesquisa, Euclides Antunes de Medeiros. Segundo palavras suas,

47. MECI, Patrícia Sposito. O discurso da Folha de São Paulo sobre a Guerrilha do Araguaia: aspectos preliminares. In: *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina*. Londrina/PR, 2013.

a preocupação do autor foi a reconstituição da história do conflito armado, por um viés de esquerda, tendo como foco a imagem dos guerrilheiros, utilizando como fios condutores de sua narrativa a origem da guerrilha em oposição à ditadura militar (MEDEIROS, 2013, p. 272)⁴⁸.

Ainda conforme Medeiros (2013), Campos Filho (2012) dispensa aos moradores um tratamento um tanto superficial, considerando-se os traumas vividos por essa população e a forma como outros grupos se apropriam da *memória da Guerrilha*. De enfoques equivocados como esse, decorre que “os moradores da região, são subsumidos [...] transformados em fantasmas” (MEDEIROS, 2013, p. 274).

Alguns pesquisadores acusam-no de ser um historiador oficial do PC do B. O autor se defende afirmando que “não pode haver história isenta do olhar ideológico” (CAMPOS FILHO, 2012, p. 303), pois seria impossível se despir de todo engajamento político para se colocar como um ‘historiador isento’” (CAMPOS FILHO, 2012, p. 305). Se assim fizesse, estaria repetindo “alguns que modificam seus pontos de vistas com o objetivo de se tornarem confiáveis ao sistema e poder obter o sucesso como intelectual ‘respeitado’” (CAMPOS FILHO, 2012, p. 305). Em complemento, o autor assinala que

não abdicamos dos paradigmas que foram responsáveis por construir a nossa visão de mundo, porque ela é fundamentada em valores de respeito à vida humana e à defesa de uma sociedade em que as pessoas sejam respeitadas não pelo que possuem em termos de riqueza material, porém pela sua condição de indivíduos que merecem igualmente ser tratados com dignidade (CAMPOS FILHO, 2012, p. 303).

Assim, em seu discurso, Campos Filho (2012) assume claramente seu posicionamento ideológico, o qual, obviamente, influencia sua narrativa histórica. Entretanto, seu engajamento e dedicação ao tema e o contato com moradores da região, inclusive dando-lhes assistência e orientações sobre questões de seu interesse perante órgãos públicos, colocaram-no várias vezes como observador em várias expedições do Grupo de Trabalho Araguaia.

Voltando à narrativa, observamos que, realmente, a ênfase maior recai sobre os dois principais grupos da contenda, quais sejam os militares e os guerrilheiros, não deixando o autor, porém, de abordar os acontecimentos sobre os clérigos católicos. Esses constituíam outro grupo que, embora minoritário, se comparado aos outros, se envolveu no conflito, ainda que indiretamente.

48. MEDEIROS, Euclides Antunes de. *Guerrilha do Araguaia: Memórias à margem da história. Outros Tempos*, v. 10, n. 16, p. 272, 2013.

Não percebemos, na narrativa, a composição de uma trama, mas a de uma narrativa historiográfica, porém não exatamente nos moldes propostos por Ricoeur (1994) ou, talvez, por Rüsen (2010) em sua perspectiva de constituição de *sentido* sobre a experiência do tempo nos planos da percepção, interpretação, orientação e motivação, que resulta na consistência de uma identidade histórica do “eu”. Assim, “nenhuma narrativa histórica é possível sem uma perspectiva e os critérios de sentido histórico com ela relacionados. Esses critérios são derivados da orientação cultural da vida prática” (RÜSEN, 2011, p. 150).

De igual forma, a obra não vislumbra uma perspectiva de uma “história vista de baixo” ou história de “gente comum”, nos termos propostos por Thompson (2001), haja vista que essa “gente” aparece na narrativa como “fonte de informação” para a construção de uma memória histórica pelo viés dos dois principais grupos envolvidos.

A narrativa em análise, portanto, sem negar sua contribuição para o desenvolvimento e aprofundamento do tema, assim como outras já questionadas, reforça e consolida uma memória histórica dominadora, hegemônica e excludente. Isso, por certo, tem repercussões nas práticas de ensino e, conseqüentemente, resulta na formação de uma consciência histórica acrítica, fazendo os indivíduos reféns de papéis sociais e formas predeterminadas de compreender e de viver a sua realidade.

O último autor a ter seus escritos analisados é o jornalista e historiador Hugo Studart. São dois os trabalhos sobre o tema: *A Lei da Selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia* (2006) e *Em Algum Lugar das Selvas Amazônicas: As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia* (1966 – 1974). O primeiro, transformado em livro, é fruto de sua dissertação de mestrado defendida na UnB. Segundo o autor, a obra foi objeto de duas dezenas de resenhas críticas em jornais e revistas de todo o país, incluindo *Valor Econômico*, *O Globo*, *Dinheiro* e *Isto É*. Recebeu Voto de Aplauso do Senado e da Câmara Federal. Foi agraciado com o Prêmio Herzog de Direitos Humanos 2006, Menção Honrosa, e também finalista do Prêmio Jabuti 2007, categoria melhor livro-reportagem do ano.

O segundo resulta de sua tese de doutorado, também defendida na UnB, em dezembro de 2013. Em ambos os trabalhos, o autor faz uma mescla das linguagens jornalística e acadêmica, sendo que no primeiro predomina a linguagem jornalística, dado que concorreu, como já mencionado, ao Prêmio Jabuti 2007, na categoria melhor livro-reportagem do ano.

Iniciamos nossas reflexões a partir do primeiro trabalho. O historiador e pesquisador Luís Mir (2006), em apresentação à referida obra, assim a define:

Temos um livro sobre o Araguaia que pela primeira vez abriu a porta para o julgamento histórico das responsabilidades de quem massacrrou e de quem poderia ter evitado o massacre. Primeiro, as responsabilidades. Depois, devolvam os corpos. Enquanto os militares não devolverem os corpos às famílias – e não ao PC do B – estaremos falando de crimes, nada mais que crimes. E enquanto o PC do B não exigir dos seus inimigos que devolvam os mortos às famílias, será cúmplice ou culpado quanto os militares. Enterremos os mortos. Eles querem paz (MIR, 2006, n.p).

Resta evidente que o enfoque da obra privilegia basicamente os dois principais grupos envolvidos no conflito no Araguaia, o Exército e o PC do B, atribuindo-lhes as devidas responsabilidades. Segundo Studart (2006),

o objetivo [do livro] não é analisar o episódio sob o ponto de vista dos guerrilheiros, tampouco dos moradores da região. [...] Trata-se, aqui, de relatar o significado do conflito sob a ótica de um dos lados envolvidos, os militares que participaram da luta (STUDART, 2006, p. 15).

Tendo como ponto de partida uma bibliografia básica sobre o tema, o autor recorre aos documentos do partido, como o *Relatório Arroyo*, *Relatório Pomar* e o *Diário do Velho Mário*, esse último inédito, trazido à tona pelo autor. Igualmente, lança mão do *Dossiê Araguaia*⁴⁹, documento com cento e setenta e quatro páginas, elaborado por um grupo de militares, a maioria hoje na reserva, cuja versão dos fatos não é a oficial. O dossiê faz parte dos anexos da obra ora focalizada. Os militares depoentes nesses e em outros documentos tiveram, em sua grande maioria, seus nomes preservados.

O autor faz uso, ainda, de periódicos e de endereços eletrônicos, mas em sua narrativa predomina, claramente, o uso de documentos e de depoimentos de militares, embora não haja uma reprodução desses discursos. Desse modo, pelo fato de usar basicamente o viés militar em seu trabalho, alguns acontecimentos entram em choque com outras versões. É o caso da morte da guerrilheira Telma Regina Cordeiro Corrêa, a Lia. Ponto digno de destaque é o fato de o autor resgatar diálogos interessantes, como o estabelecido entre Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, a Dina, e seu carrasco, o sargento do Exército Joaquim Artur Lopes de Souza, codinome Ivan. Percebe-se, também na obra, uma ordem cronológica dos acontecimentos, na qual se encadeiam as fases do conflito e delimitam-se os três sujeitos históricos envolvidos, excluindo-se da História, portanto, a memória do grupo religioso católico.

49. Segundo o autor, esse dossiê confirma a ideia de que ‘o imaginário dos militares não era monolítico nos tempos da guerrilha – ao contrário, era um imaginário plural’ (STUDART, 2006, p. 154).

Em sua narrativa, Studart dialoga com vários teóricos. Em relação aos conceitos de imaginário, recorre a Bronislaw Baczko e Cornelius Castoriadis; no que se refere a concepções de poder, ancora-se em considerações de Hannah Arendt, Michel Foucault e Pierre Bourdieu; ao conceituar cultura, revisita Roger Chartier e Hommi Bhabha, entre outros.

A obra em análise, portanto, pauta-se por uma linguagem mista, com certo rigor metodológico. Constitui-se em um discurso argumentativo-explicativo, sem uma trama aparente. Poderíamos, então, situá-la em um entrecruzamento da narrativa acadêmica com a narrativa jornalística ou mesmo em um entrecruzamento da História e da ficção, conforme reflexões de Ricoeur (1994).

Quanto ao segundo trabalho, a tese de doutorado, considerada a melhor do ano de 2014 pelo Colegiado do Departamento de História da UnB, tem características essencialmente acadêmicas. Nele, além dos vários documentos utilizados, trabalha-se com depoimentos de moradores da região e de ex-guerrilheiros, bem como de familiares de guerrilheiros e de camponeses mortos. Como no trabalho anterior, não há nenhuma alusão ao principal grupo religioso responsável pela espiritualidade do povo da região. Em termos outros, a narrativa contempla os três principais agentes históricos da luta desenvolvida no Araguaia, ou seja, militares, guerrilheiros e camponeses, embora a ênfase maior recaia sobre os dois primeiros grupos.

Esse trabalho, todavia, não é uma continuação do anterior, apesar de dele fazer uso recorrente. Nessa narrativa, além de dialogar com os vários teóricos anteriormente citados, o autor faz uso de contribuições teóricas de Hannah Arendt, Walter Benjamin e Paul Ricoeur. “‘Faróis’ emissores de pensamento reluzentes, os três filósofos compõem os pilares dos pontos nevrálgicos desta pesquisa”, esclarece Studart (2013, p. 33). Dessa incursão tem-se uma aproximação entre os pensamentos de Ricoeur e os de Benjamin, para os quais “o cronista é o narrador da história” (STUDART, 2013, p. 47). Em adição, o autor vai buscar na alegoria da *Casa de Pedras*, de Aristóteles, a forma de composição das forças guerrilheiras do Araguaia, como sendo uma construção formada de pedras singulares, trabalhadas para exercer funções inter-relacionadas. Ainda em diálogo com Ricoeur, intenta encaminhamentos às questões delicadas da memória e do esquecimento, além de apropriar-se de seus conceitos de perdão e anistia.

Assim procedendo, o autor segue a linha ricoeuriana, posto que prima pela narração ao invés da explicação. Inicia a narrativa de sua intriga ou trama com um episódio ocorrido no início da terceira campanha, ou seja, a morte e decapitação do guerrilheiro Arildo Airton

Valadão, o Ari, primeiro a ser decapitado. Tudo indica que esse tenha sido morto por mateiros, os quais teriam recebido 500 cruzeiros pelo serviço.

Tem-se, em evidência, o fato de que o autor, ao invés de dar prioridade a outros acontecimentos considerados até mais importantes, como “a chegada dos militares à região” e ao “Chafurdo de Natal”, opta por focalizar um que, embora considerado de proporções menores em face dos demais, desencadeia repercussão e abalo emocional muito maiores, principalmente entre os guerrilheiros. Por assim ser, quando do enterro do corpo sem cabeça de Ari, assim Osvaldão teria reagido: “Olhem bem para este companheiro aqui. Prestem bem atenção ao que aconteceu com ele, porque a partir de agora todos nós vamos passar por esse processo” (STUDART, 2013, p. 80). A guerrilheira Dina também teria desabado. “Para os guerrilheiros, Dina desabar era um fato relevante” (STUDART, 2013, p. 79). O autor esclarece que esse acontecimento representou a terceirização da luta por parte dos militares, que consistiu no recrutamento de camponeses, agora transformados em matadores de aluguel.

Em que pese ter dispensado ênfase a acontecimentos “menores”, a narrativa contempla todas as fases do conflito, embora sem seguir uma ordem cronológica dos fatos. Trata-se, portanto, de uma narrativa histórica na qual se desenvolve uma tessitura de intriga, permeada, talvez aqui e acolá, por um toque de ficção. Nesse sentido, Ricoeur (1994, p. 222) põe em negrito que “o grande historiador é aquele que consegue tornar aceitável uma nova maneira de seguir a história”.

De todas as narrativas aqui analisadas, sem deixar de considerar o mérito de cada uma, o segundo trabalho de Studart é o que mais se aproxima de uma concepção de narrativa histórica nos moldes de Ricoeur e de Rüsen. Entretanto, parafraseando Medeiros (2013, p. 262), muitas memórias ainda estão à margem da História. E, no que tange ao ensino, em associação à sua contribuição para o desenvolvimento de uma memória histórica, a obra pode auxiliar em uma concepção de ensino sobre o tema que contemple outras memórias, outros personagens históricos da luta, distribuindo de forma mais equitativa as participações e visões dos vários grupos envolvidos no conflito no Araguaia.

CAPÍTULO II

2 A CIRCULAÇÃO DA MEMÓRIA ACERCA DA GUERRILHA: A região e suas escolas e seus professores

2.1 A RELAÇÃO ENTRE A MEMÓRIA SOCIAL, A HISTÓRIA E OS PROFESSORES DA REGIÃO

Neste capítulo, desenvolvemos a análise das entrevistas realizadas com sete docentes das redes estadual e municipal de ensino das cidades de Araguatins, Xambioá (TO) e São Geraldo (PA). Interpretando os depoimentos desses professores, abordaremos a forma como as memórias sobre a guerrilha estão sendo trabalhadas, em sala de aula. Nesse sentido, problematizamos as fontes “Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia”, enfatizando os “depoimentos de moradores”⁵⁰ ao Ministério Público Federal do Pará (doravante MPF/PA), em 2001, cujo objetivo é trazer para a cena histórica as memórias que ficaram às suas margens, ou seja, as “memórias subterrâneas”. Referindo-se a essas memórias marginalizadas, Michael Pollak (1989) destaca:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância das memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. [...] Assim, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados (POLLAK, 1989, p. 3).

Dessa forma, as memórias subterrâneas representadas nesses depoimentos fazem um contraponto a uma espécie de “memória oficial” do conflito, ou seja, uma memória histórica solidificada que coloca em cena o predomínio dos discursos dos militares e dos guerrilheiros, negligenciando as falas dos “excluídos, dos marginalizados e das minorias”.

Começamos nossa pesquisa pela cidade de Araguatins. Entre as cidades pesquisadas, essa fica mais ao norte do Estado do Tocantins. A primeira entrevista foi feita com a professora Elsa Cilane Rodrigues da Silva⁵¹, licenciada pela Universidade Estadual do

50. Apesar de esses depoimentos passarem pelo filtro ou crivo do Analista Processual que o digitou, entendemos que todos eles expressam as ‘memórias’ e os sentimentos de seus depoentes.

51. Professora contratada. Atua há dez anos no Centro de Ensino Médio Antonina Milhomem. Entrevista concedida em 16/09/2015, na referida escola.

Maranhão – UEMA. Segundo a docente, teve contato com o tema na graduação. Por ser um “tema muito ‘visado’ na sociedade, me encantei pela história da guerrilha e tive um professor que organizava apostilas sobre o tema para debatermos em sala” (SILVA, E., 2015). O fato de ser um *tema muito visado*, subentendemos que a docente se refere à Guerrilha do Araguaia como um tema considerado ainda certo tabu na época e que o referido professor utilizava textos acadêmicos e jornalísticos sobre o tema.

Ainda conforme o depoimento da professora Elsa Silva, quando adolescente residia no Estado do Maranhão, a mais ou menos 700 quilômetros de distância da cidade de Araguatins. A esse respeito, esclarece que “não entendia porque na época os adultos ameaçavam mandar para o Bico do Papagaio aqueles que eram mais desobedientes, pois lá [no Bico] ia tomar jeito” (SILVA, E., 2015). Aqui, a alusão ao Bico do Papagaio denota o medo que as pessoas tinham de ser enviadas à região, lugar onde a luta pela terra era e ainda é extremamente conflituosa.

No que tange à verdade acerca de tais ameaças, Silva esclarece que: “Depois que vim para a região como moradora [1998], e depois como professora [a partir de 2004], descobri que a coisa não era como as pessoas falavam” (SILVA, E., 2015). Aqui, devemos ressaltar que no período em que a professora veio para a região ainda havia certa resistência dos moradores locais em falar sobre a guerrilha, mas muito diferente do que há alguns anos, principalmente a partir de sua admissão em sala de aula. Para corroborar nossa asserção, reproduzimos trecho do depoimento do lavrador S.S.G., que relatou ao MPF/PA.

[...] que não sabia da chegada do Ministério Público Federal na região, mas não ficou surpreendido em virtude da esperança que tem no sentido de que um dia tudo seja devidamente esclarecido porque não poderia ficar impunes tantas atrocidades na época da guerrilha pelo Exército Brasileiro⁵².

Nesse pequeno trecho da narrativa do depoente, percebe-se que a vinda do MPF/PA à região fez com que as pessoas se sentissem mais à vontade para falar e trouxe “esperança” de que o acontecido seja “devidamente esclarecido” e que as “atrocidades” cometidas pelos militares não deveriam ficar “impunes”. Portanto, nos primórdios do século XXI, já havia

52. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público nºs 01, 03 e 05*. MPF/SP/DF/PA. 2001. Disponível em: <www.geraçãobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014. O referido inquérito visava a localizar os restos mortais de vítimas da repressão política. Em nosso caso, dos ‘desaparecidos da guerrilha’. Apesar de os nomes completos dos depoentes aparecerem na documentação e que tenha sido publicada no *site* da Geração Editorial, consideramos o fato de não termos a autorização para divulgação de suas identidades, optando, por questão de ética profissional, por citá-los apenas pelas iniciais, o que se estende aos demais depoimentos.

certa perspectiva do tema em questão deixar de ser um tabu entre a população local, bem como em sala de aula.

No que tange à inserção do tema da guerrilha na sala de aula, a docente relatou: “[O tema] faz parte do meu planejamento anual e mensal para as turmas dos terceiros anos do ensino médio tanto dentro da História do Tocantins como da ditadura civil-militar” (SILVA, E., 2015). Acrescenta que “os alunos têm curiosidade em saber o que foi realmente a guerrilha, escutam relatos dos parentes: avós, tios, etc., que chamam à atenção deles” (SILVA, E., 2015). Além da organização de apostilas sobre o tema, Cilane coordenou, em 2009, uma pesquisa de campo com os alunos, na qual entrevistaram pessoas que viveram na época da guerrilha e que, conforme alguns depoimentos, as pessoas afirmavam “não entender como aquelas mulheres tão bonitas (as guerrilheiras) estavam ali” (SILVA, E., 2015). No final fizeram uma exposição com fotos e textos elaborados a partir do que foi relatado pelos entrevistados.

Perguntada se alguma vez se sentiu coagida por abordar o tema em sala de aula, disse que “por parte da escola, não. Os questionamentos são mais dos alunos sobre a questão da posse de terras” (SILVA, E., 2015). Nesse sentido, declara que “certa vez, em sala de aula falando sobre o padre Josimo, um aluno se revoltou e falou que não gostava de ‘sem terras’, de posseiros, etc.” (SILVA, E., 2015). Aqui, vale ressaltar que, no imaginário de muitas pessoas da região está disseminada a ideia inculcada por fazendeiros da região, que colocam a guerrilha como responsável pelas disputas pela terra depois do conflito, quando, na verdade, a questão agrária na região é bem anterior à guerrilha, o que não exclui sua influência sobre os conflitos agrários posteriores.

Questionada sobre o livro didático⁵³ e sua utilização em sala de aula, a professora informa que “no livro atual adotado pela escola há referência à guerrilha, mas não aprofunda, e que é um avanço, pois antes não abordavam a guerrilha” (SILVA, E., 2015). No entanto, “não participei da escolha desse livro”, acrescenta (SILVA, E., 2015). Ainda segundo Cilane, sempre que participou da escolha dos livros didáticos, questionava os representantes das editoras quanto às lacunas ou ausências de temas importantes nos livros, inclusive sobre a guerrilha, mas a resposta era que “os responsáveis eram os autores dos livros” (SILVA, E., 2015).

53. O livro didático adotado pela escola é a *Coleção Novo Olhar – História*, dos autores Marco Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg. São Paulo: Editora FTD, 2013. Os autores dedicam um parágrafo com sete linhas sobre a Guerrilha do Araguaia. (Ver excerto nos anexos).

Segundo Fonseca (2005, p. 49), “o livro didático é, de fato, o principal veiculador de conhecimentos sistematizados, o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros que têm acesso à educação escolar”. Daí a importância da inserção de outros temas nos livros didáticos, muito embora o “processo de simplificação no nível de difusão implica tornar definitiva, institucionalizada e legitimada pela sociedade a memória de um projeto de poder vitorioso” (FONSECA, 2005, p. 142). Portanto, “o processo de excluir inicia-se no social, onde ‘alguns atos’ são escolhidos e ‘outros’ não, de acordo com os critérios políticos”, ou seja, “através do livro didático, os excluídos não aparecem. Perdem o direito à história” (FONSECA, 2005, p. 142).

A entrevistada também questionou sobre o ENEM, na medida em que “as provas contemplam o tema da ditadura, mas não encontrou nenhuma questão que abordasse a guerrilha” (SILVA, E., 2015). Disso, depreende-se que, apesar das ações governistas, principalmente com a criação da “Comissão Nacional da Verdade” para trazer à tona os desmandos praticados pelo Estado brasileiro, com ênfase maior no período da ditadura civil-militar, é contraditório que temas importantes para memória histórica do país sejam excluídos dos manuais didáticos e das provas do ENEM, em prejuízo para a história regional.

Sendo assim, inferimos que a referida professora é detentora de uma memória histórica ou social da Guerrilha do Araguaia. Essa memória é extraída de narrativas acadêmicas e, principalmente, de narrativas jornalísticas. “A guerrilha foi organizada pelo PC do B e que houve a cremação de corpos de guerrilheiros na Serra das Andorinhas (PA)” (SILVA, E., 2015), afirma a docente, referindo-se à “Operação Limpeza”, ocorrida no final do conflito. Em seu entendimento, “o Exército tem que abrir seus arquivos para dar uma resposta à sociedade”, e “as memórias sobre a guerrilha não podem se apagar, e que, a sala de aula é o lugar onde essas memórias devem ser trabalhadas” (SILVA, E., 2015). Lamentou sobre a “demolição” do Memorial da Guerrilha em Xambioá, uma “demonstração da falta de consciência histórica da população”, enquanto que “em Caxias, no Maranhão, o museu da Balaiada preserva a memória do movimento” (SILVA, E., 2015). Dessa forma, além dessa memória histórica recorre a outras narrativas, outras memórias para o trabalho em sala de aula, como é o caso das entrevistas realizadas pelos alunos com moradores da região e coordenada por nossa colaboradora, como citado anteriormente.

Devemos frisar, entretanto, que os trabalhos de campo com alunos das escolas situadas na região do conflito, coordenados e orientados por professores devem contribuir para a mudança de percepção sobre os grupos envolvidos na contenda, que é também um dos objetivos do nosso trabalho. Há que reconhecer, pois, que as representações acerca do

processo histórico da Guerrilha do Araguaia são inúmeras, principalmente em função dos trabalhos jornalísticos, cristalizando uma memória muito específica sobre a guerrilha, numa visão maniqueísta em que os militares são perversos e os militantes são bons e bravos, e da população ora sendo vítima e ora ficando fora do processo (MEDEIROS, 2012).

Outro depoimento colhido foi o do professor Cristiano Gomes da Silva⁵⁴, licenciado também pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Segundo o docente, “fiquei sabendo sobre a guerrilha na graduação, pois um professor levou a turma para um trabalho de campo na comunidade de *sete barracas*⁵⁵, no povoado denominado de ‘Sucavão’, pois foi como se tivesse tido contato direto com reminiscências da guerrilha” (SILVA, C., 2015). Segundo Rodrigo Peixoto (2011),

a memória da guerrilha está viva, mas reprimida, inclusive fora dos currículos escolares, quando se trata de fato histórico de grande relevância para o entendimento do que é hoje a região. A Guerrilha do Araguaia foi um fato seminal na história, quase tudo o que aconteceu depois na região se relaciona ao episódio (PEIXOTO, 2011, p. 489).

Sobre essa questão da guerrilha ter sido um “fato seminal”, ou seja, ter deixado uma marca, um “carimbo” na memória e no imaginário regional, recorremos ao depoimento prestado ao Ministério Público Federal do Pará, em 2001, por P. M. N.: “Nesse dia PIAUÍ teria dito ao depoente ‘nós vamos morrer, mas nossa semente vai ficar plantada aqui’”⁵⁶.

Quando da invasão pela Polícia Federal da Delegacia Sindical dos Trabalhadores Rurais, no povoado de Buriti, município de São Sebastião do Tocantins-GO, no dia 09 de setembro de 1984, espancando e sequestrando lavradores, aos quais, em interrogatórios, os federais perguntavam: “Vocês recebem dinheiro de fora, da África, da Itália, de Cuba, de Moscou, para fazerem o Sindicato funcionar?” (SCAMPA, 1984, p. 11), chamavam os lavradores de terroristas, bandidos, porras, filhos da puta, comunistas. “Você, terrorista sem vergonha e bandido, está sofrendo porque só quer acompanhar aquele padre também terrorista e sem vergonha (alusão ao padre Josimo)” (SCAMPA, 1984, p. 12). Humilhavam os lavradores: “Quantos filhos tu tem, filho da puta, com aquela puta que tu diz que é tua mulher, e deixam aquele padre fazer filhos na mulher de vocês?” (SCAMPA, 1984, p. 13). “Tu sabe

54. Professor concursado desde 2010, atua há 12 anos na profissão, sendo que há 04 leciona no Centro de Ensino Médio Antonina Milhomem. Entrevista concedida em 17/09/2015, na referida escola.

55. Ver FERRAZ, Siney. *O Movimento Camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo*. 2. ed. Imperatriz-MA: Ética Editora, 2000. Esse conflito, ocorrido na década de 1980, pode ser considerado como um dos desdobramentos da Guerrilha do Araguaia, na perspectiva de ‘a guerra que veio depois’.

56. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público n.ºs 01, 03 e 05*. MPF/SP/DF/PA. 2001. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

do que aconteceu nas Andorinhas. Nós é que fizemos tudo aquilo. Vocês vão sofrer a mesma coisa” (SCAMPA, 1984, p. 15). Depreende-se aqui, que o discurso ou a narrativa dos agentes federais para com os lavradores da região do Bico do Papagaio reforça de certa forma, esse imaginário da guerrilha. Termos como: “terroristas”, “comunistas” e “Andorinhas” faziam parte do vocabulário dos militares na época da guerrilha. E a forma de interrogar talvez não fosse muito diferente, conforme depoimento ao Ministério Público Federal do Pará, em 2001, por A. L. S. Conforme registros do MPF: “[...] o declarante foi espancado por pessoas à paisana quando estava em Marabá, no DNER, mediante socos e pontapés, que as pessoas que batiam chamavam o declarante de terrorista”⁵⁷.

Ainda conforme Peixoto (2011),

são muitos os episódios marcantes da ‘guerra que veio depois’. Em 1976, logo após a guerrilha, aconteceu o Conflito de Perdidos, que culminou em confronto dos trabalhadores rurais com a Polícia Militar, que, na época, atuava em estreita colaboração com fazendeiros e grileiros. O conflito se deu em função da tentativa de um grileiro, dizendo-se representante da Fundação Brasil Central, retirar à força 300 famílias de trabalhadores que ocupavam as terras. Os trabalhadores se entrincheiraram para resistir e fizeram fogo contra os policiais, matando dois e ferindo mais dois. Ainda no rescaldo da guerrilha, o Conflito de Perdidos repercutiu intensamente na imprensa, mobilizou autoridades civis, militares e eclesiásticas, e resultou na prisão de, pelo menos, cem trabalhadores, além do padre Maboni e do seminarista Hilário, que foram torturados juntamente com os trabalhadores (PEIXOTO, 2011, p. 490-491).

Dessa forma, ao que tudo indica, nesse contexto de pós-guerrilha, pode-se dizer que houve uma continuidade que permite qualificar os acontecimentos como fazendo parte de uma mesma série. O padrão de repressão não mudou desde a guerrilha, e o tratamento hostil dispensado aos moradores estabeleceu uma norma, resultando que a brutalidade dos agentes estatais forneceu um padrão que também foi seguido por particulares. “Ao contexto já violento de fronteira se acrescentou um clima de guerra, e a região se fez como um ‘lugar de pistolagem, de trabalho escravo, de mortes políticas anunciadas e de chacinas’” (PEIXOTO, 2014, p. 53).

Discorrendo sobre o referido conflito, Campos Filho (2014) assim o caracteriza:

O caso dos Perdidos, Santa Luzia dos Perdidos ou Boa Vista do Pará é apenas um dentre outros. A antiga Caianos, dos Guerrilheiros do Araguaia, levantar-se-ia mais uma vez em pé de guerra, agora com ação direta dos próprios camponeses, que defendiam o que consideravam um legítimo direito à posse da terra. A influência dos antigos ‘paulistas’ nas técnicas de emboscada contra os policiais e técnicos do Inkra,

57. Sr. A. L. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público n.ºs. 01, 03 e 05*. MPF/SP/DF/PA. 2001. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

inegavelmente, será uma herança da Guerrilha e por isso foi duramente combatida (CAMPOS FILHO, 2014, p. 188).

Na perspectiva da “guerra que veio depois”, portanto, o caso de Perdidos talvez seja o mais emblemático, mas houve vários outros, como o da “Fazenda Capaz” e o de “Itaipavas”, sobre os quais não vamos discorrer aqui. E, se quase tudo o que aconteceu depois na região se relaciona ao episódio, é porque a guerrilha deixou sua marca indelével na memória e no imaginário dos moradores da região. Em outras palavras, a “semente” que foi “plantada” vingou, como preconizou o guerrilheiro Piauí.

Voltemos ao depoimento do docente, no qual afirma que “o tema da guerrilha faz parte de seu planejamento anual, e que é abordado no 3º bimestre quando trabalha a ditadura militar” (SILVA, C., 2015). Percebe-se que há um momento específico para a abordagem do tema, de forma que se trabalha a guerrilha como apêndice da ditadura militar. O declarante afirma ainda:

Já coordenei pesquisas onde os alunos entrevistaram moradores da cidade que viveram na época da guerrilha, e que inclusive têm funcionários da escola que conheceu (embora enquanto criança ou adolescente) alguns guerrilheiros como Osvaldão e Fátima. Só que os relatos colhidos dão conta que os guerrilheiros eram pessoas pacíficas que ajudavam a população. No entanto, algumas pessoas mais idosas ainda resistem em falar sobre o assunto com medo de represálias. Também falam que houve muita repressão por parte do Estado (SILVA, C., 2015).

Assim, de acordo com essa fala, podemos aludir ao que Pollak (1992) chama de acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Esses seriam

[...] acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. [...] É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 201).

O enaltecimento dos guerrilheiros enquanto pessoas pacíficas, justas e boas e que ajudavam o povo da região encontram-se praticamente em quase todos os depoimentos dados ao MPF/PA, em 2001. Do depoimento de R. S. S., temos:

Que os *guerrilheiros* frequentavam a casa da declarante e que eram pessoas educadas, prestativas, cuidavam dos doentes, inclusive a SÔNIA prestou atendimento em uma ocasião ao seu marido que estava com febre decorrente de

malária; Que também cuidou de sua filha, que estava adoentada com dores na barriga⁵⁸.

Ainda sobre essa questão, o depoente A. M. S. afirma: “[...] o povo da região não tinha nenhum medo dos guerrilheiros, pois eles eram muito bons; Que, ao contrário, o povo gostava muito deles, o que eles temiam era o Exército”⁵⁹. Todavia, isso não significa dizer que ao longo de todo o conflito permaneceu a já referida visão maniqueísta, sendo os militantes vistos como *bons* e os militares como *maus*, apesar de toda uma propaganda encetada pelos militares, taxando os guerrilheiros de terroristas, assaltantes de bancos, estupradores, etc. As coações e constrangimentos a que eram submetidos os moradores da região pelo Exército os forçavam a resistir e agir de acordo com as circunstâncias do momento, ora numa situação de neutralidade – já que a maioria dos moradores não apoiou nenhum dos lados –, ora se posicionando de um lado ou de outro na contenda. Assim, esse imaginário que toma os militantes como heróis, consolida-se, depois do desmantelamento da guerrilha, em uma “memória quase que herdada” ou em uma “memória histórica”.

Ainda no que se refere às adesões aos dois grupos em conflito, houve casos em que alguns moradores aderiram radicalmente aos militares. O caso mais emblemático é o de Zé Catingueiro. Apesar de inicialmente ter flertado com a guerrilha, debandou para o lado dos militares e chegou a ser “homem de confiança” de Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Curió, inclusive trabalhando para esse depois da guerrilha no garimpo de Serra Pelada.

O depoimento de R. N. S. ao MPF/PA deixa patente a natureza da relação de Zé Catingueiro com os militares.

Contou que PEDRO CARRETEL – outro camponês que havia aderido à guerrilha – foi preso por uma equipe que andava com ZÉ CATINGUEIRO e ferido por um tiro do próprio ZÉ CATINGUEIRO. Na mesma ocasião, NELITO, outro guerrilheiro ‘foi naufragado’, ou seja, morto. ZÉ CATINGUEIRO contou para o depoente que PEDRO CARRETEL lhe teria ameaçado de morte quando fosse solto; dessa forma ZÉ CATINGUEIRO foi reclamar junto ao Comandante, que teria determinado a morte de PEDRO CARRETEL⁶⁰.

58. Sra. R. S. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público n°s 01, 03 e 05*. MPF/SP/DF/PA. 2001. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

59. Sr. A. M. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público n°s 01, 03 e 05*. MPF/SP/DF/PA. 2001. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

60. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público n°s 01, 03 e 05*. MPF/SP/DF/PA. 2001. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

Dessa forma, entendemos que os militares através da coação e das Ações Cívico-Sociais – Operação ACISO, a partir da segunda campanha, conseguem cooptar⁶¹ os moradores que conheciam melhor a região e os revolucionários, pois todos os mateiros de alguma forma haviam tido contatos com o “povo da mata”, já que também, de um modo ou de outro, tinham sido assistidos pelos guerrilheiros.

Quanto às adesões e apoios à guerrilha, Ângelo Arroyo, em seu Relatório⁶², diz que no período da trégua o maior êxito da guerrilha foi a sua ligação com as massas. “Ganhamos muitos amigos, e não era só apoio moral. A massa fornecia comida e mesmo redes, calçados, roupas, etc. E informação. Contávamos com o apoio de mais de 90% da população” (ARROYO, 1974, n.p). Arroyo exagera. Mais adiante, sobre a adesão de combatentes, diz: “Aderiram vários elementos da massa: em dezembro de 1972, entrou um; em abril de 1973, um; de junho em diante entraram mais cinco no A; dois no B; e dois no C. Uma boa parte da massa realizou tarefas ligadas à atividade guerrilheira” (ARROYO, 1974, n.p). Perfazendo um total de 11 moradores recrutados, número bastante inexpressivo.

Maurício Grabois, em seu Diário⁶³, relata logo no início dos combates que: “As perspectivas de ajuda da massa parecem boas” (GRABOIS, 1972, n.p). No final do segundo mês dos combates, escreve: “Sobre a atitude da massa, podemos afirmar que é de profunda simpatia em relação à nossa luta e de condenação às forças da repressão” (GRABOIS, 1972, n.p). Em demonstração de otimismo, afirma: “Acreditamos também que a pequena burguesia das cidades próximas e das corrutelas simpatizam conosco. Mesmo alguns elementos abastados, descontentes com a ditadura, darão seu apoio à luta” (GRABOIS, 1972, n.p). Depois de cinco meses da luta, faz um balanço e escreve: “As FF GG (Forças Guerrilheiras) já entraram em contato direto com 150 famílias. Está do nosso lado a simpatia da grande maioria da população local” (GRABOIS, 1972, n.p). Entretanto, mais adiante esclarece: “Não confiamos suficientemente nas massas”, mas reconhece ser “[...] imprescindível travar árdua luta pela conquista das massas” (GRABOIS, 1972, n.p). Sendo assim, apesar de seu otimismo, mostra-se também reticente quanto à confiança na massa. Tanto Arroyo como

61. Uma forma de cooptação era recompensar com pagamento em espécie pela captura ou morte de guerrilheiro. Do depoimento ao Ministério Público Federal do Pará, em 19/07/2001, prestado por S. M. R. temos: “[...] que recebeu 5000 cruzeiros para dividir entre o depoente, Iomar Galego e Raimundo Baixinho pela morte do guerrilheiro Ari, que teve sua cabeça cortada e levada para a base do Exército em Xambioá’.

62. Relatório Arroyo (1974), s/nº de p. In: *Documentos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

63. GRABOIS, Maurício. Diário de Maurício Grabois (Velho Mário). 12 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973, s/nº de p. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

Grabois se referem aos moradores locais como *elemento de massa* ou *gente da massa*, que deveria ser cooptada, mas sem o *status* dos militantes de esquerda.

No aniversário de um ano da resistência armada, Grabois faz um balanço positivo do apoio da massa, destacando que “o trabalho de massas foi o maior êxito da guerrilha. [...] Generalizada é a simpatia e extenso o apoio às FF GG” (GRABOIS, 1973, n.p). Entretanto, até aquele momento apenas uma adesão⁶⁴ havia sido feita às fileiras de combatentes da guerrilha, sendo que, até dezembro de 1973, Grabois enumera 10 adesões. Ao que tudo indica, o apoio da massa oscilava de acordo com a ofensiva e represália dos militares acrescida das Operações ACISO e da propaganda e difamação contra a guerrilha, configurando-se em uma imensa peça teatral.

Em agosto de 1973, Grabois escreve: “alimentar os guerrilheiros é para as massas, quase uma lei” (GRABOIS, 1973, n.p). Mas, a partir de outubro, com o desenvolvimento da última campanha, diz que “o inimigo prossegue em sua repressão contra a massa. Muitos estão incomunicáveis, não podendo ser visitados por suas famílias. Politicamente, isso nos é favorável” (GRABOIS, 1973, n.p). Por outro lado, materialmente, as represálias aos moradores não favorecem a guerrilha.

Nos depoimentos de L. M. S. e Z. P. N ao MPF/PA, registra-se:

QUE além da família dos declarantes, também estavam seguindo os guerrilheiros as famílias de ZÉ DOS SANTOS (JOSÉ ATANÁSIO SANTANA), ZÉ GONÇALO, JOÃO DA MARIONA, VELHO TADEUS e ROMÃO; QUE as referidas famílias e os guerrilheiros armaram barracos de palha na mata; QUE os declarantes ficaram com o grupo do NELITO; QUE o declarante ficou 22 dias na mata com o *povo da mata*⁶⁵.

Depreende-se desses relatos, que, apesar de angariar certo apoio da massa, esse apoio não foi tão expressivo, sendo um dos motivos que acelerou a derrocada da guerrilha. Segundo Medeiros (2013), poucos foram os que assumiram um dos lados por motivos ideológicos e, independentemente disso, estavam fazendo escolhas, acossados por uma situação traumática na qual não se colocaram voluntariamente. Segundo o autor, o que não se pode admitir é o desmerecimento da ação guerrilheira contra a ditadura e as homenagens que lhes são prestadas, muito menos negligenciar a atuação e as memórias de outros sujeitos que viveram aquele processo, o que seria mais uma atrocidade cometida contra eles.

64. O primeiro lavrador a aderir à guerrilha foi Pedro Carretel (Pedro Pereira de Souza ou Pedro Matias de Oliveira), no final de dezembro de 1972.

65. Depoimentos do Sr. L. M. S. e da Srª. Z. P. N. ao Ministério Público Federal do Pará, em 06/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

Outro aspecto importante, no que concerne ao apoio à guerrilha, diz respeito ao grupo dos religiosos. Arroyo, em seu Relatório, faz apenas uma referência a esse grupo. Sobre o início dos primeiros combates, escreve: “As perseguições estenderam-se aos padres. Alguns foram presos e depois soltos” (ARROYO, 1974, n.p). Em seu Diário, Grabois descreve a missiva enviada ao Bispo de Marabá, D. Estevão Cardoso de Avelar: “Tomamos conhecimento, através de estações radioemissoras do estrangeiro, de sua atitude corajosa no triste e vergonhoso episódio dos maus tratos e torturas infligidos ao padre Roberto e à Irmã Maria das Graças por tropas do governo” (GRABOIS, 1973, n.p). Ainda o elogia por ter apresentado relatório à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, dando sua versão do episódio. Fazendo referência a um clérigo, destaca: “É testemunha de nossa atividade laboriosa e prestativa um dos mais ativos e conhecidos sacerdotes de sua Prelazia, Frei Gil, que mais de uma vez esteve conosco, quando realizava desobrigas pelo beiradão do Araguaia” (GRABOIS, 1973, n.p). Assim, justifica-se a ação do movimento que, juntamente com os moradores da região, resolveu pegar em armas para derrotar a ditadura. Em outra passagem, Grabois, referindo-se à elevada moral dos guerrilheiros diante da opinião pública, diz: “Exemplo disso é a atitude de simpatia em relação à nossa luta, dos padres e dos terecoseiros [...] E dos crentes” (GRABOIS, 1973, n.p). Na primeira referência, se além mais a reverenciar o bispo de Marabá, na segunda, exalta a simpatia pela guerrilha, não só dos padres, mas de outras matrizes religiosas.

Quanto aos depoimentos de moradores ao MPF do Pará, em 2001, a única referência encontra-se no depoimento do francês E. W., que no início de 1977, portanto depois da guerrilha, “[...] foi chamado para depor como testemunha de um processo militar contra o Pe. MALBONE. Que se referia ao caso dos ‘PERDIDOS’, quando o referido padre reclamou da prisão arbitrária de vários posseiros da região”⁶⁶. Apesar da importância do apoio dos religiosos, não somente da Igreja Católica, do ponto de vista prático e material, parece que esse apoio foi bastante tímido, embora sejamos sabedores de que o objetivo dos sacerdotes seja “salvar almas”, inúmeros são os exemplos de clérigos, principalmente católicos, que contribuíram com as causas sociais.

A memória dos religiosos que vivenciaram o confronto no Araguaia ainda está para ser explorada, bem como a dos que vieram depois, os quais, de alguma forma, também foram influenciados pela herança dos que lutaram e morreram defendendo a causa do povo pobre e

66. Sr. E. W. Depoimento prestado ao Ministério Público Federal do Pará, em 02/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

oprimido da região contra o arbítrio dos poderosos latifundiários e dos militares. De acordo com o discurso dos militantes, destacamos como principal exemplo o padre Josimo.

Outro aspecto ou questão que tem relação com o apoio à guerrilha refere-se à propaganda desenvolvida por seus combatentes e apoiadores, que deveria exercer importância na arregimentação humana e material para a sua causa e, conseqüentemente, como sua contribuição para a suposta vitória do movimento. O acervo literário sobre e da guerrilha se traduz em: comunicados, cartas, poemas (principalmente o cordel), canções, manifestos, hinos, etc. Ângelo Arroyo, em seu Relatório, assinala que: “O Romance da Libertação”⁶⁷ era recitado pela massa. Os hinos da guerrilha, elaborados lá mesmo, eram cantados pela massa. Nas sessões de terecô (candomblé) se faziam cantorias de elogio à guerrilha” (GRABOIS, 1973, n.p). Maurício Grabois também registra, em seu Diário, comunicados, cartas, manifestos, poemas, canções, etc. Conforme o autor,

para as massas da região, ainda é necessário apelar para literatura de cordel. Não por acaso, o Romance da Libertação do Povo tem alcançado imenso sucesso. [...] É conhecido por quase toda a massa, que o recita ou canta no ritmo das toadas nordestinas. Até as crianças sabem seus versos de cor. Tem sido excelente veículo de propaganda. [...] Estou certo de que aqui, no Araguaia, se forjará uma autêntica literatura revolucionária e popular, com suas características próprias (GRABOIS, 1973, n.p).

Grabois também destaca a “Canção do Guerrilheiro do Araguaia”, considerada o hino das FF GG, sobre a qual assinala: “Enquanto estive no DC (Destacamento C) ensaiamos o hino. Todos gostaram” (GRABOIS, 1973, n.p). Descrevemos, abaixo, a primeira e a última estrofes do hino:

*Nas selvas sem fim da Amazônia
Vive e combate o guerrilheiro sem par
Valente e destemido
Sua bandeira fulgente é lutar*

*Sua tarefa gloriosa
Realiza com ardor
Avançar, empunhar todas as armas
Contra o inimigo opressor!*

Destarte, a propaganda revolucionária (apesar dos poucos recursos)⁶⁸ se fez presente no Araguaia, principalmente via oralidade, já que a maioria dos moradores não sabiam ler

67. Cordel escrito pelo guerrilheiro Mundico (Rosalindo de Souza). Também teria escrito outro romance: ‘O Encontro do Osvaldão com a Dina’.

68. Segundo Grabois, o material era impresso no acampamento em mimeógrafo (reco-reco).

nem escrever, principalmente durante o período da trégua. Os militares investiram pesado na propaganda, já que tinham mais estrutura. Nesse sentido, jogavam panfletos das aeronaves destinados ao povo da região, bem como aos guerrilheiros, conclamando a se entregarem. Um verdadeiro *teatro e contrateatro*, como já aludido anteriormente, desproporcionalmente.

Nos depoimentos dos moradores ao MPF do Pará, em 2001, não há nenhuma referência a tais escritos revolucionários (hinos, canções, poemas, etc.), mas alguns depoentes se referem a uma música que os militares os obrigavam a cantar. O depoente J. P. depõe

QUE os presos também eram colocados em fila para cantar a seguinte música: ‘É um tal de soca soca, é um tal de pula pula, quem tem culpa se enrola, quem não tem logo se apura. Quem apoia não apoia, não importa pro doutor, quem dizer que não apoia quando sabe que apoiou. Dá um traço nos meninos que é pior do que terecô’. Que caso errassem a cantoria eram agredidos⁶⁹.

A letra da música denuncia humilhação, visto que era cantada nas sessões de tortura, alertando para que o preso falasse a verdade para o interrogador. Caso errasse a letra, apanhava. Também citada por Gaspari (2002), talvez essa cantoria fosse o “Hino da Taca” ao qual se refere Hugo Studart (2013), sendo que esse autor, mesmo afirmando tê-lo gravado em áudio, não o cita em seu trabalho. De qualquer forma, o fato de os moradores não fazerem nenhuma menção à literatura dos militantes, dita revolucionária, pode resultar do processo de seletividade da memória, ou seja, já que estão depondo para as “autoridades”, no caso o Ministério Público Federal, a memória seleciona aquilo que se relaciona mais com a violência e não com o lirismo da literatura revolucionária. Segundo Pollak (1992, p. 203), “*A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado*”. Portanto, parece-nos que a propaganda, tanto de um lado como do outro, tenha contribuído relativamente pouco; no caso da guerrilha, menos ainda.

Voltemos à fala do professor Cristiano Gomes da Silva. No que tange ao livro didático, nosso entrevistado declara:

O livro adotado pela escola [já citado em nota de rodapé] faz uma pequena referência sobre a guerrilha, outros nem sequer mencionam. A história regional é esquecida em favorecimento de uma história mais genérica de cunho nacional, até mesmo as questões indígenas e quilombolas são negligenciadas. Os livros de História do Tocantins são poucos e também quase não referenciam o tema da guerrilha, mesmo assim as referências nesses livros recorrem a jornais e documentos (SILVA, C., 2015).

69. Sr. J. P. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 05/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

Na narrativa do docente, percebe-se a sua insatisfação para com os manuais didáticos, haja vista que esses não atendem às expectativas dos professores quanto aos temas abordados, pois “negligenciam temas como a questão indígena e quilombola” (SILVA, C., 2015), seguindo, portanto, “critérios políticos”. Segundo Circe Bittencourt (2009, p. 299), “os livros didáticos, os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da ‘tradição escolar’ de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos. Trata-se de objeto cultural de difícil definição”. Ainda conforme a autora,

[...] por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. É um objeto de ‘múltiplas facetas’, e para sua elaboração e uso existem muitas interferências (BITTENCOURT, 2009, p. 301).

Nesse sentido, o livro didático como produto cultural fabricado para atender aos interesses e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista, caracteriza-se por ser uma *mercadoria* que não corresponde aos interesses dos professores nem dos alunos, servindo como *suporte de conhecimentos escolares* propostos pelos currículos educacionais e fazendo com que o Estado interfira de forma incisiva em sua produção (BITTENCOURT, 2009). Assim, determinados temas de interesse da ideologia dominante são veiculados para legitimar seu sistema de valores, uma memória nacional comum a todos, em detrimento de temas mais específicos, embora não menos importantes do ponto de vista do conhecimento histórico.

Quanto às estratégias para trabalhar com o livro didático, nossa percepção é de que esse funciona, em alguns casos, como ferramenta auxiliar do professor e, em outros, como a única ferramenta disponível para esse profissional. Para corroborar nossa assertiva, recorreremos novamente à autora, ao afirmar que

o livro didático pode ser o único material a que professores e alunos recorrem no cotidiano escolar ou pode ser apenas uma obra de consulta eventual. Mas é importante destacar que a distinção essencial entre essa prática de leitura e as outras reside na interferência constante do professor e sua mediação entre o aluno e o livro didático. O professor escolhe-o, seleciona os capítulos ou parte do capítulo que devem ser lidos e dá orientações aos alunos sobre como devem ser lidos (BITTENCOURT, 2009, p. 317).

Ocorre também que muitos docentes preferem usar apenas os exercícios e atividades propostas pelas obras. Assim o uso do livro didático na preparação das aulas e no planejamento escolar é bastante comum. O grau de dependência dos professores em relação

aos manuais está associado à sua formação e às condições de trabalho, sobretudo à quantidade de escolas e de sua carga horária semanal (BITTENCOURT, 2009).

O professor, portanto, deve buscar um meio termo quanto às estratégias de uso do livro didático. Não dá para suprimi-lo nem utilizá-lo de forma exclusivista, mas devemos reconhecer que utilizar diferentes fontes em sala de aula é um desafio enorme para qualquer professor atualmente. Em outras palavras, o professor deve buscar formas ou possibilidades de reinvenção das relações professor/aluno livro didático/conhecimento histórico-acadêmico, pois enquanto uma das fontes de conhecimento histórico, o livro didático suscita questionamentos (FONSECA, 2005). Desse modo, segundo essa autora,

deixo como ‘provocação’ a necessidade de rebeldia e ousadia contra a submissão ao livro didático. O livro didático é uma fonte importante, mas não deve ser a única. A formação de sujeitos livres, cidadãos do mundo, requer uma atitude de respeito para com o mundo, para com o conhecimento produzido, mas também de crítica. O exercício da crítica é nossa principal ferramenta nas lutas cotidianas pela (re)construção da história (FONSECA, 2005, p. 56).

Questionado sobre se já se sentiu coagido em abordar determinados temas em sala de aula, em particular o tema da guerrilha, o professor Cristiano Gomes respondeu que sim. Conforme declaração sua, há resistências dentro das escolas por parte de coordenadores pedagógicos e diretores, dado ocuparem cargos políticos. “Vivemos numa sociedade democrática em que eu posso votar pra presidente, governador, etc.. Mas na hora de eleger o diretor da escola, eu não posso; é imposto pra mim” (SILVA, C., 2015)⁷⁰.

Ainda segundo o docente, “a recepção do tema no ensino fundamental foi mais calorosa, os alunos se envolviam mais. Ao contrário do ensino médio onde encontrou mais dificuldades para trabalhar o tema, os alunos são mais apáticos” (SILVA, C., 2015). Isso denota que nosso objeto de estudo pode e deve ser trabalhado já a partir de meados da segunda fase do ensino fundamental, principalmente se tratando da região pesquisada, devendo ser aprofundado no ensino médio. O docente também reclama da “falta de recursos para levar os alunos numa aula de campo para conhecer os ‘monumentos’, a história da cidade, da região” (SILVA, C., 2015). Sendo assim, concluímos que o referido docente, apesar das dificuldades estruturais, consegue fazer um trabalho de campo juntamente com o alunado, sob uma perspectiva não apenas de uso da memória histórica da guerrilha,

70. No Estado do Pará, existe uma lei que determina a eleição direta para diretores de escolas, mas só funciona em algumas unidades. No Estado do Tocantins, o Projeto de Lei que autorizaria a eleição direta para diretores de escolas públicas foi rejeitado na Assembleia Legislativa, com o parecer contrário do Deputado José Bonifácio, cujo reduto eleitoral é a cidade de Tocantinópolis (Bico do Papagaio), da qual foi prefeito.

configurada em narrativas acadêmicas e jornalísticas, mas também de “memórias herdadas” e “memórias quase que herdadas”, “subterrâneas”, o que significa um grande avanço, apesar dos entraves de naturezas várias.

No que tange aos entraves, entendemos que, além dos problemas estruturais, existem também percalços políticos e socioculturais. Os empecilhos estruturais, transparentes na maioria das falas dos professores, são reclamados, mas tal reclamação parece reverberar muito pouco nas instâncias onde se desenvolve a gestão do processo educacional. Essa ausência de estrutura dentro da escola parece ser algo comum, principalmente nos discursos dos gestores – e mesmo de alguns professores –, pois, para a maioria, o professor deve ser criativo, econômico quanto aos materiais utilizados na escola, ou seja, trabalhar com qualidade com o mínimo em quantidade, sem desperdício. Aqui estou recorrendo a uma visão um tanto particular dos quase vinte anos em sala de aula e me apoiando na afirmação de que “o historiador (ou professor) é, algumas vezes, uma parte da fonte” (PORTELLI, 1997, p. 38).

Os entraves políticos também contribuem de forma prejudicial para o processo educacional e, em especial, para a disciplina de História. Os professores que atuam sob contrato temporário ficam à mercê do sistema e de suas instâncias, à medida que tem sua autonomia pedagógica limitada, o que não significa dizer que os efetivos também não o tenham, mas em um nível e percentual bem menor. E se for um professor que não tenha uma boa formação acadêmica, certa desenvoltura intelectual, entre outras, atuará como um fantoche pelos administradores educacionais municipais e estaduais. Esse flagrante ocorre de forma geral, mas é mais gritante nas regiões econômica e culturalmente mais pobres. É o caso de nossa pesquisa. O Pesquisador paraense Rodrigo Peixoto assim descreve sua percepção desse flagrante:

Em fins de 1980, quando eu mesmo fazia pesquisa de campo na região, vi que não era permitido ao sindicato de professores reunir-se em São Geraldo do Araguaia (PA). Nessa localidade, dona Oneide, viúva do agente da Comissão Pastoral da Terra, Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, assassinado pelo latifúndio em maio de 1980, conta que em 2004, os estudantes da escola em que ela era professora quiseram fazer uma representação da guerrilha, na parada do Sete de Setembro. A iniciativa dos estudantes foi, no entanto, severamente reprimida por parte das autoridades civis e militares do município (PEIXOTO, 2011, p. 489).

A segunda parte da narrativa acima descrita, apesar de ter ocorrido há mais de dez anos, ainda se faz presente nos dias atuais, dependendo da orientação política da administração local, sendo que, por isso, seja possível que o relato da primeira parte ainda ocorra em algumas regiões. Todavia, há aqueles que utilizam da crítica como a “principal ferramenta nas lutas cotidianas pela re(construção) da história”, que se preocupam com a

“formação de sujeitos livres, cidadãos do mundo”, em uma atitude de respeito para com o mundo, rompendo, de alguma forma, com esses vários entraves. No caso do tema em questão, mesmo que boa parte do alunado cristalice ou memorize uma determinada percepção sob o viés do professor, que aparenta ser o mais comum na região pesquisada, ainda assim há um ganho cultural para o aluno. No entanto, é necessário vislumbrar e buscar outras metodologias, incorporar mais a oralidade e, conseqüentemente, a memória, que deve ser encarada não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento, como um fato da história, memória não apenas como um lugar onde você “recorda” a história, mas memória “como” história (PORTELLI, 2000). É óbvio que nenhuma fonte deve ser menosprezada; onde houver indício do humano, com certeza há história.

Os referidos entraves, no entanto, não podem ser resolvidos de forma abrupta. Muitas das posições e atitudes, tanto de representantes da esfera pública como de particulares ou terceiros, se encontram culturalmente arraigadas, sedimentadas em boa parte da sociedade, portanto aceitas como algo normal, corriqueiro. Muito embora, segundo o conceito de cultura proposto por Thompson (1998), há o risco de generalizações que poderiam escamotear as singularidades das formas de se apoderar da cultura, seja por grupos ou por indivíduos, dado que a cultura, enquanto movimento, possibilita tanto a perspectiva de submissão como a de recriação. Assim, “uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia (e/ou a cidade) e a metrópole” (THOMPSON, 1998, p. 17). Trata-se de um campo conflituoso no qual certos elementos, como o nacionalismo, a consciência de classe ou a religião sob pressão “assumem a forma de uma ‘sistema’”, sendo que, na verdade, “o próprio termo ‘cultura’, como invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições dentro do próprio conjunto” (THOMPSON, 1998, p. 17).

Um dos objetivos do nosso trabalho é a elaboração de um material sobre o tema que leve em consideração as várias memórias que configuraram o conflito, fazendo um contraponto com as memórias que ficaram às margens do processo e que continuam, de certa forma, negligenciadas.

2.2 A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A GUERRILHA E A ATUAÇÃO DOCENTE ACERCA DO TEMA

Outra profissional com a qual conversamos em Araguatins foi a professora Francly Leila Salazar da Silva⁷¹, licenciada pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Conforme a docente, seu contato com o tema ocorreu na graduação: “A linha de formação acadêmica do curso de História é uma linha um tanto marxista; tive uma formação dentro dessa proposta, por isso tive contato com o tema da guerrilha” (SILVA, F., 2015). De acordo com sua fala, tomou conhecimento do tema pelo fato de que a linha de pensamento que predominava na referida universidade era o marxismo. De fato, todos os três professores com os quais conversamos nesse município foram licenciados nessa mesma universidade, de modo que em suas falas emerge a afirmação de que o tema era trabalhado quase que sistematicamente.

Falando acerca do livro didático⁷², a docente reclama que,

o livro apenas menciona, faz uma pequena menção. Também é muito conteudista; daí a necessidade de selecionar conteúdos. No meu caso priorizo no 9º ano a História do Brasil; trabalho o tema dentro da ditadura militar [principalmente com trabalho de pesquisa] (SILVA, F., 2015).

Em relação à inércia do estado em face da necessidade de materiais específicos sobre a guerrilha, pontua: “Existe um vácuo no que se refere às temáticas do estado [regional]; falta material específico que poderia ser produzido pelo próprio estado, mas nós é que temos que buscar esse material para nos auxiliar em sala”, sendo que, em função disso, “o tema acaba virando uma temática transversal” (SILVA, F., 2015). Na leitura da fala da docente, a ausência de materiais específicos dificulta o trabalho sobre o tema, impondo ao professor a busca por material auxiliar, o desenvolvimento de pesquisa para poder trabalhar em sala. Assim, como afirmou a docente, muitas vezes a guerrilha acaba sendo um tema transversal, ou seja, sem a importância real que deveria ter.

A professora firma que, no entanto, “os alunos têm curiosidades sobre o tema”, e com o seu recrudescimento na mídia,

com a criação da Comissão da Verdade, houve uma maior preocupação com essa temática. Os concursos públicos e o Instituto Federal⁷³ incorporaram o tema, já que

71. Professora concursada. Atua há quase dez anos na educação, sendo quase cinco no Colégio Estadual Osvaldo Franco. Também é concursada pelo município; lotada na Escola Municipal Professora Nair Duarte.

72. São dois os livros didáticos utilizados na escola: *História: Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior. São Paulo: Editora FTD, 2013; *História nos dias de hoje*, de Flávio de Campos, Regina Claro e Míriam Dolhnikoff. São Paulo: Editora FTD, 2013. O primeiro dedica um parágrafo com seis linhas, e o segundo um com sete linhas sobre o tema. (Ver excertos nos anexos).

73. A cidade de Araguatins possui uma das unidades do Instituto Federal de Educação do Tocantins - IFTO, que incorporou e substituiu a antiga Escola Agrotécnica Federal, que existia na cidade desde a década de 1980.

muitos alunos do 9º ano ingressam no mesmo; isso me força de certa forma a conhecer mais sobre o tema (SILVA, F., 2015).

Destarte, na fala da docente, inferimos que, com a evidência do tema na mídia, as escolas foram “obrigadas” a incorporar o tema da guerrilha, já que também os concursos públicos passaram a incluir questões em suas provas. Assim, as memórias sobre a guerrilha, reivindicadas e evidenciadas em função da pressão da sociedade civil organizada, como, por exemplo, sindicatos, universidades, associações (ex: Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia) sobre a Comissão Nacional da Verdade, afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados.

Nossa entrevistada demonstra ter conhecimento sobre a memória histórica da guerrilha em decorrência de leituras acadêmicas e jornalísticas. Fala sobre os objetivos do movimento, os participantes, do seu alinhamento com o pensamento de Mao-Tsé-Tung, afirmando que “houve também uma interação com Cuba” (SILVA, F., 2015). Grabois, em seu Diário, declara: “Nós, que nos encontramos lutando nas selvas do Araguaia, usando a tática de guerrilha, inspiramo-nos nas gloriosas tradições de luta do Exército Popular de Libertação” (GRABOIS, 1973, n.p). Também faz uma crítica contundente a Fidel Castro: “Fidel nunca nos deu e nem dará colher de chá. Continua em posição revisionista, na qual se atola cada vez mais” (GRABOIS, 1973, n.p). Logo, há um equívoco em misturar a linha de ação dos chineses com o foquismo castro-guevarista.

Quanto ao trabalho de campo, conforme essa entrevistada, em sua última atividade extrassala levou os alunos do 9º ano para fazer uma “pesquisa de campo sobre memória e patrimônio histórico e cultural da cidade” (SILVA, F., 2015). Professora e alunos conversaram com várias pessoas, mas, no que tange ao tema da guerrilha, “algumas pessoas mais velhas têm uma memória um tanto ‘relapsa’” (SILVA, F., 2015, aspas nossas). Diziam que “houve um período em que a polícia andou muito por aqui em busca de informação”, mas, que “não sabiam falar com precisão sobre o movimento, pelo menos os [moradores] que eu tive contato, até porque boa parte da população mais velha de Araguatins é analfabeta” (SILVA, F., 2015). Percebe-se, aqui, que a docente vincula a memória, o conhecimento sobre a guerrilha principalmente à leitura e menos à vivência na época do movimento. Araguatins, como já dito antes, foi uma das bases militares do Exército e uma das portas de entrada e de passagem dos guerrilheiros; alguns residiram na cidade.

Um professor, antigo na cidade, me confidenciou que “fulana, funcionária da saúde é filha de um famoso guerrilheiro, mas se disser que fui eu que disse, eu digo que é mentira”. Portanto Araguatins está permeada de memórias sobre a guerrilha. A docente, talvez, não

tenha buscado fontes mais precisas. E, mesmo assim, se essa “memória relapsa” referida por ela for trabalhada de maneira adequada, conforme propugna Portelli (2014), pode resultar em achados significativos. O autor, nesse sentido, adverte-nos que: “Não fazer uma entrevista invasiva é uma indicação de respeito em si mesma e pode abrir espaço para que se tenha confiança o bastante, para que se possa tocar em coisas que não teriam sido ditas se alguém não tivesse perguntado” (PORTELLI, 2014, p. 216). O pesquisador, assim procedendo, pode extrair inúmeras e importantes lembranças reavivadas pela memória, que, dependendo das interpretações, podem em parte contribuir para uma percepção de mudança de sentido histórico do movimento.

Na cidade de São Geraldo do Araguaia (PA), nossa primeira entrevistada foi a professora Maria Jucirene Freitas Rodrigues⁷⁴, licenciada pela Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS, Câmpus de Araguaína, em 1997. Segundo a professora, não teve contato com o tema na graduação e que há dificuldade de conseguir material a respeito. Mesmo recorrendo sempre ao professor Guilherme⁷⁵, da cidade de Araguaína, afirma que “a cidade [São Geraldo] é rica em memórias sobre a guerrilha”, o que não significa fácil acesso a tais informações, posto que,

muitas pessoas que conviveram com os guerrilheiros sabem a história, mas tem um entrave para falar, pois têm muito medo. Já tentei trazer algumas pessoas para a escola, mas elas resistem, mesmo em conversar informalmente. Há dificuldade em realizar trabalho de campo com os alunos. Quando tentei fazer, fui admoestada por alguns vereadores, que disseram que eu estava entrando numa seara que não era a minha. Eu me assustei (RODRIGUES, M., 2016).

Na leitura da fala da docente, infere-se que a coerção é externa à escola, o que não significa que essa não exista também internamente, o que varia muito de acordo com a gestão. Quanto aos moradores, há resistências em falar sobre o tema, existindo um trauma generalizado na cidade, o que ficou evidenciado na fala de outros professores. Nesse ponto, talvez seja interessante recorrermos a Paul Ricoeur (2010) quando discorre sobre a “memória manipulada”:

[...] É no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa

74. Docente efetiva dos quadros estatal e municipal. Atua há treze anos na cidade. Leciona na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Lenilson Luís Miranda e Escola Municipal de Ensino Fundamental Edson de Jesus Paiva e Silva. Entrevista concedida em 30/03/2016, na escola estadual. Cabe aqui uma observação: a escola estadual foi fundada em 2009 com o nome de Escola Estadual de Ensino Médio Dinalva Oliveira Teixeira, em homenagem a guerrilheira conhecida como ‘Dina’, sendo o nome atual adotado em 2011.

75. Segundo a docente, trata-se de um professor e pesquisador da guerrilha, possuindo, por isso, bastante material sobre o tema. Ainda conforme a entrevistada, Guilherme afirma ser sobrinho de Osvaldão.

oferece. A dominação, como vimos, não se limita à coerção física. Até o tirano precisa de um retórico, de um sofista, para transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação. [...] A memória imposta está armada por uma história ela mesma ‘autorizada’, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum (RICOEUR, 2010, p. 98).

Assim, parece haver em alguns lugares de memórias da guerrilha, em particular na cidade em questão, uma manipulação da memória, que se configura pelo fato de autoridades reprimirem uma representação alusiva ao tema em uma comemoração pública oficial, como o Sete de setembro, ou mesmo uma ação individual por parte da docente em trabalhar o tema tanto no nível interno - escola - como externo - (com moradores locais). Em outras palavras, existe uma história “autorizada”, a história oficial, “aprendida e celebrada publicamente”. Ainda segundo a docente, “aqui em São Geraldo tem um museu da guerrilha, mas é difícil acessá-lo; pra conseguir uma brecha era uma dificuldade, e o administrador sumiu um tempo da cidade por mais de ano. Pensou-se que o mesmo tinha morrido”⁷⁶ (RODRIGUES, M., 2016).

Perguntada se os alunos fazem questionamentos em sala sobre o tema, disse que não, pois os mesmos “sabem muito pouco. Chegam ao ensino médio sem saber nem pincelar a história da Guerrilha do Araguaia”, e “quando esboçamos sobre a guerrilha, ficam perplexos quanto ao seu objetivo, porque que eles vieram pra cá, etc.” (RODRIGUES, M., 2016). Transparece aqui que no ensino fundamental não há uma introdução ao tema, pois os alunos ficam “perplexos” ao ouvir falar sobre a guerrilha, mesmo a cidade sendo “rica em memórias sobre a guerrilha”.

Atravessando de balsa o rio Tocantins para a cidade de Xambioá (TO), perguntei a um rapazinho - talvez tivesse uns 14, 15 anos de idade - que vendia balinhas e geladinhos se conhecia aquela Serra (das Andorinhas) que nossos olhares contemplavam no horizonte bem próximo. Ele falou que nunca tinha ido lá. Então perguntei se ele sabia relacionar aquela Serra a alguma história. Ele falou que não. Falei que ali foram cremados e enterrados vários corpos de guerrilheiros que combateram o Exército no episódio conhecido como a Guerrilha do Araguaia. Ele demonstrou desconhecer totalmente o assunto.

76. Estivemos no museu (particular), que se encontrava fechado ao público, mas seu administrador, o Sr. Eduardo, estava no local. Em conversa informal, falou que o poder público não o ajuda, que estava até passando necessidade. Por isso o museu estava fechado. Quanto ao fato de que seria agente do Estado a serviço da Marinha, disse que era conversa de Paulo Fonteles Filho, que tentava lhe prejudicar. Constatamos que realmente o museu encontra-se em estado deplorável, uma bagunça, um lixo. (Ver fotos no apêndice).

No que tange ao livro didático⁷⁷, a docente diz:

Os livros didáticos não contemplam o tema, mas coloco no planejamento anual como um tema transversal, pois introduzo o tema da guerrilha quando vou falar da Revolução Cubana, porque tem uma semelhança muito grande entre a guerrilha e a ideologia dessa Revolução (RODRIGUES, M., 2016).

Mais uma vez, é flagrante por parte de alguns professores a associação entre a guerrilha e o movimento ocorrido em Cuba. No entanto, como já dito antes, a linha de ação do movimento guerrilheiro do Araguaia foi inspirada na China, segundo o documento *Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil*.

Elementos essenciais deste caminho foram apresentados pelo Partido em alguns de seus documentos. Mas isto não é suficiente. Agora, baseado no marxismo-leninismo, nas geniais contribuições de Mao-Tsé-Tung sobre a guerra popular, o Partido deve examinar as premissas para o surgimento e desenvolvimento da luta armada e delinear, num plano mais geral, o curso provável desta luta⁷⁸.

A professora destaca ainda: “Já li livros sobre a guerrilha e vi o filme *Araguaya: a conspiração do silêncio*, mas não gostei, pois, quando você conversa com pessoas que viveram na época, parece mais ficção; o filme é mais um romance” (RODRIGUES, M., 2016). Mesmo assim, a docente demonstra ter uma memória histórica.

E quem tava fazendo parte da Guerrilha do Araguaia? A maioria eram estudantes universitários, eles eram conscientes do que estavam fazendo, mas não sabiam que chegaria às proporções que chegou, mesmo sem o apoio da população local. A guerrilha deveria estar nos livros de História. Falta consciência histórica, porque quem está no poder não quer que você saiba a verdadeira História do Brasil (RODRIGUES, M., 2016).

Aproveita para encetar um comentário sobre os principais acontecimentos da História do Brasil como sendo “um grande teatro”, citando a Conjuração Mineira e a Guerrilha do Araguaia como exemplos, o que não é uma inverdade. A esse respeito, Thompson (1998, p. 48) ressalta: “Uma grande parte da política e da lei é sempre teatro”.

Continuando sua fala sobre a guerrilha, Maria Rodrigues diz que “morreu muita gente aqui, jogadas no rio Araguaia. Acharam muitos corpos boiando; as pessoas iam banhar e tropeçavam em corpos” (RODRIGUES, M., 2016). Extraímos dessa narrativa que a docente

77. O livro adotado pela escola é a *Coleção: Ser Protagonista – História*. Organizado por Valéria Vaz. São Paulo: Edições SM, 2013. Inexiste qualquer tipo de menção à guerrilha. Já o livro adotado no ensino fundamental é *História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior. São Paulo: Editora FTD, 2013. O livro dedica um parágrafo com seis linhas ao tema. Segundo a docente, não existe na escola um projeto específico para trabalhar o tema, pelo menos nos últimos dois anos. A informação foi corroborada pela gestora que participou indiretamente da entrevista.

78. *Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil* (1969).

também é detentora de uma “memória quase que herdada”. Em depoimentos de moradores ao MPF/PA do Pará, não há nenhuma alusão a corpos jogados no rio, mas não se pode refutar essa hipótese. Ainda segundo a professora, “é preciso entender nossa história [local]” (RODRIGUES, M., 2016). Enquanto conversávamos sobrevoava um helicóptero. Com um tom irônico falou: “Por que esses helicópteros vêm de vez em quando aqui?” (RODRIGUES, M., 2016). Isso nos remete a alguns depoimentos de moradores ao MPF/PA. Conforme os depoentes A. R. L. e S. X. L., registra-se: “QUE os declarantes se recordam de que naquela época sobrevoavam muitos aviões e helicópteros na região e que até hoje a declarante se assusta com o barulho de helicópteros”⁷⁹. Em outro depoimento, o de T. M. C., destaca-se: “QUE, durante o período em que o marido da declarante estava doente, viu muitos helicópteros sobrevoando a cidade de S. Domingos do Araguaia, o que causava medo na declarante, que se trancava em casa”⁸⁰.

Segundo comentários da própria docente, “o barulho de helicópteros, para muitas das pessoas da região, remete a uma memória sobre a repressão por parte dos militares na época da guerrilha” (RODRIGUES, M., 2016). Segundo Pollak (1989), as lembranças mais próximas, aquelas que guardamos recordações pessoais, são de ordem sensorial: o barulho, os cheiros, as cores. O autor cita como exemplo o desembarque da Normandia durante a Segunda Guerra Mundial, em 06 de junho de 1944. A maioria dos habitantes não atribui um lugar central em suas recordações ou memórias à data do acontecimento, e sim aos rancos dos aviões, explosões, barulho de vidros quebrados e outros sons, bem como aos cheiros dos explosivos, de enxofre, de fósforo, etc., registrados com precisão. É comum, portanto, nos depoimentos de moradores, não saberem precisar a data, mas se recordarem dos detalhes dos fatos “com precisão”.

Quanto à prática excessiva do uso de aviões e helicópteros na contenda, Maurício Grabois, em seu Diário, comenta: “A aviação inimiga prossegue sua atividade. Já está se tornando chata. A ditadura gasta, em vão, uma gasolina lascada” (GRABOIS, 1973, n.p). Na maioria dos depoimentos de moradores prestados ao MPF/PA, os depoentes que foram presos declaram ter viajado de avião ou helicóptero, além do transporte terrestre. O depoente J. A. S afirma: “QUE passou 8 dias em MARABÁ, sendo depois levado para ARAGUAÍNA, de

79. Sr. A. R. L e Sra. S. X. L. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 03/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

80. Sra. T. M. C. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 04/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

avião”⁸¹. Outro depoente, P. M. N., declara que “[...] foi preso [...] e levado para a Delegacia de São Domingos, onde pernoitou. No dia seguinte foi levado para Bacaba, onde registraram a sua prisão e depois, de helicóptero, o transferiram para a sede do DNER em Marabá”⁸². No depoimento de S. G. S., temos explícito que: “As Forças Armadas também concediam viagens de avião de graça para Brasília”⁸³. Assim, o uso da aviação em larga escala ocorreu principalmente em face das dificuldades de locomoção na região, embora também tenha sido utilizada em prol de terceiros, de acordo com os interesses circunstanciais dos militares.

Questionada sobre sua percepção de como os moradores veem ou sentem os efeitos, ou seja, o legado do movimento na região, a professora diz:

Ela [a guerrilha] teve consequências positivas. As pessoas começaram a visualizar que aqui [o Pará] também fazia parte do Brasil; até hoje ainda há uma concepção de que aqui é terra sem lei ou da lei do mais forte. No entanto, construíram-se estradas, melhoraram as comunicações, etc. (RODRIGUES, M., 2016).

Na visão de Maria Rodrigues, portanto, a herança da guerrilha foi extremamente positiva, visto que desencadeou um processo de melhorias na região, o que é percebido pelos regionais. Esse desenvolvimento é também admitido na literatura sobre a guerrilha tanto em trabalhos acadêmicos como jornalísticos. Admite-se, pois, não apenas uma herança do ponto de vista estrutural, ma também político. Ainda conforme a docente, costuma incentivar, em sala de aula, o alunado a estudar, fazer o terceiro grau, lutar por uma vida melhor.

Eu falo para eles [os alunos]: Gente olha de onde eles saíram [os guerrilheiros] e vieram pra cá se organizar, treinar. Era um sonho, uma utopia, mas era o que os motivavam, então vocês têm que acreditar nos sonhos. A gente tem que bater palmas pra eles, porque eles queriam mudar a vida dos outros e vocês não querem mudar a de vocês (RODRIGUES, M., 2016).

Na narrativa da professora, percebemos tratar-se de uma profissional que, em virtude de seu comprometimento com a educação, instiga os alunos à pesquisa e, conseqüentemente, ao crescimento intelectual, haja vista ser preciso “acreditar nos sonhos”, assim como os guerrilheiros que deram suas vidas “para mudar a vida dos outros”. Também fala de ex-alunos que hoje são formados e atuam em várias áreas, como medicina, engenharia e direito, sendo gratificante saber que, de alguma forma “contribui para com o processo de crescimento

81. Sr. J. A. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 08/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaoobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

82. Sr. P. M. N. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 14/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaoobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

83. Sr. S. G. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 12/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaoobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

peçoal desses alunos” (RODRIGUES, M., 2016). Além disso, observamos que a docente é detentora de certa “memória histórica” da guerrilha e, como já frisado antes, de uma “memória quase que herdada”.

A professora Corina Monteiro dos Santos⁸⁴, licenciada também pela UNITINS, Câmpus de Araguaína, foi outra com quem conversamos. Perguntada se havia entrado em contato com o tema na graduação, respondeu:

Na graduação a professora da disciplina de História do Brasil [Ofélia] conseguiu algum material sobre o tema, mas ela sabia muito pouco. Eu já conhecia, porque eu moro na região há muitos anos. Em 1974, no auge da guerrilha, eu morava em Palestina [PA], só que ainda era criança. Eu via toda a movimentação [das tropas], mas não sabia o porquê. Depois de alguns anos, viemos para São Geraldo. Aí é que eu fiquei sabendo do que se tratava aquele tanto de soldados, aqueles aviões, quem era aquele homem que se falava tanto [Osvaldão], a Dina. Ai me interessei pelo tema. Sou super apaixonada pela história da guerrilha. Quando tiver a oportunidade de fazer um mestrado, meu tema será a guerrilha (SANTOS, C., 2016).

Na narrativa da docente, transparece, além do fato de viver na região na época do conflito, embora como criança, o interesse e o gosto pelo tema. Corina Monteiro também declarou:

Tive dois tios que foram presos e torturados na base militar da Bacaba. São eles: Antonio Monteiro e Cirilo. Ambos estão vivos. Esses sofreram muitas torturas. Conheci também outras pessoas que viveram na época da guerrilha, e aqui em São Geraldo tem bastante gente que conheceram e conviveram com os guerrilheiros, mas se recusam em falar sobre o assunto. Os mais idosos têm medo de represálias, eles acham que se começar a falar muito, vai voltar tudo de novo, eles ainda vão sofrer. O medo ainda persiste. Às vezes a gente pede pros alunos fazer entrevistas, mas eles têm muita dificuldade, pois eles não querem falar, dão desculpas; e pra vir pra escola não vem, não querem vir (SANTOS, C., 2016).

Nessa comunicação da docente, percebe-se que essa mantém certa relação de proximidade com a guerrilha, visto que teve tios presos e torturados, conviveu e ainda convive na região e conhece inúmeras pessoas que viveram na época da contenda. Daí por que é “super apaixonada pela Guerrilha do Araguaia”. Por outro lado, sua fala corrobora com a entrevistada anterior, no que diz respeito à resistência dos regionais em falar sobre o ocorrido.

Quanto ao trabalho com o tema em sala, afirma que, no ensino médio, trabalha o tema dentro da ditadura militar; no ensino fundamental, na disciplina de Estudos Amazônicos. No primeiro caso, geralmente a metodologia utilizada perpassa a prática de aulas expositivas:

84. Docente efetiva da rede estadual e municipal de ensino. Leciona na Escola Estadual de Ensino Médio Macário Dantas e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Lemírio Rodrigues de Amorim. Entrevista concedida em 31/03/2016, na escola estadual.

“Fazemos pesquisas, debates, elaboração de cartazes. Quando da feira cultural, tivemos uma sala exclusiva para a guerrilha; tinha fotos, livros, filmes, etc.” (SANTOS, C., 2016). No segundo, também trabalha com o desenvolvimento de pesquisas.

No que tange aos manuais didáticos⁸⁵, a docente observa que o tema é “muito pouco abordado. Às vezes só cita lá: aconteceu em tal período no sul do Pará, entre os Estados do Tocantins, Maranhão, e mais nada” (SANTOS, C., 2016). Assim, “o livro do ensino fundamental que fala alguma coisa é a deixa pra gente entrar mais no tema” (SANTOS, C., 2016). Quanto ao material para trabalhar em sala, afirma:

Recorro à internet. Tenho alguns livros que adquiri com a Sra. Neuza Lins, que foi esposa do ex-guerrilheiro Amaro Lins⁸⁶, que cheguei a conhecer. Fui professora de seus filhos, inclusive da sua filha Helenira, que é uma homenagem à guerrilheira Helenira Rezende⁸⁷. Então, consegui algum material com ela, mas a *internet* hoje facilita muito. Também ajudou muito as exposições do pessoal da Casa de Cultura de Marabá, sob responsabilidade de Noé, que vinha pra cá e organizavam a Eco Cultural, onde montavam estandes, trazia bastante material sobre a guerrilha; eu ficava louca, não saía de lá (SANTOS, C., 2016).

Com essa fala da docente, depreende-se que essa utiliza uma memória histórica da guerrilha, embora tenha tido, e talvez ainda mantenha, contato com outras memórias sobre a guerrilha, que é a de ex-guerrilheiros e a de moradores da região, inclusive de familiares.

A professora também nos informa que o tema em questão é inserido no planejamento anual, “até porque é uma exigência do estado está dentro da Proposta Curricular, tanto do ensino médio como do fundamental” (SANTOS, C., 2016). Questionada se já sentiu algum constrangimento em trabalhar o tema na escola, asseverou: “Não! Me sinto totalmente à vontade para falar sobre o tema em sala de aula; temos total liberdade, inclusive para falar de outros temas relevantes. Temos o apoio da coordenação e da direção” (SANTOS, C., 2016). Quanto a um projeto específico para trabalhar o tema na escola, destacou: “Inexiste, tanto no ensino médio como no fundamental, a não ser dentro das feiras culturais, quando se reserva um espaço específico à guerrilha” (SANTOS, C., 2016). Sobre se o alunado tem curiosidades

85. O livro didático adotado pela escola de ensino médio é a *Coleção Ser Protagonista – História*, organizada por Valéria Vaz. São Paulo: Edições SM, 2013. Não dispensa nem uma linha ao tema. Já o livro adotado pela escola do município é o da *Coleção História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior. São Paulo: Editora FTD, 2013. Esse dedica um parágrafo com seis linhas ao tema. Também registramos aqui que a Escola Macário Dantas edita todo ano um Anuário de Ciências Humanas da escola produzido pelo alunado. O último, editado em 2015, contém dois pequenos textos sobre a Guerrilha do Araguaia. (Ver anexos).

86. Amaro Lins nasceu no Rio de Janeiro, onde trabalhou como operário. Deixou a guerrilha em fins de 1971 para se casar com uma jovem local (Neuza Lins), passando a servir, de comum acordo, como apoio do povo; chegou a ser preso pelos militares em 14 de abril de 1972 (STUDART, 2013; 2006).

87. Helenira Rezende de Souza Nazareth, guerrilheira cujo codinome era Fátima. Era muito querida entre seus colegas, bem como entre os moradores da região. Há mais de uma versão para sua morte. O Destacamento A da guerrilha homenageou-a passando a se chamar Destacamento Helenira Rezende.

em saber sobre a guerrilha, falou que “alguns sim; perguntam, até comentam sobre alguém da família que falou sobre, como o avô, a avó. Aqui o tema quase todo mundo conhece” (SANTOS, C., 2016). Nota-se, aqui, que, em alguns quesitos, o depoimento da docente difere do depoimento da anterior.

Questionada sobre a utilização do Museu da Guerrilha, falou: “Em relação ao museu eu prefiro não comentar”. Mas disse que já tinha ido lá várias vezes. e complementa: “Eu sei que lá tinha bastante recorte” (SANTOS, C., 2016). Tergiversou e não quis falar mais sobre o assunto. Tenho certa desconfiança sobre os motivos de sua recusa em falar, mas acho melhor não comentar.

Falando sobre suas memórias, a professora relata:

Lembro de muita coisa. Lembro até o dia que pegaram o Osvaldão. Passaram com um avião [helicóptero] lá na Palestina, com um alto-falante, falando ter pego o Osvaldão. Eu lembro direitinho. Eu era uma criança, mas esse dia ainda fica bem nítido. Tinha um pano vermelho, assim por baixo do avião, aí uma tia minha dizia pra minha mãe: Maria, Maria, olha a cabeça do Osvaldão, olha o sangue pingando, mas era o pano vermelho [risos] (SANTOS, C., 2016).

Em referência à morte de Osvaldão, o depoimento de J. R. P ao MPF/PA explicita:

QUE também presenciou a morte de OSVALDÃO, na capoeira de PEDRO LOCA, junto da PALESTINA; QUE OSVALDÃO foi morto, por volta das 4 horas da tarde, por ARLINDO PIAUÍ, que era guia formado (homem de confiança do Exército); QUE OSVALDÃO quando foi alvejado estava de costas, comendo macaxeira sentado em um tronco caído; QUE OSVALDÃO estava muito magro e com fome; QUE OSVALDÃO foi atingido com um tiro só de uma 12; QUE o Exército levou o corpo de OSVALDÃO para Xambioá.; QUE OSVALDÃO foi um dos últimos guerrilheiros a morrer na região⁸⁸.

Existem várias versões para a morte do guerrilheiro, mas há convergências quanto ao autor do tiro que o matou, ou seja, o guia Arlindo Piauí. Também em vários trabalhos sobre a guerrilha, tanto acadêmicos como jornalísticos, o corpo de Osvaldão teria sido exposto em várias localidades da região, sendo anunciado em “alto-falante” da aeronave, como forma de troféu. O fato teria sido comemorado com festa pelos militares, como símbolo da queda do principal “mito” da guerrilha, bem como do seu desmantelamento. No que se refere ao “pano vermelho” embaixo da aeronave citado pela docente, é algo meio intrigante, visto que a cor vermelha é a cor do comunismo, cor pela qual os militares têm ojeriza. No entanto, se realmente houve a condução do pano, essa pode representar, de alguma maneira, o domínio

88. Sr. J. R. P. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará em 05/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

absoluto dos militares sobre o movimento. A condução seria, desse modo, o recolhimento do símbolo do inimigo, agora vencido.

Comentando a respeito do filme *Araguaya: a conspiração do silêncio*, a docente esclarece:

Pra mim esse filme não retrata com coerência o ocorrido. Fala da história de um padre, que não tinha esse padre na guerrilha. Mesmo as pessoas que moravam aqui na época não falam em padres. Retrata uma feira em São Geraldo. Aqui não tinha feira naquela época. Mostra também as pessoas chegando de ônibus. Na época não havia linha regular de ônibus pra cá, e sim Kombi. Aqui teve sim um conflito agrário, onde o padre Chico e o padre Aristides foram presos, mas foi após a guerrilha (SANTOS, C., 2016).

O padre Chico é Francisco Gouriou, e o padre Aristides é Aristides Camio; ambos foram presos no início da década de 1980 e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Também tiveram de responder a inquérito de expulsão do país, acusados de incitar os camponeses à guerrilha.

Assim, no que diz respeito a essa produção visual, ambas as docentes têm percepções semelhantes. Portanto, diante do que já foi exposto, inferimos que a professora é detentora basicamente de uma memória herdada. Segundo Pollak (1992),

a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. [...] A memória é um fenômeno construído social e individualmente. [...] Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p. 204).

Dessa forma, a docente, a partir de suas lembranças e das influências do meio social em que vive, elabora uma percepção a respeito da representação da realidade de um período tanto no plano individual (consciente ou inconscientemente) como no coletivo, pois exclui a participação de padres no processo, ao afirmar: “Não me lembro da participação de padres na guerrilha”, bem como quando complementa: “Pessoas que moravam aqui na época não falam em padres”, o que não significa que não tenham participado pelo menos de forma indireta. A mesma também detém uma “memória quase que herdada”⁸⁹ quando fala de Osvaldão, de Dina, das bases militares, etc.

89. Construída a partir das relações socioculturais desenvolvidas durante e, principalmente, no período pós-guerrilha.

Na cidade de Xambioá, iniciamos nossos trabalhos com a entrevista do professor Manoel Messias de Sousa⁹⁰, licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Conforme o docente, manteve contato com o tema da guerrilha na graduação, inclusive seu trabalho de conclusão de curso foi sobre a Guerrilha do Araguaia. Instigado a falar sobre o seu trabalho com o tema, diz:

É um tema que não é contemplado nos livros didáticos⁹¹ de história. Quando é contemplado aparece num parágrafo ou menos; apenas cita, não destina um capítulo ou parte ao tema. Trabalho a guerrilha dentro da ditadura militar. Quando chega na parte da resistência, eu paro, cito sobre a guerrilha e quando encerro o assunto da ditadura, eu volto pra falar só sobre o tema com material complementar, porque é um assunto da região; é preciso que os alunos conheçam ao menos parte dessa história (SOUZA, M., 2016).

Para Rüsen (2012, p. 112), “o livro de história é o guia mais importante da aula de história”. No entanto, o movimento mais importante contra a ditadura civil-militar está praticamente excluído dos livros didáticos de História. A narrativa do docente em nada difere das demais entrevistas colhidas por nós, ou seja, a ausência ou o pouco espaço dedicado ao tema nos manuais didáticos, assim como o trabalho do tema dentro da ditadura militar acrescido de material complementar. O entrevistado também nos informa que o assunto é inserido no planejamento anual⁹².

O professor, discorrendo sobre a guerrilha, relata:

Tudo que se tem até agora ainda é uma história muito oficial, contada pelos vencedores, até porque os arquivos sobre a guerrilha não foram abertos; alguns até foram abertos, mas foram fechados de novo. Assim, é necessária a abertura dos mesmos para que a gente tenha uma visão também dos vencidos, já que os guerrilheiros foram vencidos, a maioria foi morta e a história é contada apenas pelo viés oficial (SOUZA, M., 2016).

No discurso do docente, a abertura dos arquivos militares traria à tona “a visão dos vencidos”, no caso, não só os guerrilheiros, pois teríamos que incluir também nesse rol os moradores da região. Assim, conforme sua fala, os esclarecimentos dos fatos ocorridos no Araguaia condicionar-se-iam à abertura desses arquivos. Em parte, isso é verdade, mas, para

90. Professor efetivo da rede estadual do Tocantins e do Pará. Atua há mais de dez anos na educação. Leciona na Escola Estadual de Ensino Médio José Bonifácio, em Xambioá (TO), na Escola Estadual de Ensino Médio Macário Dantas e Escola Estadual de ensino fundamental e médio Lenilson Luís Miranda, ambas na cidade de São Geraldo do Araguaia (PA). Entrevista concedida em 31/03/2016, na escola de Xambioá.

91. O livro didático adotado nas escolas em que o mesmo trabalha é a *Coleção Ser Protagonista – História*, organizada por Valéria Vaz. São Paulo: Edições SM, 2013. E, como já dissemos antes, não faz nenhuma menção à guerrilha, mas segundo o professor, o livro adotado anteriormente fazia.

92. A Proposta Curricular do Ensino Médio do Estado do Pará contempla o tema de forma específica, já a Proposta Curricular do Ensino Médio do Estado do Tocantins não especifica o tema.

uma melhor compreensão do episódio, faz-se necessário recorrer a outras fontes. No caso da guerrilha, a oralidade⁹³ é de grande valia, e não só aos arquivos militares, que constituem a visão oficial. Segundo Alessandro Portelli (1997, p. 27), “as fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida”. Em complemento, o autor afirma que “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31). Dessa forma, depoimentos ou narrativas dos moradores da região que se envolveram direto ou indiretamente no conflito têm muito a dizer não apenas sobre eles mesmos, mas também sobre os demais grupos. Ainda conforme Portelli, “fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo, o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos; mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos” (PORTELLI, 1997, p. 31). No caso da Guerrilha do Araguaia, com certeza os custos materiais para o Estado foram altos, mas os “custos psicológicos”, bem como materiais, principalmente para os moradores da região, também o foram.

Conforme depoimentos de moradores prestados ao MPF/PA, inúmeros são os casos de moradores que perderam suas casas, roças, provisões, criações de animais e suas terras. Vários também são os depoimentos em que os depoentes relatam tortura e, em consequência dessa, loucura e/ou a morte de vários moradores. Do relato da depoente A. M. S., extrai-se:

QUE o marido da declarante foi muito judiado pelos militares; QUE ele foi dependurado pelos testículos, levou choque elétrico, socos, pontapés; QUE até hoje o marido da depoente tem uma grande cicatriz na cabeça; QUE o marido da depoente ficou mais de 2 meses preso; QUE quando voltou para casa, o marido da declarante não reconhecia ninguém, nem a esposa, nem os filhos, nem os amigos; QUE até seu jeito de andar ficou diferente, andando de modo dismantelado; QUE seu marido ficou maluco e impotente; QUE a declarante foi expulsa pelo Exército de sua terra, que era em torno de 50 alqueires⁹⁴.

Questionado se já passou por algum constrangimento em trabalhar o tema na escola, disse que não. Nesse sentido, destacou:

Temos liberdade para trabalhar o assunto. Agora, quando você vai fazer pesquisa, algumas pessoas não querem falar; ainda têm medo. Quando tava fazendo meu TCC, tive muita dificuldade para entrevistar algumas pessoas, porque elas têm realmente muito medo de falar. Tem gente que se esconde quando houve barulho de helicóptero, tem gente que acha que pode voltar tudo de novo (SOUZA, M., 2016).

93. Esse recurso é mais interessante se utilizado com moradores locais, alguns ex-guerrilheiros e familiares de guerrilheiros mortos. Quanto aos militares, até agora foram poucos os que se dispuseram a falar sobre o assunto.

94. Sra. A. M. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 06/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

As declarações do professor também são compartilhadas por outros entrevistados da região. Ainda falando sobre o medo que as pessoas têm de falar sobre a guerrilha, relata:

Eu acredito que, como houve uma ação pós-guerrilha, que foi a militarização da região, quartéis que foram implantados tanto em Marabá como o quartel de engenharia que veio para São Geraldo, o 2º Batalhão de Construção, militarizou a região. Então essa presença militar tinha por objetivo evitar novos focos na região. Assim fez com que as pessoas ficassem com medo (SOUZA, M., 2016).

Nesse depoimento, o professor, em parte, deve ter razão em associar o medo que o povo da região até hoje sente à militarização ocorrida depois do desmantelamento da guerrilha. Portanto, é notória uma forte presença de militares na região, inclusive de aeronaves, principalmente de helicópteros, reforçando a desconfiança do docente de que a “militarização da região” tem por objetivo preservar a região de “novos focos”. Talvez pudéssemos acrescentar o fato de os militares estarem tentando camuflar e isolar áreas onde estariam enterradas várias ossadas de guerrilheiros. Segundo documento enviado aos Procuradores do MPF/PA, um ex-militar que teria combatido a guerrilha, mas que não se identifica, declara:

Sou um ex-sargento [...] que infelizmente mantém o anonimato para a minha segurança e de minha família. [...] Fui um dos instrumentos utilizados pelo Exército para combater a guerrilha. [...] Presenciei a morte do Cabo Rosas⁹⁵. [...] A partir daí, tomei ódio pelo pessoal do PC do B. Por isso participei do extermínio e da operação limpeza sem nenhum remorso. Fazia por convicção de estar defendendo a Pátria e vingando meus amigos. [...] Quase um ano depois da ‘Operação Limpeza’, na qual os corpos foram transportados para a Serra das Andorinhas, depois do extermínio, o Exército desenterrou as ossadas e trouxe para uma área mais próxima de seus quartéis. Assim podiam vigiar e controlar o acesso. Essa área, posteriormente, foi intitulada área de instrução, hoje, Base de Selva Cabo Rosas. Digo isso porque eu mesmo enterrei vários sacos. [...] Faço isso para poder encostar a cabeça no travesseiro e dormir tranquilo. Espero que os fantasmas que atormentam meus sonhos me deixem em paz. [...] Os senhores perdoem este homem que não pode se identificar e que após muitos anos de tormenta, tenta redimir-se de seus pecados para tentar encontrar a paz⁹⁶.

Nesse documento, uma espécie de confissão e arrependimento, visto que o ex-militar justifica a forte presença dos militares na região controlando o local onde supostamente estariam enterrados vários corpos, agora em “uma área mais próxima dos quartéis”, ou seja, uma área de instrução denominada “Base de Selva Cabo Rosas”. Assim, podemos concluir que a busca por restos mortais realizadas inúmeras vezes pelo poder público na região foram

95. Primeiro militar morto no conflito.

96. Documento encaminhado aos Procuradores Federais do Ministério Público Federal do Pará. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Fls. 230 e 231. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

infrutíferas, porque, na verdade, os restos mortais de vários guerrilheiros encontram-se em uma área isolada e controlada pelo Exército. Em conversa informal, o Sr. Eduardo, dono do Museu da Guerrilha, em São Geraldo, afirmou que “os corpos dos guerrilheiros estão enterrados lá, na Base do Cabo Rosas”.

No que tange a um projeto específico sobre o tema nas escolas, segundo o professor Manoel Messias,

não há nenhum projeto nesse sentido. Não que a gente não possa fazer, mas também tem a questão estrutural. A escola não dispõe de meios necessários para realização de projetos, pois requer custos. Além disso, é muito difícil trazer pessoas pra escola pra falar sobre o tema. São pouquíssimas as pessoas que se dispõem a falar. Elas têm muita resistência em falar em público. Também o alunado é muito apático, desinteressado. Alguns poucos perguntam, questionam alguma coisa, mas é o professor que tem que instigar (SOUZA, M., 2016).

Nessa fala, além do problema estrutural, ainda há a questão da dificuldade de arregimentar pessoas que viveram na época da guerrilha para dentro da escola para expor sobre o tema. Aliada a isso, a apatia dos alunos com relação ao tema. Tudo isso parece configurar-se em uma pouca percepção da história da guerrilha, resultando em uma exígua consciência histórica por parte dos alunos e da população local, talvez, basicamente, em decorrência da falta de um trabalho mais sistemático sobre o tema no ensino fundamental. Segundo Rösen (2011),

ao se dirigir aos alunos, não se deveria esquecer que a experiência histórica tem um potencial próprio de encantamento que se pode aproveitar como oportunidade de aprendizagem. O espanto e a diferença do passado podem ser apresentados de uma maneira que se acredita ser interessante e curiosa. Precisamente as crianças e jovens – sobretudo nos primeiros anos [fundamental] de ensino histórico – são fáceis de fascinar mediante as experiências do diferente na história (RÜSEN, 2011, p. 117).

Deve-se, portanto, considerar a “experiência histórica” e apresentá-la a partir de várias perspectivas e por meio de materiais adequados, porém também com a exposição, trazendo as memórias dos regionais para dentro da escola. Explicita-se ao alunado, desse modo, que o mesmo fato pode ser percebido pelos afetados de forma diferente e inclusive contrária, instigando a curiosidade e o interesse deles, o que resulta em aprendizagem, principalmente no ensino fundamental, quando o fascínio pelo “diferente na história” é maior.

Quando discorre sobre o tema, o professor demonstra ter certo domínio sobre a “memória histórica” da guerrilha⁹⁷ e também sobre uma “memória quase que herdada”, pois

97. O professor disse ter feito várias leituras jornalísticas e acadêmicas, mas em seu tcc recorreu a entrevistas; fez pesquisa de campo.

ainda falando sobre a presença militar na região e do medo que as pessoas ainda hoje sentem, assinala:

A última ação das Forças Armadas na região foi uma ação de investigação⁹⁸. Muitos agentes entraram disfarçados na região; muita gente foi presa. Mas, na verdade, os guerrilheiros para a população local eram pessoas boas; eles ajudavam os locais, eles davam apoio à população. Não fizeram mal a ninguém da região, mas para o governo... Hoje, se tem os guerrilheiros do Araguaia como heróis, mas naquele tempo eles eram bandidos, lutavam contra o regime estabelecido, então eram tidos como inimigos da nação, inclusive nessa região existe uma confusão. Para muita gente os termos terrorista e comunista são sinônimos, como eram denominados os guerrilheiros pelos militares, já que pertenciam ao PC do B (SOUZA, M., 2016).

Na narrativa, o professor faz uma mescla das duas memórias acima citadas, mas declara que os guerrilheiros “não fizeram mal a ninguém na região”. Talvez não tenham feito diretamente, no entanto, nos depoimentos de moradores ao MPF/PA, alguns se sentem prejudicados por participarem involuntariamente desse imbróglio. Vejamos, a esse respeito, a transcrição do depoimento de R. S. S.:

QUE MANEZINHO DAS DUAS falou para a declarante que pediu para a ROSINHA se entregar, porém ela teria dito que não se entregaria, pois preferia morrer a entregar; QUE MANEZINHO DAS DUAS aprisionou ROSINHA justificando que ela estava causando muitos problemas e sofrimento aos moradores da região; QUE viu quando MANEZINHO DAS DUAS levou ROSINHA em direção de São Domingos⁹⁹.

Assim, de acordo com a depoente, outro morador se queixava de que os guerrilheiros estariam causando problemas e sofrimentos ao povo da região, por isso teria prendido e entregado a guerrilheira ao Exército, em um ato de adesão aos militares e como forma de proteção e de resistência dos moradores locais em geral e de si mesmo em particular. Isso demonstra que, em algum momento no curso da última campanha, alguns dos moradores tiveram que se adequar à situação de acordo com seus interesses e expectativas. Talvez tivessem percebido que esse era o atalho para acabar com seus problemas e sofrimentos.

Perguntado sobre o Memorial da Guerrilha do Araguaia¹⁰⁰, erigido na cidade para preservar a memória do movimento, relata que o monumento “parece que não foi concluído;

98. O docente se refere a ‘Operação Sucuri’, operação de inteligência que preparou o terreno para a ‘Operação Marajoara’, que exterminaria a guerrilha.

99. Sra. R. S. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 05/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

100. Estivemos no local, constando que existe apenas a estrutura: as paredes e o teto. Encontra-se literalmente abandonado, com muito mato ao redor, mas ainda em bom estado de conservação. (Ver fotos no apêndice).

foi uma ação do Sr. Zezinho do Araguaia¹⁰¹, que se diz remanescente da guerrilha. Era pra ter sido edificado em São Geraldo, mas parece que por questões políticas, acabou ficando em Xambioá” (SOUZA, M., 2016).

Também conversamos, em Xambioá, com a docente Marineide Barbosa da Silva¹⁰², licenciada pela Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, Câmpus de Araguaína, em 2001. Eis o que diz, inicialmente, a docente:

A área que atuo foi a que eu sempre desejei, ou seja, ser professora. História não era o que eu queria, mas passou a ser à medida que fui fazendo o curso. Achei muito interessante. O curso é muito rico, a nossa história é muito rica. Quanto à Guerrilha do Araguaia, é um assunto que quando você vai abordar aqui em Xambioá, as pessoas já se esquivam um pouco, porque foi um episódio muito marcante. Aconteceram muitas tragédias, coisas ruins. As pessoas locais resistem muito em falar sobre o tema; eles ainda têm medo (SILVA, M., 2016).

De acordo com sua fala, a história não era seu foco, mas acabou gostando. E, como os demais entrevistados, reforça a ideia de que as pessoas da região que viveram na época do conflito resistem muito em falar sobre o mesmo. No entanto, faz alusão ao Sr. Sebastião Gomes da Silva, primeiro prefeito da cidade, afirmando que “ele tem mais de 90 anos, tem muita coisa pra falar. Ele gosta de dar palestras. Pretendo trazê-lo ainda esse ano pra conversar com os alunos; até já o convidei, tá combinado”. Esse senhor foi um dos que prestaram depoimento ao MPF/PA, em 2001. Vejamos alguns pontos de sua fala:

QUE em 1972 as Forças Armadas acamparam numa área de 5 alqueires da Fazenda da qual é proprietário. ‘Chegaram e acamparam sem pedir’. [...] Não conheceu nenhum dos terroristas. [...] O depoente fornecia leite para as Forças Armadas, que pagava corretamente. [...] As forças armadas deram muita assistência na região, principalmente médica. [...] Os terroristas também davam muita assistência aos pobres da mata. Acha que os terroristas tinham esperança de socorro externo, pois não se entregavam. O povo diz que alguns foram presos com vida. O combate aos terroristas pelo Exército ‘foi um movimento bonito, pois era tudo grandioso’¹⁰³.

Percebemos na fala do depoente, que esse, enquanto fazendeiro de porte médio e ex-prefeito local, se coloca ao lado dos militares, em defesa de seus interesses, embora reconhecendo que os guerrilheiros assistiam aos pobres da mata. Também declara que as

101. Micheas Gomes de Almeida, codinome Zezinho, talvez seja o único sobrevivente que combateu no Araguaia.

102. Professora efetiva da educação do Estado do Tocantins, lotada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Juliana Barros, em Xambioá. Também é docente efetiva do município de São Geraldo do Araguaia, com exercício na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Sebastião Thomás, onde trabalha com a disciplina Geografia. Atua há mais de dez anos na Educação. Entrevista concedida em 01/04/2016, na escola em Xambioá.

103. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 12/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

Forças Armadas deram muita assistência na região, principalmente médica. De qualquer modo, podemos dizer que o Sr. Sebastião tem uma visão meio que romântica do conflito, pois, em seu entendimento, tudo era “bonito” e “grandioso”. Assim sendo, de certa maneira, mantêm uma memória que lisonjeia e enaltece os militares, em detrimento da ação da guerrilha.

A professora declarou que, na graduação, o tema da guerrilha foi ventilado, destacando que com esse já havia tido contato desde muito jovem¹⁰⁴ e que, por isso, sempre era instigada por alguns professores a falar sobre o tema em sala, já que era da região e mantinha contato com algumas memórias sobre a guerrilha.

No que se refere ao material didático¹⁰⁵, a docente observa: “Apenas faz uma pequena referência, por isso recorro a outras fontes, inclusive a Internet” (SILVA, M., 2016). No entanto, utiliza muito da memória de sua mãe, posto que “ela conhece inúmeros fatos que marcaram o conflito, inclusive já deu entrevistas; também conhece parentes de alguns dos guerrilheiros que a visitam quando vem à região” (SILVA, M., 2016). Nesse ponto, devemos frisar que os pais da docente não sofreram nenhum tipo de repressão por parte dos militares, pelo contrário, foram beneficiados, já que eram os únicos comerciantes da cidade do setor de panificação. Logo, essa memória não se constitui em uma “memória traumática”, mas sim em uma “memória quase que herdada”.

Declara também que na escola em São Geraldo, o tema é para ser trabalhado dentro da disciplina de Estudos Amazônicos, mas é enfática ao afirmar: “Estou na escola há catorze anos e nunca viu nenhum projeto¹⁰⁶, ou mesmo a exibição de algum filme; nada nesse sentido” (SILVA, M., 2016). Perguntada sobre se alguma vez sentiu algum tipo de constrangimento por expor o tema na escola, afirmou:

Não. Ao contrário, a gestão faz é incentivar, principalmente no aniversário da cidade, quando elaboramos murais, organizam-se palestras, praticamente todas as escolas trabalham o tema, pois tão importante quanto falar da fundação da cidade, a partir dos garimpos, é importante também falar da guerrilha, que faz parte da história da cidade (SILVA, M., 2016).

104. Segundo a docente, seus genitores são detentores de uma boa memória sobre o episódio. Seu pai não gosta muito de falar sobre o assunto, mas sua mãe sim, pois eram comerciantes na época. Possuíam a única padaria da cidade, que mantêm até hoje, a qual fornecia pães para os militares. Sua genitora teria conhecido a Dina, tendo sido uma das últimas pessoas a vê-la com vida.

105. O livro didático adotado pela escola é a *Coleção Projeto Radix – História*, de Cláudio Vicentino. São Paulo: Editora Scipione, 2013. Esse manual didático não faz nenhuma referência à Guerrilha do Araguaia.

106. Também não existe nenhum projeto na escola em Xambioá. Aqui podemos abrir um parêntese sobre essa questão do tema da guerrilha ser trabalhado em uma outra disciplina e não em história, o que não quer dizer que o professor de geografia não possa trabalhar. Entretanto, parece que deslocando o tema para outra disciplina, de alguma forma ofusca o brilho e a relevância do tema enquanto acontecimento histórico.

Nessa fala da docente, percebe-se a ausência de um projeto específico para trabalhar o tema de forma sistemática, e não apenas no aniversário da cidade ou circunstancialmente, quando o tema é evidenciado pela mídia. Ainda falando sobre o trabalho em sala de aula, declara:

Quando trabalho a guerrilha, faço sempre um paralelo com a Revolução Cubana, mas também falo dos locais da cidade como o campo de aviação, que foi um cemitério onde vários guerrilheiros foram enterrados, do porto da balsa, entre outros. Também falo do filho de Osvaldão¹⁰⁷, como forma de aproximá-los da realidade nossa (SILVA, M., 2016).

Aqui, mais uma vez ocorre o equívoco cometido por alguns dos entrevistados, ou seja, relacionar a linha de ação da Guerrilha do Araguaia à linha de ação de Fidel Castro e Guevara. A docente declara que, em suas exposições para os alunos, atenta-os para os locais de memórias da cidade, no caso do campo de aviação, o qual serve de lazer para os jovens da cidade, onde eles brincam com suas bicicletas. “Pisam”, portanto, em cima da história. Faz referência também às profissões dos guerrilheiros (médicos, advogados), que eram intelectuais, às formas de torturas, bem como ao fato de muitos corpos terem sido jogados dos helicópteros no rio. Mais uma vez reiteramos o fato de que na literatura sobre a guerrilha, seja a jornalística ou acadêmica, bem como em depoimentos de moradores, não há nenhuma referência sobre corpos jogados no rio. Entretanto, tal hipótese não pode ser descartada. Para a docente, o alunado a princípio não tem muito interesse no tema, mas quando ela começa a falar, os alunos se mostram curiosos e passam a se interessar mais pelo assunto. Mas “quando ocorrem eventos na beira rio, como exibição de filmes, documentários, produzidos pelo pessoal de fora, que vem pesquisar e filmar aqui na região, a comunidade participa fortemente” (SILVA, M., 2016). A mesma ainda informa que,

De vez em quando vêm à cidade familiares dos desaparecidos, o Exército, o pessoal que vem fazer escavações; às vezes vinha duas vezes ao ano. Aí levam ossadas, faz DNA.; aí volta: ‘não é aquela’. Procuram noutro lugar. As pessoas falam: ‘vai achar não, tem nada a ver, estão em tal lugar’; todo mundo sabe... (SILVA, M., 2016).

De acordo com a narrativa da docente, a vinda do poder público em busca de restos mortais dos desaparecidos durante o conflito não passa de ações inócuas, já que as pessoas falam que não vão encontrar, pois estão procurando em locais errados, ou seja, “todo mundo sabe...” Isso só confirma a nossa desconfiança de que algumas dessas ossadas ou restos

107. Segundo a docente, esse suposto filho do guerrilheiro vive na cidade e trabalha no comércio e diz ‘ter muito orgulho de ser seu filho’.

mortais estão enterradas em locais vigiados e protegidos pelos militares, como já comentado antes.

Quanto ao Monumento em Xambioá, disse que “não funciona. Abriram uns poucos dias, mas fechou” (SILVA, M., 2016). Sobre o Museu de São Geraldo, relatei que havia visitado e conversado com o Sr Eduardo, então ela falou: “Pensei que não existisse mais, mas já levei alunos lá” (SILVA, M., 2016).

Diante de todo o exposto em todas as narrativas, portanto, ficou bastante evidente que todos os professores citados trabalham o tema da Guerrilha do Araguaia em suas aulas, alguns talvez mais do que outros. O que se torna mais importante, porém, é o fato de que todos se interessam pelo tema, alguns de forma mais apaixonada. No geral, predomina uma “memória histórica”, mas havendo inúmeras recorrências a outras memórias, como a “herdada” e a “quase que herdada”. Também enfatizamos que todos os docentes são bastante experientes, visto que têm mais de dez anos de sala de aula, alguns até já próximos da aposentadoria. Segundo Thompson (1981),

Os historiadores [professores] também se ocupam, em sua prática cotidiana, da formação da consciência social e de suas tensões. [...] Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à *experiência* – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. Talvez se pudesse argumentar que a experiência é realmente um nível muito inferior de mentação; que ela só pode produzir o mais grosseiro ‘senso comum’. [...] Não creio que seja assim – pelo contrário, considero tal suposição como uma ilusão muito característica dos intelectuais, que supõem que os comuns mortais são estúpidos. Em minha opinião, a verdade é mais nuançada: a experiência é válida e efetiva, mas dentro de determinados limites: o agricultor ‘conhece’ suas estações, o marinheiro ‘conhece’ seus mares, mas ambos permanecem mistificados em relação à monarquia e à cosmologia (THOMPSON, 1981, p. 15-16).

Nesses termos, acredito que o professor “conhece” bem o seu *métier* e em seu dia a dia desenvolve e aprimora o seu saber-fazer, embora esteja limitado do ponto de vista estrutural e por uma cultura escolar bastante arraigada que, de certa forma, ainda o influencia.

CAPÍTULO III

3 PROPOSTA DIDÁTICA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM ACERCA DAS MEMÓRIAS SOBRE A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Neste capítulo, objetivamos produzir uma narrativa abordando algumas questões que ainda não foram analisadas ou que enfatizamos pouco ou apenas superficialmente, tendo por base documentos militares, de guerrilheiros e depoimentos de moradores da região. Nesse sentido, serão utilizados “Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia” e alguns outros documentos, como relatórios. Destarte, continuamos trabalhando sem perder de vista a perspectiva de uma “história vista de baixo” e das “memórias subterrâneas”, como temos feito desde o início deste trabalho. Assim, esta escrita pretende produzir um material propositivo que possa ser adaptado e trabalhado de formas variadas por professores em sala de aula.

3.1 A TEMÁTICA INDÍGENA

Começamos com uma questão pouco enfatizada na literatura sobre a Guerrilha do Araguaia, qual seja a da repressão e utilização de indígenas no combate à guerrilha pelos militares, principalmente do povo *Aikewara*. Nos documentos oficiais elaborados pelos militares, praticamente inexistente qualquer referência a povos indígenas. De acordo com o Relatório da Comissão Nacional da Verdade,

cabe registrar que há na documentação produzida pelas Forças Armadas um total silêncio sobre a utilização dos *Aikewara* naquele episódio. Ao menos na documentação, os indígenas aparecem diluídos na população local, assemelhando-se a esta. Evidencia-se, nessa ação, um indicativo da política das Forças Armadas de não reconhecimento das particularidades das populações indígenas¹⁰⁸.

Resta evidente que a estrutura de repressão montada pelo Exército não poupou nem as populações indígenas, de modo que o *modus operandi* utilizado com os camponeses foi replicado aos *Aikewara*. Esse povo indígena, também conhecido como Suruí e que até hoje vive na região, abruptamente teve suas vidas subjugadas pelas Forças Armadas.

108. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V. I. Brasília, 2014. Disponível em: <www.cnv.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2016.

Surpreendidos com a chegada do Exército, os Aikewara foram mantidos cativos em sua própria aldeia e submetidos às mesmas privações e torturas impostas aos camponeses, tanto no que diz respeito aos indivíduos como no que se refere à coletividade. Os homens foram obrigados, sob coerção, a servir de guias para as tropas do exército, enquanto suas esposas permaneciam cativas dos soldados na aldeia. Algumas devido ao estresse da situação, sofreram abortos e outras perderam filhos nascidos prematuramente. Como grupo, os indígenas tiveram sua aldeia e reservas de alimento queimadas e os poucos homens que puderam permanecer na aldeia foram impedidos de sair para caçar, pescar, coletar ou trabalhar no roçado. Assim, sofreram não somente a fome e a falta de abrigo imediatos, como também foram privados tanto da manutenção de sua subsistência como dos elementos materiais de sua cultura, situação que colocou aquela comunidade sob risco de diminuição e desagregação¹⁰⁹.

Reproduzimos, abaixo, a fala do indígena Tawé, que foi testemunha da chegada dos militares à aldeia e do medo que sentiram, na medida em que foi esse o primeiro contato com as tropas em suas terras.

[...] Aí chegaram lá a tropa, vinha... por terra, aí vieram... o comandante vinha no avião. Aí avião chegou primeiro. Aí nessa época, naquela época, quer dizer (hoje as mulheres são mãe, não é?), era tudo criancinha, eles ficaram com medo daquele barulho do avião, helicóptero, né? Ele desceu bem no meio da aldeia que... arrancou tudo... a ‘capote’ [cobertura] da casa, da aldeia... Aí as crianças (que é hoje a mãe) correram para dentro da mata que... primeira vez... não sabiam o que era aquilo, né? Elas correram! Até a mãe, correu pra dentro da mata, outro entrou dentro da casa, pra ficar lá, pra ninguém ver!!

[...] Aí... Chegaram lá, invadindo, assim, né? Botaram arma nas mulheres, os homens que estavam, aí eles ficaram com medo... As crianças tudo chorando... Aí falou assim: ‘Num tem alguém por aqui por perto?’ Se correrem, que podia... atirar atrás né? Aí o... cacique na época era... Sawara’á, né? Aí falou na linguagem pra ele: ‘Não, não tem ninguém não, mas já pedi para eles não correr’ (ele entendia pouco... bem pouquinho mesmo... a palavra do... português, né?). [...] Aí daqui a pouco chegaram mais outras tropas atrás. Aí fizeram do mesmo jeito de novo: cercaram lá, aí falaram que ninguém era pra sair... todo mundo dentro da casa lá. Aí então fizemos do jeito que eles falaram. Que nós não queria que acontecesse alguma coisa... podia atirar na gente... matar, né?¹¹⁰.

A fala do indígena denota o medo causado ao seu povo, a destruição da cobertura das casas pelos helicópteros e a manutenção dos indígenas sob a mira de armas e a ordem para não saírem da aldeia, alheios aos motivos de toda aquela situação inusitada e aterradora para eles.

Com três dias, eles voltaram de novo. Ele falou assim pra nós:
 ‘É, eu vim falar de novo pra vocês! É não sair para canto nenhum’.
 Falei:
 ‘É, nós não vamos sair mesmo não!!’

109. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V. I. Brasília, 2014. Disponível em: <www.cnv.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2016.

110. Entrevista concedida a Iara Ferraz e Orlando Calheiros em agosto de 2013. In: *Relatório da Comissão*. V. I. Brasília, 2014. Disponível em: <www.cnv.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2016.

Aí já tinha tocado fogo no paiol de arroz... que era da comunidade... era pouca, pequena gente né? Aí chegaram, mesma coisa de novo, com a tropa deles, quase invadindo mesmo assim, tudo! Um já ia queimando o paiol de arroz... derramava o que tinha da gente... esculhambava tudo... Ele falou:

‘Ó, vocês não vão usar nada aqui não!’

E as crianças chorando, com medo... e fome! Até hoje eu me sinto, assim, as minhas irmãs, aconteceu, na época, né? Eles era tudo pequenininho... pediam pra mim... arrumar comida para elas – e não tinha como, porque os militares já tinham bagunçado tudo, queimaram o paiol de arroz, queimaram farinha, tudo! Incendiaram na aldeia tudo, queimou a aldeia todinha! Aí nós ficamos sem a casa, num tinha onde ficar! Ainda bem que era verão, é... em agosto, né?¹¹¹.

Dessa forma, a queima de provisões e habitações fazia parte da estratégia dos militares para que os guerrilheiros não tivessem acesso à alimentação e possivelmente a abrigo, o que também ocorreu com relação aos camponeses da região, sobre os quais falaremos mais adiante. Portanto, os indígenas foram obrigados a servirem como “mateiros” ao Exército, já que eram também profundos conhecedores da região, caindo assim como uma luva para os objetivos dos militares. Prosseguindo o relato, temos:

Aí tinha um deles que era muito ‘grosso’, foi ‘grosso’ com nós!!!

‘É, vocês têm que nos acompanhar, porque se vocês não vierem... ir com a gente, não mostrar o rumo... Nós vamos pegar vocês!’, apontando a arma pra nós, e nós não podia falar nada... Aí falei:

‘Não, não! Tá bom’.

Continuando... Aqui e acolá ele queria obrigar nós, pra onde que nós tava indo?

‘Olha, nós estamos indo para estrada que vocês querem ir, por aqui!’

‘Não, nós queremos ir a um lugar que nós estamos querendo... em um lugar que chama serra da Andorinha!’

‘Pois é, por aqui mesmo...’

Aí esse cara... esse militar era muito mau demais!... Nós pedimos para ele alimento, não deu pra nós... Nós estávamos com sede, não dava água pra nós e quando ele estava bebendo água e se alimentava, nós ficamos olhando para ele, com fome! Dois dias! (Primeiro, o começo) Aí nós continuamos de novo. Aí eu falei:

‘É Api... é assim mesmo! O que que nós vamos fazer? (Falando... na ‘gíria’, né?)’

[isto é, no próprio idioma]

Aí, ‘embora, levaram nós para um rumo assim... Levaram nós quase empurrando assim’. Eu falei:

‘Calma! Mais devagar!’¹¹².

Percebe-se que durante todo o tempo os militares agem com desconfiança, tangendo e coagindo os indígenas, além de privá-los de alimentos e de água e de mantê-los sempre à frente da tropa como guias. Em continuação dos relatos, registra-se:

[...] Aí esse cara que ficou com Api, foi pego também, algemaram ele, judiaram ele... Ele [soldado] acabou com as coisas que ele tinha... Tudo! Mataram meio

111. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V. I. Brasília, 2014. Disponível em: <www.cnv.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2016.

112. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V. I. Brasília, 2014. Disponível em: <www.cnv.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2016.

mundo de... criação que ele tinha lá, vaca, né? Boi... porco... Eles tinham tudo... fizeram churrasco lá! Aí lá eles ficaram. Aí nós pedimos pra ele:
 ‘E aí, doutor, nós vamos para onde agora?’
 ‘Não, vocês vão ficar mais... mais três dia aqui com a gente!’
 Aí... nós ficamos lá. E eles passando numa boa... e nada de nós! A fome... crescendo na gente, a fome crescendo!
 ‘Ói, alguém deram comida para esses (chamavam nós de) Kamará, né?’
 Ele falou: ‘Não’.
 ‘Rapaz, o que que é isso, rapaz? Dá menos um... algum frito de farofa pra eles comer! Eles tão com fome, desde três dias, hoje!’ [havia três dias que não comiam]¹¹³.

Além do relato de torturas presenciadas pelos indígenas, temos o fato de esses terem sido privados também dos meios de subsistência, atitudes similares àquelas que ocorreram com os camponeses da região. O fragmento abaixo nos permite visualizar a natureza das agressões que sobrevieram aos Aikewara, entre essas a violência cometida contra as mulheres.

[...] Aí começaram pegar aquelas pessoas, né? Morador, começaram a judiar... E... fizeram muito serviço com eles, amarraram pela perna, a mão... pra trás... Botaram a corda, dependuraram assim... através da casa assim, bateram muito! Não podia falar nada, né?

Aí tinha um deles que... morador ia correndo, fugindo né! Pegaram ele correndo, metralharam atrás dele... Sorte que num pegou nele o tiro! Pegaram ele, amarraram ele, judiaram ele, tudo! E nós... Eles era ruim, mau, esses povo aí... Batiam nas mulher, estupravam a família deles... tudo! O que nós vimos, a gente viu né? A gente não podia... falar nada! Eles pegaram, um monte de gente... Amarraram a mão pra trás, tudo... Falando de morador em morador, onde é que morava mais pessoa...¹¹⁴.

Isso posto, de acordo com o Relatório da Comissão Nacional da Verdade,

O relato dos indígenas evidencia o tipo de violação que se abateu sobre os moradores da região: tortura, privação da liberdade e estupro. Os detalhes dessas violações aparecem, por vezes, escamoteados na fala das vítimas, devido ao potencial de fazer reviver o trauma sofrido. Cabe ressaltar que os atentados à integridade física e à dignidade humana foram perpetrados contra aquelas pessoas por serem consideradas, em sua maioria, ‘apoio circunstancial’ aos guerrilheiros. Essas pessoas, contudo, não apoiavam ideologicamente os militantes comunistas, apenas mantinham contato ocasional com eles. A certeza dos militares de que muitos dos camponeses e indígenas interrogados tinham pouco a contribuir com a perseguição aos guerrilheiros comprova que a prática da tortura não buscava somente a obtenção de informações, mas, sobretudo, instituir uma cultura do medo entre os moradores da região, reforçando que, se a mão do Estado poderia trazer benefícios, como no caso das Aciso, tinha, também, poder para exercer a ação punitiva¹¹⁵.

113. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V. I. Brasília, 2014. Disponível em: <www.cnv.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2016.

114. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V. I. Brasília, 2014. Disponível em: <www.cnv.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2016.

115. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V. I. Brasília, 2014. Disponível em: <www.cnv.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2016.

Percebe-se, dos relatos até aqui, que apesar dos indígenas da região terem sofrido tanto, e, em alguns casos, até mais que outros envolvidos no processo, pouco ou quase nada se tem escrito sobre a sua participação. Isso contribui para que a memória acerca desses sujeitos seja esquecida. Conjugam-se aqui, a existência de um esquecimento “proposital” sobre a Guerrilha do Araguaia, promovido pelo Exército Brasileiro. De caráter histórico, esse “esquecimento” tem sido um dos instrumentos de e para o apagamento do lugar do indígena enquanto sujeito social, o que se verifica desde os tempos da colonização. Nesse sentido, é preciso salientar que é nosso dever no interior das escolas, no exercício da docência, incentivar a discussão sobre esses sujeitos e procurar desenvolver o interesse dos discentes pela pesquisa acerca do tema, trazendo os povos indígenas para a cena histórica, reativando a memória sobre esse grupo.

Nos depoimentos de moradores do Araguaia prestados ao MPF/PA, a única referência acerca de índios em eventos da guerrilha encontra-se no depoimento de S. M. R. Das afirmações do depoente, extrai-se: “[...] Que o depoente era guia junto com Iomar Galego, Pedro Galego, Raimundo Baixinho e mais dois caboclos (índios); [...] Que os índios não estavam armados”¹¹⁶.

Na fala do depoente, constata-se que os caboclos ou indígenas não portavam armas, ao contrário dos demais mateiros cooptados pelos militares, o que também transparece uma maior vulnerabilidade, pois estavam sempre à frente da tropa. O depoente e mais o trio de mateiros por ele citado foram responsáveis pela degola de vários guerrilheiros, o que se pode também inferir que os indígenas talvez tenham presenciado esse tipo vil de procedimento, ou mesmo terem sido obrigados a praticar esse ato.

No documento “Movimento de Libertação do Povo (MLP)”, as Forças Guerrilheiras do Araguaia elenca 27 pontos que seriam reivindicações da população e, no caso da instalação de um governo popular provisório, seriam implementados. Em seu vigésimo quinto ponto, encontramos: “Defesa da terra dos índios, respeito a seus hábitos e costumes e ajuda do governo aos indígenas”¹¹⁷.

No Diário do Velho Mário, também consta uma referência aos indígenas. Nele, os indígenas são instrumentais à luta contra os guerrilheiros.

116. Sr. S. M. R. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 19/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

117. Documento Movimento de Libertação Popular (MLP). Essa sigla mudaria para União Pela Liberdade e Direitos do Povo (ULDP). Documentos do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

[...] A FUNAI vai ocupar a Aldeia dos Índios (Suruí). À sua sombra, virão agentes do Exército. Os silvícolas poderão ser usados contra a guerrilha. Na região de Serra do Norte (onde se situa as jazidas de minério de ferro), os índios Caetés estão sendo expulsos (GRABOIS, 1973, n.p).

São essas as únicas referências aos indígenas em documentos da guerrilha. Na primeira, a defesa das terras e dos costumes indígenas; na segunda, Grabois profetiza que os silvícolas poderão ser usados pelos militares contra o movimento guerrilheiro. Observemos a utilização do termo “silvícolas”, aqui em forma pejorativa.

3.2 A TEMÁTICA DOS ARMAMENTOS

Em qualquer guerra, revolução ou demais conflitos armados, o poder de fogo das armas exerce um papel preponderante, salvo raras exceções que fogem a essa regra. Apesar de terem resistido por mais de dois anos à reação dos militares no Araguaia, é notório a discrepância em termos de armamentos entre militares e militantes. Vejamos algumas na seção abaixo.

3.2.1 Percepção dos militares

[...] A Mtr (metralhadora) portátil Thompson além de muito pesada funcionou mal, mas a MP 5 ARK funcionou bem e é mais leve. O FAL teve bom desempenho demonstrando ser arma muito útil neste tipo de operação. Apresentou inconvenientes quanto a discríção no transporte e o peso da arma e da munição. Pelas características de peso, alcance, discríção de transporte (confunde-se com as armas locais, seria interessante experimentar a carabina .30).

As granadas de mão ofensivas após longo deslocamento pela mata com umidade elevada, não funcionaram. O lançador M 79 é arma útil nesse tipo de operação. Convém manter o armamento automático envolto em plástico durante os deslocamentos (mas em condições de atirar)¹¹⁸.

[...] A partir de 1972, os caboclos que tiveram contato com elementos dos Destacamentos B e C, verificaram que eles portavam novas armas. Os chefes do Grupo, além de revólver cal. 38, portavam uma arma automática preá no peito, e os componentes portavam armas semelhantes às usadas pelos Soldados do Exército¹¹⁹.

[...] Elementos da região de PAU PRETO que estiveram em contato com o grupo da DINA informaram que eles portavam armas semelhantes às usadas pelo EXÉRCITO, sendo que ela – DINA – usava uma arma atravessada no peito, que

118. Relatório Operação Cigana. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

119. Documento de Informações Nº 0008/CISA, de 27 de Fevereiro de 1973. A Trégua. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

segundo a descrição deve ser automática. A DINA comentou que eles estavam preparados para vingar os companheiros mortos durante as operações de Set 72¹²⁰.

[...] Tanto o DOMINGOS como o COMPADRE ZUZA, informaram que o grupo do OSVALDÃO portava armas semelhantes às dos Soldados do EXÉRCITO. OSVALDO portava uma arma semelhante a uma metralhadora¹²¹.

[...] As missões pretendidas pela CMP (Comando Militar do Planalto) aqui mencionadas no item 1, foram executadas no decorrer das operações, há a acrescentar àquele repertório o bombardeio de três áreas com bombas napalm e de emprego geral¹²².

No primeiro documento dos militares, percebe-se que os mesmos testam e escolhem as armas a serem utilizadas na região: o uso do FAL, de armas leves, granadas de mão, lançadores e a sugestão do uso de outra arma (carabina .30). No segundo documento, talvez tenha havido, de forma deliberada, certa supervalorização das armas portadas pelos guerrilheiros, pois essas são ali comparadas às mesmas utilizadas pelo Exército. No terceiro documento, fica bastante claro o uso de “napalm”, também conhecido como “agente laranja”, utilizado em três áreas.

3.2.2 Percepção dos guerrilheiros

Em seu Relatório, Arroyo (1974) assim descreve os armamentos da guerrilha:

[...] Ao iniciar-se a segunda campanha, os guerrilheiros já possuíam maior experiência. Tinham avançado no conhecimento da mata, na ligação com as massas, na preparação militar, e conseguido organizar um pouco melhor o abastecimento. As armas, no entanto, continuavam precárias. Não havíamos conseguido tomá-las do inimigo até esta data.

[...] A terceira campanha do inimigo iniciou-se a 7 de outubro. Nesse momento, a situação das forças guerrilheiras era a seguinte: o destacamento A contava com 22 elementos; o B com 12; o C com 14 e CM com 8. Ao todo 56 guerrilheiros. O destacamento A tinha oito fuzis e um no conserto, cinco rifles 44, uma metralhadora INA, oito espingardas, 22 revólveres 38 e um revólver 31. O destacamento B tinha um fuzil, uma submetralhadora Royal, três rifles 44, duas espingardas 16 de dois canos, uma espingarda 16, uma carabina 32-20, uma carabina 22 e 12 revólveres 38. O destacamento C tinha dois fuzis, sete rifles 44, cinco espingardas 20 e 14 revólveres 38. Em conserto, havia mais de dez armas longas. Havia em média 40 balas para cada revólver 38. Eram insuficientes os cartuchos para as espingardas 20 e não havia mais balas de calibre 22 (ARROYO, 1974, n.p).

120. Documento de Informações Nº 0008/CISA, de 27 de Fevereiro de 1973. A Trégua. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

121. Documento de Informações Nº 0008/CISA, de 27 de Fevereiro de 1973. A Trégua. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

122. Relatório de Apoio Aéreo/Manobra Araguaia/72, assinado pelo Ten. Cel. Flarys Guedes Henriques de Araújo. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

Já em seu Diário, Grabois registra, em seu balanço de 8 meses da luta guerrilheira no Araguaia, que as perdas em armas teriam sido as seguintes:

No destacamento C 4 fuzis, 3 rifles 44, 6 espingardas, uma pistola colt 45, 16 revólveres 38, 2 armas curtas. No destacamento B 2 rifles 44, uma espingarda 16, 4 espingardas 20, uma espingarda 36, 7 revólveres 38. No destacamento A 1 espingarda 16 e 2 revólveres 38. Na CM 1 revólver calibre 38. Ao todo as FF GG perderam 4 fuzis, 5 rifles 44, 10 espingardas 20, 2 espingardas 16, 1 espingarda 36, 1 pistola colt 45 e 26 revólveres, num total de 49 armas. Existem também algumas armas avariadas. Somente o Destacamento A conseguiu, depois de iniciada a luta, 3 armas: 2 rifles 44 e 1 espingarda 20 (GRABOIS, 1972, n.p).

Ao fazermos um paralelo entre as afirmações de Arroyo e as de Grabois, torna-se explícito que aquele reclama da precariedade das armas já durante a segunda campanha e que, ao se iniciar a terceira campanha, havia insuficiência de armas e de munição; este reclama da perda de armas, que consistia em um total de 49, sendo que algumas outras se encontravam avariadas para conserto. Por outro lado, afirma que apenas o Destacamento A conseguiu repor algumas poucas armas.

Em seu balanço de um ano de atividade militar das forças guerrilheiras, Grabois declara:

[...] Nosso armamento sempre foi precário e tivemos muitas perdas de armas (por ação do inimigo, extravio e falta de cuidado). Nossas perdas em armas: 33 armas perdidas. Armas conseguidas: 16 armas. Apesar de termos perdido a oficina, mantemos uma oficina volante que vem consertando as armas avariadas. [...] Nossa perspectiva: conseguir mais armas (GRABOIS, 1973, n.p).

No dia 20 de julho de 1973, Grabois registra em seu Diário:

[...] A oficina vem funcionando a pleno vapor. Já foram para o destacamento C um revólver e uma espingarda 20. Joaquim (Arroyo) levou um rifle 44 e mais 43 balas de fuzil, que foram recarregadas. No próximo ponto do destacamento A irão um rifle 44, uma broca para furar coronhas, um formão e um retificador de cartuchos. Para o destacamento B seguirá uma espingarda 16, outras armas estão sendo consertadas (GRABOIS, 1973, n.p).

No final do mês de agosto de 1973, ou seja, depois de 16 meses do início dos combates no Araguaia, Grabois escreve:

[...] Melhoramos nosso armamento. Conseguimos 9 rifles 44, 9 espingardas 20, um rifle 36 e 4 revólveres (apoiados na massa e por ação militar). Consertamos quase todas as armas. Não há nenhum combatente desarmado. Mas comparado com o armamento do inimigo, o nosso armamento é deficientíssimo. Carecemos de balas 44 e de munição. Precisamos de minas, granadas e de armas modernas. Nosso poder de fogo ainda é pequeno (GRABOIS, 1973, n.p).

Nesses registros, Grabois fala da precariedade do armamento, assim como da falta de cuidado por parte dos militantes com suas armas. Embora existindo uma oficina funcionando a pleno vapor e o envio de armas já consertadas para os destacamentos, bem como a aquisição de algumas armas, admite-se que o poder de fogo da guerrilha ainda é pequeno.

No dia 06 de setembro de 1973, Grabois relata em seu Diário:

[...] Estamos agora camuflando o acampamento que vamos abandonar. Levaremos conosco, para serem entregues aos destacamentos B e C, 5 armas: uma metralhadora, 2 rifles 44, uma espingarda 36 (Itajubá) e uma espingarda 20. Joca e Zeca voltarão do caminho para atender o ponto com Zezinho e o ponto com mensageiros do destacamento A. Para este levarão uma metralhadora e uma espingarda 20 (GRABOIS, 1973, n.p).

No dia 07 de outubro de 1973, Grabois escreve em seu Diário:

[...] Enquanto me encontrava doente, os mensageiros de Pedro Gil informaram que a massa dava notícia de que um grupo do destacamento A realizara uma operação contra o posto militar da Transamazônica, situado no entroncamento que leva a S. Domingos. Fornecia detalhes da ação. Os guerrilheiros tinham se apoderado de 7 fuzis e 5 revólveres (GRABOIS, 1973, n.p).

E, por fim, entre a última semana de novembro e a primeira quinzena de dezembro de 1973, Grabois relata em seu Diário:

[...] As FF GG foram duramente atingidas com os insucessos do destacamento A. Este, que estava com um efetivo completo, ficou com apenas 15 combatentes e alguns deles são bastante atrasados do ponto de vista militar. O destacamento perdeu 4 fuzis, um rifle 44, uma espingarda 20 e 6 revólveres. [...] Perdemos 1 revólver 38 (do Daniel), um rifle 22 (do Toninho), uma espingarda 20 (da Áurea) e um rifle 44 (do Chico). Perdemos também 50 balas de fuzil, 70 balas de 38 e 50 balas de 44; 2 quilos e meio de pólvora, chumbo e uma bússola (GRABOIS, 1973, n.p).

Em seu relato, o guerrilheiro Mário (Glênio Fernandes de Sá) assim descreve o armamento do destacamento B, ao qual pertencia:

[...] Nossas armas compunham-se de um mosquetão; cinco rifles 44; seis espingardas 20; uma 20 de dois canos; uma 16; duas carabinas 22; uma metralhadora de balas 38 (fabricada por nós); dezessete revólveres Taurus 38 (cano médio); uma bereta e uma submetralhadora Royal; munição para arma longa e curta (SÁ, 1990, p. 15)¹²³.

Além de algumas armas recuperadas para serem entregues aos destacamentos, Grabois comenta sobre a operação dos guerrilheiros contra o posto militar da Transamazônica, uma das poucas ações da guerrilha contra os militares, na qual conseguiram

123. *Araguaia*: relato de um guerrilheiro. Depoimento inédito sobre sua participação na Guerrilha do Araguaia. Glênio Sá. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990.

alguns fuzis e revólveres. Entretanto, no final de 1973, reclama dos insucessos da guerrilha e da perda de armas e munições. Já o guerrilheiro Glênio demonstra, em seu relato, o pouco e precário armamento do seu destacamento. Aqui podemos abrir um parêntese para que o alunado entenda que, no que tange aos armamentos utilizados por militares e guerrilheiros, a desproporção é gritante. Apesar disso, os guerrilheiros conseguiram resistir por quase dois anos as investidas das Forças Armadas.

O guerrilheiro Nilo (Danilo Carneiro) pertencia ao destacamento C e desertou no início dos combates, em abril de 1972. Em seu depoimento declara “[...] havia o seguinte armamento: 2 revólveres 38, 1 espingarda cal. 20 e 1 espingarda calibre 22 e muito pouca munição¹²⁴.

De maneira geral, ficam transparentes, nos escritos acima, as disparidades entre os armamentos dos militantes e dos militares, inclusive com o reconhecimento por parte dos primeiros da precariedade e insuficiência de suas armas. Imaginava-se, conforme Arroyo, que o Exército traria as armas que seriam tomadas pelos guerrilheiros, coisa que não aconteceu. O desmantelamento da oficina de armas foi um golpe na já precária estrutura armamentista da guerrilha, apesar da tentativa de consertar e conseguir mais armas. Percebe-se também a inadequação dessas armas para o tipo de combate (rifles e espingardas), dado ser armas longas, pouco eficientes e com pouca munição, com exceção dos revólveres 38, que são armas curtas, mas também de pouca eficiência para o tipo de enfrentamento.

Seria interessante, aqui, questionar a origem dessas armas. Em seu trabalho Fernando Portela assim observa: “Os guerrilheiros garantem que lutaram com espingardas Winchester vendidas na região e revólveres comuns” (PORTELA, 1979, p. 117). No entanto, não podemos descartar também a hipótese de que algumas dessas armas podem ter vindo do sul do país, outras adquiridas na região e uma ou outra fabricada pelos armeiros da guerrilha, embora nas falas dos guerrilheiros não encontrássemos nenhum indício de como essas chegaram às suas mãos.

3.3 A TEMÁTICA DAS OPERAÇÕES NO CONTEXTO DA GUERRILHA

124. Depoimento prestado ao I Exército no dia 22/11/1972. Depoimentos dos Guerrilheiros Presos. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

Outro assunto aqui abordado é a Aciso (Ação Cívico Social). Trata-se de atividades voltadas para minorar os problemas cruciais da região no que tange à assistência médica e social, que em parte vinham sendo feitas pelos militantes. Essas foram fundamentais, segundo os militares, para a cooptação, conquista e simpatia dos regionais em seu favor. Geralmente, essas ações precediam ou aconteciam concomitantes com as operações locais. Era uma forma de mascarar as atuações de inteligência e, conseqüentemente, de combate à guerrilha.

De igual modo, tais ações escamoteavam seu verdadeiro objetivo, ou seja, o mapeamento dos moradores locais que tinham contato com os guerrilheiros (daí a ausência de listagem de pessoas atendidas), bem como o deslocamento de tropas em transporte aéreo (aviões e helicópteros) sem que houvesse uma vinculação com o combate à guerrilha. No entanto, ressaltamos que nos “Depoimentos de Moradores do Araguaia ao Ministério Público da União” não há nenhuma menção a essas operações, o que não significa que essas pessoas não tenham sido assistidas pela Aciso. Acreditamos que, talvez, os depoentes estivessem muito mais preocupados em denunciar os desmandos cometidos pelos militares do que em falar de ações assistencialistas e de caráter paliativo por parte dos mesmos.

3.3.1 As justificativas dos militares

[...] Simultaneamente, para mascarar a chegada do avião em XAMBIOÁ, será desencadeada uma ACISO:¹²⁵

- LOCAL?

- PARTICIPANTES – 1 Of. Médico – clínica geral
2 Sgt enfermeiro
2 Enfermeiros.

[...] A operação em Xambioá será mascarada com uma operação ACISO¹²⁶.

[...] As ACISO realizadas durante a manobra constituíram um apoio expressivo as operações. As populações da área estavam bastante influenciadas pela ação dos subversivos. A assistência prestada pelas equipes da ACISO, particularmente pela da saúde, repercutia profundamente em toda região¹²⁷.

Nos documentos militares, fica claro que as Aciso serviam como apoio para mascarar outras ações militares, particularmente a assistência prestada pela saúde, o que repercutia de forma positiva na região.

125. Reunião do Comando Militar da Amazônia realizada em 03/05/1972. Operação ‘Peixe’ nº 4. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaoobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

126. Operação ‘Peixe’ nº 4 (Confirmação ordens verbais), de 05/05/1972. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaoobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

127. Relatório da Manobra Araguaia/72, de novembro de 1972. A Perseguição. In: *Os arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaoobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

Sobre o planejamento e objetivos da Manobra Araguaia/72 – Operação Papagaio, consta:

[...] A Manobra será realizada no quadro da Guerra Revolucionária, em ambiente de selva, comportando operações contraguerrilha, ocupação de pontos e suprimento da tropa pelo ar, operações psicológicas e ações cívico-sociais¹²⁸.

[...] Capacitar a população de que poderá contar com o apoio do Exército, conquistando-lhe, também, a simpatia pelas ACISO empreendidas¹²⁹.

[...] Levando-se em conta os baixos níveis sociais e a grande percentagem de analfabetos nas regiões selecionadas para a ACISO, foram organizadas as seguintes equipes:

- Saúde;
- Veterinária e Agronomia;
- Orientação Social: Pedagoga

Orientadora Social

Eq. Serviço Militar

Eq. Identificação¹³⁰.

A manobra arquitetada pelo Exército foi realizada no quadro da Guerra Revolucionária, com operações psicológicas e ações cívico-sociais, com equipes organizadas para não só dar assistência à população, mas também conquistar sua simpatia.

[...] Apesar de ter sido cuidadosamente planejado, os medicamentos não foram suficientes e tivemos que obter uma suplementação durante o transcorrer da Operação. É necessário que se saliente que os pedidos de medicamentos foram centralizados no Serviço de Saúde Regional e que este subestimou as necessidades e o precário estado de saúde das populações a serem atendidas pela equipe da ACISO¹³¹.

[...] Deve se ter sempre em mente toda e qualquer desvinculação política por parte dos elementos da ACISO¹³².

[...] Necessidade da separação entre os trabalhos desenvolvidos pela equipe de ACISO e a operação militar propriamente dita¹³³.

128. Relatório das Operações Psicológicas e Aciso/Manobra Araguaia/72 – Operação Papagaio/Novembro de 1972. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

129. Relatório das Operações Psicológicas e Aciso/Manobra Araguaia/72 – Operação Papagaio/Novembro de 1972. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

130. Relatório das Operações Psicológicas e Aciso/Manobra Araguaia/72 – Operação Papagaio/Novembro de 1972. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

131. Relatório das Operações Psicológicas e Aciso/Manobra Araguaia/72 – Operação Papagaio/Novembro de 1972. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

132. Relatório das Operações Psicológicas e Aciso/Manobra Araguaia/72 – Operação Papagaio/Novembro de 1972. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

133. Relatório das Operações Psicológicas e Aciso/Manobra Araguaia/72 – Operação Papagaio/Novembro de 1972. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

Apesar de um cuidadoso planejamento, aconteciam imprevistos, como a quantidade insuficiente de medicamentos, entre outras ocorrências. Também era preciso não transparecer qualquer vinculação política dos elementos da ação social com a operação militar. Entretanto, parece-nos pouco provável que, em virtude dos baixos níveis sociais da região e do analfabetismo, a população fizesse totalmente essa desvinculação, uma vez que, ainda durante a primeira campanha, os guerrilheiros intensificaram o trabalho político junto às massas. Aqui podemos fazer uma reflexão junto com os alunos sobre esse tipo de ação tão comum ainda hoje na região em questão, como em toda a Amazônia. Governos elaboram projetos assistencialistas para serem desenvolvidos, mas que ficam apenas no papel. As ações, portanto, acontecem de forma esporádica e não contundente, servindo tão somente para exploração midiática, sem que efetivamente contribua para a assistência à população mais carente.

Abaixo, alguns Serviços Gerais desenvolvidos nas cidades de Araguaia e Xambioá constante no Relatório das Operações de Aciso.

[...] No que tange a esta atividade, foram realizados os seguintes trabalhos, em princípio, contando com a cooperação de elementos da localidade:

- Pintura de um Ginásio.
- Pintura de três escolas primárias.
- Pintura de um posto de saúde.
- Instalação de uma bomba de água, com fornecimento de material, em um grupo escolar.
- Pintura de uma Igreja.
- Substituição de 500 telhas de uma escola primária.
- Instalação elétrica, com fornecimento de material em um Dispensário¹³⁴.

No parecer final desse relatório, assinado pelo coronel Waldemar de Araújo Carvalho (Executor de ACISO), destaca-se:

[...] O atendimento médico e odontológico possível em uma Operação ACISO, de curta duração, serve apenas de paliativo, face às precárias condições da população assistida.¹³⁵

[...] Em seu conjunto, as OPERAÇÕES DE ACISO são válidas, seja para o atendimento das populações carentes, seja para dar ao povo a verdadeira imagem de

134. Relatório das Operações de Aciso/Manobra Araguaia 72 – Operação Papagaio, de 20/10/1972. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

135. Relatório das Operações de Aciso/Manobra Araguaia 72 – Operação Papagaio, de 20/10/1972. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

nosso Exército, elas deverão ser respeitadas e ampliadas, contando, para isso, com as entidades consideradas de apoio¹³⁶.

Em uma palestra do Centro de Informações do Exército – CIE, em sua conclusão, assim discorre o palestrante:

[...] Mas, o mais importante talvez, são as Operações de Conquista das Populações, nas áreas de tensão Social, onde levamos um pouco de segurança e bem estar, através dos diferentes Órgãos do Governo. A par desse trabalho Assistencial, ganhamos a confiança da População, a conscientizamos Politicamente, mantendo-a imune às tentativas de penetração do Comunismo. Somente através deste trabalho, que o inimigo tão bem sabe fazer, é que, de fato o neutralizamos – Pela Consciência – Pelo Exemplo e sobretudo pelo Apoio¹³⁷.

Nos documentos dos militares, fica patente que as Operações de Aciso ensejava uma outra operação; no início, de inteligência e, ao mesmo tempo, de repressão aos guerrilheiros. As Aciso não passavam de ações de cunho paliativo, conforme diz o coronel responsável por sua execução durante a Operação Papagaio. Os militares também tentavam separar essas ações das operações militares.

Importante frisar que essas operações muito pouco contribuíram, por exemplo, para a regularização de lotes junto ao INCRA em benefício dos posseiros, bem como para o pagamento de encargos trabalhistas pelos patrões aos trabalhadores das fazendas. Quanto aos serviços gerais acima descritos, esses se efetivaram com participação da população local, em regime de mutirão, segundo afirmam os militares. No entanto, depois de desmantelarem a guerrilha e se retirarem da área do conflito, essas ações não foram mais implementadas. Essa postura corrobora com a ideia de que o governo civil-militar, centralizado sob o comando dos militares em Brasília, não estava minimamente preocupado com o bem estar das populações da Amazônia, em particular da região em questão, mas sim de monitoramento e controle dos moradores através de seus agentes (sob o comando do major Curió) contra o perigo da ameaça comunista na região. De acordo com o Relatório da Comissão Nacional da Verdade,

[...] As Aciso, que tinham o objetivo de apresentar à população uma face ‘humana’ das forças oficiais, também eram instrumentalizadas a serviço do sistema de informação que passou a funcionar na região do Araguaia. Os órgãos do governo, como o Incra ou o DNER, foram amplamente utilizados como fachada para o funcionamento de atividades de investigação e repressão. O disfarce utilizado pelo Major Curió e a fachada do principal centro clandestino de detenção da região, a Casa Azul, como DNER, são exemplos disso. Nesse sentido, nem mesmo as ações

136. Relatório das Operações de Aciso/Manobra Araguaia 72 – Operação Papagaio, de 20/10/1972. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

137. Palestra do CIE (Centro de Informações do Exército), sem data, realizada provavelmente entre os anos de 1976 e 1977. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

‘sociais’ empreendidas na região estavam desprovidas de caráter repressivo. Predominaram as prisões arbitrárias, a restrição à ampla defesa e as torturas, que foram empregadas como forma de obtenção de informações e também como mecanismo para a constituição de uma cultura do medo junto à população da região¹³⁸.

Dessa forma, podemos inferir que as Aciso eram, em sua essência, operações militares travestidas de ações sociais de caráter paliativo, apoiadas por órgãos governamentais, cujos objetivos eram levantar dados através dos moradores locais para reprimir não só os guerrilheiros, mas também os próprios regionais.

3.3.2 Na percepção dos guerrilheiros

Maurício Grabois (1973), em seu Diário, falando sobre a atuação das Forças Armadas da ditadura no curso de um ano, escreve: “[...] Sua política em relação à massa fracassou. Não conseguiu ganhar a simpatia da população local. De nada valeu a demagogia (ACISO). O Exército não amedrontou os camponeses” (GRABOIS, 1973, n.p).

Ângelo Arroyo (1974), em seu Relatório, assim descreve essa questão:

[...] Ao mesmo tempo que realizavam a segunda grande operação, as Forças Armadas desenvolviam uma ação paralela junto às massas. Procederam à operação Aciso (Ação Cívico Social), distribuindo remédios, fazendo consultas médicas e dentárias, levando doentes de helicópteros e aviões para as cidades maiores. Montaram também uma operação com o Incra. Este anunciava que iria distribuir terras, legalizar as posses dos lavradores (ARROYO, 1974, n.p).

Em documento do PC do B, do ano de 1975, descreve-se:

[...] Por ocasião das ACISO, os moradores recebiam remédios e passavam-nos aos guerrilheiros, pois, declaravam a eles pertencerem, e se não fosse a sua presença na região nunca as autoridades lhes dariam qualquer assistência¹³⁹.

São poucas as referências às atividades da Aciso em depoimentos e documentos dos guerrilheiros. Nessas poucas leituras percebe-se a descrença desses para com essas ações, as quais, para Grabois, eram simplesmente demagogia. Por outro lado, os documentos militares como vimos anteriormente, enaltece essas ações e que “somente através deste trabalho, que o inimigo tão bem sabe fazer, é que, de fato o neutralizamos”. Consideramos que tais documentos, por motivos óbvios, omitem alguns aspectos da realidade.

138. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V. I. Brasília, 2014. Disponível em: < www.cnv.org.br > Acesso em: 07 abr. 2016.

139. Documento do PCdoB sobre os três anos da guerrilha (1975). Documentos do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: < www.geracaobooks.com.br >. Acesso em: 07 nov. 2014.

3.4. A TEMÁTICA DAS TORTURAS E PRISÕES

Outra questão importante é a que se refere às prisões, espancamentos, torturas e assassinatos de moradores da região do Araguaia durante o conflito, inclusive de mulheres. Não foi muito diferente, embora com algumas nuances, das atitudes adotadas em relação aos guerrilheiros. Vejamos, na seção seguinte, o que revelam os documentos.

3.4.1 Na visão dos militares

Nos documentos militares, também por motivos óbvios, não há referências acerca de violências por esses cometidas, encontrando-se apenas alusão a dois “suicídios” de moradores e prisões:

[...] Na área ao N de XAMBIOÁ, foi preso pelo CIE o indivíduo JOSÉ GENUINO NETO – OSVALDO, pertencente a uma base guerrilheira da região de GAMELEIRA. Foram presos ainda alguns moradores da região que colaboravam com os guerrilheiros em toda área¹⁴⁰.

[...] Durante o desenrolar das operações chegaram ao conhecimento do Cmdo. Da 3ª Bda. Inf. fatos altamente comprometedores com relação a JOSÉ NOLETO, proprietário de extensos castanhais, a ANTONIO ALCAZ MARTIN e ELIOTÉRIO ALCAZ MARTIN, sócios na Indústria de Madeira PARÁ-ÍMPAR e seus capangas ADEMO e OLÍMPIO de tal. Tais fatos os apontavam como responsáveis por apropriação indébita de terras, queima de propriedades e atentados contra a integridade física de humildes posseiros. Tendo em vista a ação de saneamento moral que se procurava desenvolver na área, após uma investigação sumária, foram requisitados agentes da Polícia Federal que efetuaram a prisão dos mesmos e instauraram o respectivo Inquérito Policial¹⁴¹.

[...] O Gen. Bandeira mandou prender O Toninho, o Noletto e um irmão deste. Estes três elementos seguirão por terra para BRASÍLIA. Várias notas dos mateiros vão acompanhando-os para justificar as prisões¹⁴².

Percebe-se nesses escritos, que o Exército, na pessoa do general Antonio Bandeira, tenta transparecer para a população local que a doutrina dos militares é imparcial, que os poderosos locais não estão imunes aos rigores da lei, dado que, até esse momento, enquadravam-se apenas os militantes e os lavradores locais (apoiadores circunstanciais da

140. Relatório da 8ª RM/Informação nº 288/72-CMA/Operação Peixe, de 25/05/1972. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

141. Relatório das Operações Contra Guerrilhas Realizadas Pela 3ª Bda. Inf. no Sudeste do Pará. 30/10/1972. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

142. Mensagem – Dia 06/10/72. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

guerrilha), esses últimos também explorados pelos fazendeiros, madeireiros e donos de castanhais.

Via do presente comunico-vos que no dia 18/05/72, aproximadamente as 15:30 horas foi entregue nesta Delegacia o indivíduo LOURIVAL MOURA PAULINO. [...] Detido pelo Exército afim de ser interrogado por suspeito de subversão, permanecendo até o dia 21/05/72 véspera do dia em que o mesmo deveria ser interrogado pelo Exército. [...] Conversando com ele perguntei porque o mesmo estava nervoso, ele disse que não era nada, perguntei se ele queria alguma coisa, ele disse que aceitava água, dei água para ele e arretirei-me, depois de uns dez minutos chegou um Soldado que tinha ido comprar cigarros para LOURIVAL, ao chegar perto da porta da cela, o Soldado chamou LOURIVAL, ele não respondeu, o Soldado apavorado me chamou dizendo que o preso tinha fugido, imediatamente abrimos a cela e notamos que LOURIVAL não tinha fugido, e sim suicidado, utilizando para isto a corda da rede de dormir que o filho dele tinha trazido para ele, comuniquei imediatamente ao Cmt. Do Destacamento do Exército, o qual tomou todas as providências cabíveis, como seja Exame médico e remoção do corpo para ser sepultado na cidade de Marabá. Est. do Pará, onde reside seus familiares, fornecendo o laudo médico anexo¹⁴³.

Morte de 1 (um) elemento da Rede de Apoio. JUAREZ RODRIGUES COELHO. Suicidou-se a 14 Ago 72, em PATRIMÔNIO. Apoiava o Destacamento 'C'¹⁴⁴.

Obviamente, não encontraremos em documentos militares relatos de torturas de militantes presos, no entanto, no que se refere aos “suicídios”, apesar de não admitirem, assim como as torturas, percebe-se que essa prática não ocorreu apenas nos grandes centros (onde o caso mais emblemático é o do jornalista Wladimir Herzog). Esses dois exemplos demonstram que também ocorreram no interior do país. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade discorrendo sobre a repressão aos camponeses, afirma:

[...] Nesse contexto, cabe destacar o caso de Lourival de Moura Paulino, barqueiro que ocasionalmente prestava serviço aos guerrilheiros, que foi preso sob a acusação de participar da guerrilha e que, mais tarde, viria a ser encontrado sem vida em sua cela em Xambioá. De acordo com o *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, Lourival de Moura Paulino foi torturado durante dois dias, na delegacia de Xambioá, com a participação do delegado e de militares do Exército e, depois, enforcado¹⁴⁵.

3.4.2 Na visão dos guerrilheiros

Em seu Relatório sobre o início da luta, Ângelo Arroyo (1974) escreve:

143. Of. nº 50/72 enviado ao Juiz de Direito Dr. Vitor Barbosa Lenza, da Comarca de Araguaína-Goiás, no dia 26/05/72, pelo Delegado de Polícia de Xambioá, o 2º Sargento Carlos Teixeira Marra. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

144. Relatório de Operações de Contra guerrilhas Realizadas Pela 3ª Bga. Inf. no Sudeste do Pará. 30/10/72. A Perseguição. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

145. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V. I. Brasília, 2014. Disponível em: <www.cnv.org.br>. Acessado em: 07 abr. 2016.

[...] Prendeu (os militares) muitos elementos de massa, que considerava mais amigo nossos, tanto nas roças como nas cidades vizinhas. Depois de alguns dias, esses elementos foram soltos. Começaram a se apoiar nos bate-paus da região e recrutar muitos deles para pô-los a seu serviço. Forçaram muitos moradores a servir de guias (ARROYO, 1974, n.p).

Referindo-se à terceira campanha, o autor relata:

[...] Prenderam quase todos os homens válidos das áreas em que atuávamos. Deixaram nas roças só as mulheres e as crianças. Algumas mulheres também foram presas. O Exército procurou implantar o terror entre as massas. Espancou muita gente. Houve elementos que enlouqueceram de tanta pancada. Queimavam casas e paíóis onde não encontravam os moradores. Dezenas de pequenos e médios comerciantes foram também presos. As tropas obrigavam elementos de massa a servir de guias (1974, n.p).

Não só no início da contenda, mas principalmente durante a última campanha, fica clara, nos escritos de Arroyo, a truculência dos militares para com os moradores locais, espancamentos, prisões (da maioria dos homens, bem como de mulheres), destruição de casas e de provisões, entre outras formas de violência.

Vejamos o que diz Maurício Grabois (1972) em seu diário:

[...] No passado mês de abril tropas do Exército, em operações conjuntas com a Aeronáutica, Marinha, e Polícia Militar do Pará, atacaram de surpresa antigos moradores das margens do rio Araguaia e de diversos locais situados entre S. Domingos das Latas e S. Geraldo, prendendo e espancando diversas pessoas, queimando casas, destruindo depósitos de arroz e outros cereais e danificando plantações (GRABOIS, 1972, n.p).

No dia 28 de julho de 1972, registra:

[...] As forças do Exército começam a cometer violências contra as massas. Assassinarão um popular em S. Domingos. Atiraram contra um camponês em Bom Jesus, causando grande revolta entre seus moradores. Humilharam vários lavradores. [...] A massa informou que os soldados que estavam operando na área do DA (destacamento A) foram substituídos por tropas especializadas que vestem uniformes camuflados. Estas tratam os lavradores de maneira mais grosseira, o que nos é favorável (GRABOIS, 1972, n.p).

No dia 20 agosto de 1972, escreve:

[...] As forças da ditadura na área do DC (destacamento C) vêm cometendo toda sorte de arbitrariedades. Prendem e interrogam duramente os camponeses. Em Xambioá desencaminharam inúmeras jovens. Amarraram um comerciante o dia todo no campo de aviação só porque ele defendeu Paulo Rodrigues, Comandante do destacamento C. As violências se sucedem. No Caiano, obrigam todas as famílias a morar no Patrimônio e transformaram em quartel a escola que nossos companheiros construíram juntamente com o povo. Neste lugarejo ninguém pode sair à rua depois das 19 horas. Também em Xambioá os oficiais vivem a se banquetear com o Antoninho, o maior grileiro da região e a figura mais odiada pelas massas (GRABOIS, 1972, n.p).

Grabois registra, em seu Diário, as arbitrariedades cometidas pelos militares já no início da luta. Posteriormente registra humilhações sofridas pelos lavradores bem como assassinatos e toda sorte de violências, além do toque de recolher, quando ninguém podia sair à rua depois das 19 horas.

O Comunicado nº 2 das Forças Guerrilheiras do Araguaia, datado de 20 de outubro de 1972, constante no referido diário, assinala: “[...] Depois de cometerem violências contra os lavradores e habitantes das cidades e corrutelas, tendo assassinado alguns deles, retiraram-se deixando contingentes militares em diferentes áreas” (GRABOIS, 1972, n.p).

Em Carta do guerrilheiro Juca (João Carlos Haas Sobrinho) “Aos amigos de Porto Franco, Tocantinópolis e Estreito”, datada de 12 de setembro de 1972, também constante nesse diário, afirma:

[...] Em abril último, agravaram-se os sofrimentos daquela população, com a feroz investida de numerosas tropas do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militar do Pará, contra muitos moradores ali radicados apoiados por aviões, helicópteros e lanchas equipadas com armas modernas, essas tropas prenderam e espancaram muitos lavradores, assassinaram outros, queimaram suas casas e paióis, saquearam suas propriedades e continuam, ainda hoje, sua perseguição, perturbando a vida da população e procurando semear o terror naquela área (GRABOIS, 1972, n.p).

Em outubro de 1973, Grabois registra:

[...] A massa também informa que a área do DA (destacamento A) está ‘quente’. Lá estiveram numerosos soldados que detiveram muitos moradores. [...] Os ‘macacos’ circulam pouco e não entram na mata. Mandam intimar os camponeses por meio de um bate-pau. Prenderam quase todos os lavradores de certa zona da área. Alguns camponeses estão sendo espancados. Diante disso, precisamos estudar melhor a maneira de resguardar a massa dos golpes da reação.

[...] O inimigo vem fazendo violenta repressão contra a massa e realizou inúmeras prisões, inclusive em S. Domingos, Bom Jesus e outras corrutelas. Um grupo de mais de 10 combatentes, sob a direção de Nelito, saiu para realizar ações contra o inimigo e pequenos grupos saíram para fazer fustigamentos.

No dia 28/10, Nelson e Zezinho foram se encontrar com os mensageiros de Pedro Gil. O primeiro trouxe várias informações: o inimigo continua prendendo e espancando elementos da massa. Os presos permanecem detidos e só um foi solto (GRABOIS, 1973, n.p).

Em novembro de 1973, Grabois escreve:

[...] O inimigo prossegue em sua repressão contra a massa. Até agora só soltou um dos detidos. Muitos estão incomunicáveis, não podendo ser visitados por suas famílias. Os camponeses presos são obrigados a sair com os soldados na mata e servir de guias. Esta ação objetiva desmoralizá-los e obter alguma pista sobre a localização dos guerrilheiros.

[...] No que se refere à tática do inimigo, não existem muitas inovações. O que há de novo é a repressão em massa contra os camponeses. Politicamente, isso nos é favorável (GRABOIS, 1973, n.p).

O guerrilheiro Juca também denuncia em Carta a violência perpetrada pelos militares contra os regionais, assim como a denunciavam também os comunicados da guerrilha. Grabois (1973) continua registrando, em seu Diário, as violências praticadas contra a população local, inclusive o fato de camponeses presos serem obrigados a servir de guias na mata. Apesar de o Exército declarar que pagava diárias para esses mateiros, deve-se esclarecer ao alunado que foram alguns poucos que receberam diárias ou algum tipo de benesse dos militares. Os demais foram antes espancados e torturados para servir como guias em perseguição aos guerrilheiros na mata.

No Documento “Análise do Partido Sobre a Guerrilha do Araguaia” (Anexo nº 4), o registro da ofensiva do militares com vistas a impedir a adesão dos moradores locais ao movimento guerrilheiro:

[...] Uma das primeiras medidas que tomaram (os militares) foi a prisão de centenas de moradores e, em especial, os melhores amigos dos guerrilheiros. As prisões também se estenderam nas cidades periféricas. Desta vez os presos não foram soltos. Muitos permaneceram vários meses. O Exército criou um clima de terror na região com o objetivo de amedrontar a massa, afastá-la da guerrilha, impedindo seu apoio e seu ingresso nas Forças Guerrilheiras. Obrigaram alguns moradores a servir de guia sob ameaça física¹⁴⁶.

Conforme documento do PC do B (Anexo nº 11), o Exército teria lançado mão de toda sorte de violência sob o intuito de instaurar um clima de terror na região do Araguaia.

[...] O Exército era estranho. Tanto assim que teve de utilizar os meios mais bárbaros para dobrar os moradores. Prendeu, espancou, torturou centenas deles. Queimou casas, roças e paióis. Assassinou alguns camponeses. [...] Os militares usaram tática dupla: de um lado, repressão violenta; de outro, mentira e engodo¹⁴⁷.

Em outro documento do partido, temos explícita a forma brutal com que os militares tratavam até mesmo aqueles que se mostrassem “simpatizantes” da causa guerrilheira. Não há que estranhar, em decorrência disso, as atrocidades que infligiram àqueles considerados “colaboradores” dessa causa.

[...] A repressão se encarniça bestialmente. Em Araguatins, uma mulher foi presa no mercadinho e surrada no meio da rua. Ela topara uma provocação. Levantara sua voz para dizer que Osvaldão não era nenhum bandido, mas a pessoa mais séria, mais honesta mais prestativa da região. Baiano, um caboclo alto e forte, que fazia

146. Cópia da Documentação Apreendida no Aparelho do PC do B da Rua Pio XI/SP – Dez. 76. Documentos do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

147. Cópia de Documento Apreendido no Aparelho do PC do B. São Paulo. Dez. 76. Documentos do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

comércio em barco-motor também é preso em Araguaatins. Acusado de ter negociado com os habitantes da Paveira, espancam-no brutalmente, deixam-no amarrado numa árvore no centro da cidade, durante dois dias¹⁴⁸.

O guerrilheiro Geraldo (José Genoíno Neto), em depoimento, complementa:

[...] Imediatamente foi levado para a barraca dos Oficiais (após sua prisão) e amarrado num tronco de árvore, passou a ser torturado. Neste lugar, onde estava sendo torturado, era uma base militar, cercada de arame farpado, com buracos no chão de três metros quadrados, onde estavam presos muitos lavradores, que naquele lugar sofriam toda sorte de torturas. Nesse período em que estive em Xambioá, vi queimaram roças e casa de lavradores com bombas de Napalm, lança chamas e desfolhantes¹⁴⁹.

[...] e também quando estava o interrogando na cadeia de Xambioá, na cela ao seu lado, foi enforcado um lavrador que se chamava Lourival Paulino¹⁵⁰.

Em todas as falas dos guerrilheiros, transparece a denúncia de prisões, espancamentos, humilhações públicas, torturas e assassinatos de moradores e até mesmo de “desencaminhamentos” de jovens, filhas dos regionais. Infere-se daí o terror implantado na região pelas Forças Armadas. Esses escritos (principalmente as cartas e comunicados) talvez tenham reverberado pouco no seio da população local, já que a maioria dos moradores era analfabeta, e o Exército controlava toda a área e impunha a censura. No que tange à sala de aula, é necessário que o professor compartilhe com o alunado a leitura desses escritos e desencadeie uma discussão e uma pesquisa sobre até que ponto os militares extrapolaram as convenções internacionais sobre a guerra, mesmo alegando não ser uma guerra convencional.

3.4.3 Na visão dos moradores do Araguaia

Em depoimento ao MPF/PA, S. S. G. declara:

[...] QUE, após 1972, as operações do Exército tornaram-se muito mais intensas, tendo os soldados do Exército começado a matar lavradores e guerrilheiros; QUE qualquer lavrador que tivesse colaborado ou mesmo conhecesse guerrilheiros seria morto; [...] QUE, na época dos eventos, os soldados do Exército, quando encontravam alguém no meio da selva, iam logo atirando, supondo que todos fossem

148. Cópia de Documento Apreendido no Aparelho do PC do B. São Paulo. Dez. 76. Documentos do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

149. Auto de qualificação e interrogatório datado de 16 de julho de 1973. Depoimentos dos Guerrilheiros Presos. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

150. Auto de qualificação e interrogatório datado de 16 de julho de 1973. Depoimentos dos Guerrilheiros Presos. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

guerrilheiros; QUE, em razão desse tipo de conduta, o declarante tomou conhecimento através do Sr. SINÉZIO de que três lavradores foram mortos no lugar conhecido como PAU PRETO; QUE o Sr. SINÉZIO auxiliava o Exército na função de guia, e presenciou o momento da morte de três lavradores; QUE tem conhecimento de que os corpos dos referidos lavradores não foram enterrados; QUE o sogro do declarante, Sr. ALFREDO ANTONIO CAMPOS foi morto por soldados do Exército quando se encontrava em companhia dos guerrilheiros 'JOSÉ CARLOS', 'ZABÃO' e 'NUNES'; QUE o declarante presenciou soldados do Exército, uniformizados, torturando lavradores e moradores da região, em julho de 1973; QUE um morador conhecido como 'SIMÃO' foi preso na sua casa, em São Domingos-PA, sob suspeita de ter vendido produtos e mercadorias para guerrilheiros; QUE o declarante presenciou o momento em que SIMÃO foi preso por soldados do Exército, pois estava na casa de SIMÃO, quando vários soldados chegaram e já foram espancando SIMÃO com o cabo do fuzil, além de socos e pontapés; QUE alguns meses após SIMÃO ser liberado pelo Exército ele faleceu em virtude das torturas que sofreu; [...] QUE o declarante assistiu o Sr. ANTÔNIO NOGUEIRA, comerciante em São Domingos, quando foi preso por soldados fardados do Exército em sua casa, tendo sido espancado pelos soldados no momento da prisão, em julho de 1973, um dia após a prisão de SIMÃO, sob suspeita de auxílio aos guerrilheiros; QUE o Sr. ANTÔNIO NOGUEIRA ficou preso quase um ano, tendo sido transferido de Bacaba para Araguaína e posteriormente para Brasília, segundo informações que a esposa dele obteve com soldados do Exército; QUE após ser liberado o Sr. ANTÔNIO NOGUEIRA relatou aos familiares as torturas que sofrera, tais como ter sido pendurado pelos testículos, pendurado pelos pés, de cabeça para baixo, dentro de um buraco, durante mais de vinte e quatro horas; QUE tem conhecimento da localização de tais buracos na terra utilizados para tortura, os quais estão em Xambioá, Bacaba e Palestina; QUE tem conhecimento de que o Sr. ANTÔNIO NOGUEIRA também faleceu em razão das torturas; QUE o declarante também assistiu a prisão de RAIMUNDO GOMES, comerciante da região de São Domingos do Araguaia, pelos soldados do Exército; [...] QUE o Sr. RAIMUNDO GOMES veio a falecer em virtude das torturas sofridas, ao que tem conhecimento em Goiânia, local onde foi se tratar dos ferimentos; [...] QUE um lavrador, Sr. RAIMUNDO DAS MOÇAS, tendo este nome em virtude de ter várias filhas, morador da região da Fortaleza, município de Brejo Grande-PA, vendia farinha para os guerrilheiros, e o Exército, ao ficar sabendo deste fato, prendeu ele por mais de 06 meses, tendo sido torturado, e em virtude disto veio a falecer¹⁵¹.

Na narrativa acima, ficam transparentes as prisões e espancamentos de moradores (apenas por conhecer ou comercializar com os guerrilheiros) e outras várias formas de torturas por esses sofridas. Os depoentes, além da violência da qual foram vítimas, pontuam, em seu testemunho, ter presenciado outras pessoas serem torturadas ou mesmo assassinadas. De igual forma, destacam que muitos morreram posteriormente em face das torturas a que foram submetidos.

No depoimento prestado ao MPF/PA por J. M. S., temos explicitadas as repercussões físicas e psicológicas dos diversos modos de tortura adotados pelos agentes militares.

[...] Que o pai do declarante foi preso e torturado, em 1972; que o pai do declarante era lavrador e possuía uma terra onde cultivava; que o declarante morava com seu pai nesta época; que seu pai foi preso em razão de haver vendido coisas para o

151. Sr. S. S. G. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará em 03/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

pessoal da guerrilha; que o pessoal da serraria onde o declarante trabalhava contou ao declarante que o seu pai tinha sido levado dentro de um saco de estopa, pelo pessoal do Exército, ao que consta, para a localidade de Bacaba-PA; que ao ser levado para Marabá-PA o pai do declarante tentou fugir, pulando no rio Tocantins, mas foi impedido; que o pai do declarante ficou louco, em decorrência dos choques e torturas que sofreu na prisão; que o pai do declarante possui diversas cicatrizes no corpo, na cabeça, nas costas; que o pai do declarante narrou as torturas que sofreu no Exército, tais como espancamento, fome, choques na cabeça e na boca; que as torturas ocorriam quase todo dia; [...] Que o pai do declarante possui 65 anos de idade, salvo engano, e encontra-se muito debilitado fisicamente e mentalmente; que o pai do declarante ficou mais de 06 meses preso, e ninguém sabia onde ele estava; que uma das piores torturas que seu pai sofreu foi ficar pendurado pelos testículos; que, segundo o Sr. Vanu, guia do Exército, seu pai esteve preso em Bacaba, Marabá e Araguaína-TO; que após ser solto, o pai do declarante ficou louco, razão pelo qual o Sr. Vanu providenciou junto ao Exército, a sua internação em um manicômio em Belém-PA, no qual ficou aproximadamente dois anos¹⁵².

O depoimento de M. F. F. prestado ao MPF/PA deixa patente que, em razão das torturas às quais eram submetidos, muitos moradores sujeitavam-se à condição de guias dos militares. Outros, no entanto, ainda que expostos a toda sorte de humilhações, acabavam por “desaparecer”, fato que, de diversas formas, incidia sobre a vida de seus familiares.

[...] Que várias pessoas da região foram torturadas por soldados do Exército, mas especialmente homens; que o próprio irmão da declarante, JOÃO DOS REIS NONATO DA SILVA, foi preso e torturado em Bacaba-PA, sede do Exército; que o irmão da declarante logo concordou em ser guia do Exército, razão pela qual apanhou pouco; que os lavradores eram levados para Bacaba dentro de um saco de estopa; que o marido da depoente também foi guia do Exército, ma não foi levado para Bacaba-PA, nem sofre violência; que um outro irmão da declarante, Sr. ANTÔNIO NONATO DA SILVA, foi guia do exército; [...] Que no ano de 1973, não se recordando o mês, a declarante esteve no acampamento do Exército, em Bacaba, e presenciou o momento em que PEDRO CARRETEL, lavrador, foi conduzido por soldados à presença de sua mulher D. JOANA, sendo que ele encontrava-se travestido de mulher com as unhas dos pés e das mãos pintadas, com batom nos lábios, com sobrancelhas pintadas, sendo que as sobrancelhas naturais foram retiradas, sombra nos olhos, cabeça raspada, e um círculo desenhado em vermelho, com esmalte, na parte superior de sua cabeça; que a declarante tomou conhecimento de que uma manicure de S. D do Araguaia, chamada IDENÊ, irmã do ARLINDO PIAUÍ, que matou OSVALDÃO, guerrilheiro, foi chamada pelos militares do Exército para ‘tratar de PEDRO CARRETEL’; que PEDRO CARRETEL fora capturado na mata alguns meses antes e estava preso em BACABA; que a declarante viu diversos militares, inclusive autoridades superiores, reunidos no momento em que PEDRO CARRETEL, na condição descrita, foi levado ao encontro de sua esposa, momento em que ambos se emocionaram muito, recordando-se ainda que foi dito pelos militares que esse encontro seria o último; que os militares brincaram com D. JOANA dizendo que seu marido estava muito ‘bonito’; que PEDRO CARRETEL nunca mais foi visto; que D. JOANA nunca mais foi a mesma até que alguns anos depois ficou louca vindo a falecer¹⁵³.

152. Sr. J. M. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 03/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

153. Sra. M. F. F. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 03/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

As sequelas de ordem física e psicologia também estão presentes no depoimento de P. M. S. ao MPF/PA. Da fala do depoente, destaca-se:

[...] QUE o pai do declarante foi levado preso para a base da BACABA, depois para o DNER em Marabá, e, em seguida, para Araguatins; QUE mais ou menos seis meses após a prisão, soltaram o pai do declarante na rua principal da cidade de São Domingos do Araguaia; [...] QUE o pai do declarante tinha um ferimento aberto e grande na cabeça que ia da sobrancelha até o início do couro cabeludo; QUE o pai do declarante também apresentava um ferimento redondo nas costas, além de marcas de chicote também nas costas; [...] QUE VANU lhe descreveu a cena informando que o pai do declarante foi colocado de cabeça para baixo num buraco do DNER em Marabá e aplicavam-lhe choque nas costas, razão pela qual apresentava o ferimento redondo nas costas; [...] Que a tortura também consistia em deixar o pai do declarante pendurado em um buraco pela bolsa escrotal (saco); QUE o pai do declarante algumas vezes reconhecia a sua mãe e outras vezes não; QUE o pai do declarante passou a bater na mãe do declarante; QUE o pai do declarante está neste momento internado na CLIMEC em Marabá; QUE desde que voltou da prisão o pai do declarante nunca ficou bem de saúde¹⁵⁴.

No depoimento de M. P. M. ao MPF/PA, o registro de mais uma morte em decorrência da prática de tortura, o que, às vezes, demandava anos para ocorrer.

[...] QUE no ano de 1973, não sabendo precisar a data, o marido da declarante foi preso pelo Exército, sob acusação de comercializar com os guerrilheiros; [...] QUE o marido da declarante foi levado para BACABA, durante três meses; QUE o marido da declarante, após os três meses da prisão, voltou muito doente, alegando ter sido torturado; QUE o marido da declarante se queixava de muitas dores no corpo além de fraqueza; QUE a declarante levou seu marido para atendimento médico em Imperatriz, Belém e Goiânia, onde veio a falecer em 1979; QUE a partir da prisão do marido da declarante até seu falecimento em 1979, nunca mais SIMÃO PEREIRA DA SILVA recuperou a saúde¹⁵⁵.

O Ministério Público Federal do Pará também colheu depoimento de L. R. S. Em sua fala, umas das táticas de infiltração dos militares, além do desconhecimento dos moradores acerca das armas utilizadas no enfrentamento aos guerrilheiros.

[...] QUE, no dia 28 de março de 1972, cerca de 8 militares à paisana chegaram na localidade de FAVEIRA e ficaram hospedados na casa dos pais do declarante durante 8 dias e perguntavam sobre os integrantes da guerrilha, dizendo o nome de vários deles, inclusive o codinome utilizado pelos guerrilheiros, e explicando que eram parentes dos guerrilheiros que gostariam de encontrar com eles; [...] QUE, ainda no ano de 1972, um afilhado do pai do declarante, chamado SABINO ALVES DA SILVA, que morava com eles, achou um objeto na Faveira e que ao apresentar ao declarante o objeto, o declarante pegou o objeto com a mão esquerda e puxou um pino com a mão direita, vindo o objeto a explodir, matando SABINO, e ferindo gravemente o declarante, com ferimentos por todo o corpo e inclusive com a

154. Sr. P. M. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 04/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

155. Sra. M. P. M. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 04/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

mutilação de sua mão esquerda; que o tratamento médico do declarante foi arcado pelo Exército, por um período de internação de cerca de 04 meses, sendo levado de Marabá para Belém, onde ficou internado; QUE foi prometido ao declarante uma indenização pelo Exército, mas nada foi feito¹⁵⁶.

Em alguns depoimentos, os declarantes são filhos, irmãos ou esposas de alguém que foi preso e torturado – sendo que algumas das vítimas foram obrigadas a servir como guia do Exército -, os quais podem estar ou não vivos. Outros depoentes podem ser remanescentes da época do conflito, tendo sido também presos e torturados. Há, ainda, aqueles que obtiveram relatos sobre seus parentes por meio de outras pessoas que também foram presas e torturadas e presenciaram as arbitrariedades dos militares para com os moradores locais. Nesse sentido, o professor pode explicar sobre essas memórias ainda bastante vivas e traumáticas da população da região, ou seja, as “memórias subterrâneas”.

No depoimento de J. R. P. ao MPF/PA, o declarante pontua a forma como as torturas ocorreram não apenas com sua pessoa, mas com outros moradores da região do conflito.

[...] QUE o declarante foi algemado e levado junto com mais 18 moradores de BURITI para o Quartel de Araguaína, local em que sofreu diversas violências, tais como: golpes de cassetete no estômago, pescoço, cabeça, chutes com os coturnos; QUE para cada prisioneiro havia sempre três soldados para torturar, e que os soldados o acusava de ser terrorista além de agredir com palavras de baixo calão; QUE recorda que o Sargento Júlio emitia um sinal (toque na porta) todas as vezes em que os gemidos dos prisioneiros estavam ficando fracos e eles ficavam quase desfalecidos, momento em que os espancamentos cessavam; QUE os presos que apanhavam eram levados para tomar banho para limpar o sangue que escorria decorrente de espancamentos, e após eram encaminhados até um ônibus, onde tomavam injeções aplicadas por uma mulher e retornavam para as celas¹⁵⁷.

J.V.S., outro depoente, relata ao MPF/PA a tortura que sofrera em dependências do Exército:

[...] QUE durante o tempo em que ficou preso foi barbaramente espancado com chutes, murros, coices de fuzil, o que lhe restou sequelas como afundamento na parte superior do crânio, dores nas costelas; QUE foi obrigado no acampamento militar em Marabá a ficar equilibrado em cima de duas latinhas com a ponta dos dedos encostados na parede, sem que pudesse encostar as palmas das mãos; QUE foi colocado em um quarto onde havia produtos químicos, não sabendo precisar qual tipo, que o deixava com ânsia de vômito, dor de cabeça e fraqueza no corpo¹⁵⁸.

156. Sr. L. R. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 04/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

157. Sr. J. R. P. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 05/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

158. Sr. J. V. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 05/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

As formas de tortura se estendiam à privação de necessidades mais básicas do ser humano, aqui patente pela ingestão de água de procedência duvidosa, aliada a composto que só aumentaria a sede do “prisioneiro”. É o que se registra do depoimento de J. S. O. ao MPF/PA.

[...] QUE em 1973, não recordando a data, foi preso por militares do Exército à paisana, em torno de 20 pessoas, quando o declarante encontrava-se na sua casa, por volta de 4 horas da madrugada; [...] QUE na época da guerrilha foi obrigado a deixar sua casa, roça e comércio junto com a sua primeira esposa JOSEFA; [...] QUE o declarante, ainda no Amapá, foi colocado uma vez pelos militares para ficar equilibrado em cima de duas pequenas latas de conserva, com as pontas dos dedos encostados na parede, sem poder encostar a palma da mão, em torno de uma hora, sendo que o declarante não aguentou e caiu, quando então, se fingiu de morto; [...] QUE quando estava com sede era obrigado a tomar água de tambor, misturada com sal e limão; [...] QUE conheceu PEDRO CARRETEL, lavrador da região, que foi baleado na mata e foi tratado na BACABA; QUE ouviu falar que quando PEDRO CARRETEL já estava bem de saúde foi levado de avião e jogado lá de cima sobre a mata na região de SÃO GERALDO¹⁵⁹.

Há, ainda, registros de torturas praticadas em dependências de órgão não militares ou prisionais. Citemos, como exemplo, as agressões às quais se refere A. L. S. em depoimento ao MPF/PA.

[...] Que em 1973, não se recordando o mês, o declarante foi preso por soldados do Exército, durante a noite, em seu sítio; que vários outros moradores da região também foram presos; que eles não diziam porquê; [...] Que o declarante foi espancado por pessoas à paisana quando estava em Marabá, no DNER, mediante socos e pontapés; [...] Que as pessoas que batiam no declarante não diziam nem nada, apenas chamavam o declarante de terrorista; que logo após os espancamentos um médico aparecia e dava medicamentos para o declarante; [...] QUE o declarante pode assegurar que todo mundo que esteve com o Exército, apanhou muito, uns mais outros menos¹⁶⁰.

Ainda na esteira das arbitrariedades cometidas pelos militares contra os regionais, são comuns, entre outras formas de sujeição, as invasões das casas dos moradores durante a noite ou madrugada para prendê-los, os espancamentos com “coices” de fuzil, golpes de cassetetes, o castigo das latinhas e o desfalecimento dos torturados. Nesse último caso, eram obrigados a tomar banho, depois do qual se submetiam à aplicação de injeções, para que se assegurassem condições para novas sessões de torturas. Por fim, retornavam às suas celas.

Incêndios de propriedades era também prática comum aos métodos do Exército. Observemos, nesse sentido, o depoimento de A. M. S. ao MPF/PA.

159. Sr. J. S. O. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 06/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

160. Sr. A. L. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 06/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br> Acesso em: 07 nov. 2014.

[...] QUE no ano de 1972, cada um dos moradores tinha seu próprio sítio, com plantação e criação de animais, e todos tiveram que sair correndo, tendo o Exército tocado fogo em todas as casas dos moradores, sabendo o declarante com certeza, que as casas do Sr. JUCA e JOSEFA, do declarante, do pai do declarante, entre outros, foram queimadas; QUE antes de iniciarem as agressões contra os moradores, o Exército mandou pessoas disfarçadas para investigarem as pessoas da região; [...] QUE diversos moradores da região foram presos e levados para MARABÁ, tais como, SIMÃO, RAIMUNDO DAS MOÇAS, PERNAMBUCO DO CAVALO, MANEZINHO DAS DUAS, PEIXIM, RAIMUNDO SEVERINO, PEDRO CANTADOR, entre outros; QUE o declarante foi guia do Exército¹⁶¹.

Morador de Palestina do Pará/PA na época do conflito, o depoente P. V. F. relata ao MPF/PA não somente a tortura que lhe foi infligida, mas também aquelas cometidas a outras pessoas pelos militares.

[...] QUE em determinado dia do mês de julho de 1973, na véspera do casamento de seu filho, ao chegar da roça, viu o terreiro de sua casa com 14 militares do Exército; QUE os militares levaram o declarante para a BACABA; [...] QUE não lhe colocaram saco na cabeça durante a viagem, mas viu várias pessoas chegando nessa condição; [...] QUE em MARABÁ viu pessoas amarradas as mãos nos pés, e os deixavam pendurados, batendo de martelo nas unhas das mãos e dos pés; QUE por duas vezes foi levado para a beira do buraco para ver as pessoas penduradas, sendo obrigado a cantar juntamente com outras pessoas a seguinte música: *é um tal soca-soca, é um tal de pula-pula quem tem culpa se enrola e quem não tem logo se apura... dá um troço no menino que o pior do terecô*; QUE no DNER, colocaram, por 3 vezes seguidas, o declarante em cima de duas latinhas com um dedo de cada mão apoiando na parede até que chegava o CABO MACUMBEIRO e chutava as latas, fazendo com que o declarante caísse; QUE ainda no DNER, viu PEDÃO DA ALDENORA, morador da Palestina, próximo do Rio Araguaia, levar choque elétrico, colocando fios elétricos nas costas, fazendo com que a vítima caísse; QUE PEDÃO saiu muito machucado dos maus-tratos; QUE o declarante foi encarregado da cozinha do DNER; QUE o declarante levava comida para PEDÃO, já que este não se levantava, por causa dos choques e de tanta pancada que levou dos militares. [...] QUE o filho do SEU AMÉRICO (que estava com os guerrilheiros) que tinha 14 anos se entregou e nunca mais apareceu¹⁶².

C. S. S. foi outro morador de Palestina do Pará/PA que prestou depoimento ao MPF/PA. O declarante faz referência às circunstâncias que o conduziram à condição de guia do Exército.

[...] QUE na Chácara (onde trabalhava), 7 militares, comandados pelo SARGENTO NAVALHADA, prenderam o declarante, acusando-o de terrorista; QUE no caminho da Chácara para a sua casa na cidade, o declarante apanhava com batidas em sua cabeça com a base dos FAOs, além de chutes de botina; QUE ao entrar em sua casa, juntamente com os militares, um dos soldados, diante da quantidade de foices e machados declarou que não podia se tratar de um terrorista; QUE o SARGENTO NAVALHADA tinha a fama de que aquele que caísse em suas mãos não passava sem apanhar; QUE a prisão se deu no mês de julho de 1972; [...] QUE não sofreu

161. Sr. A. M. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 07/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

162. Sr. P. V. F. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 08/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

maus tratos em MARABÁ, mas sabe de pessoas que apanharam como o tio do declarante, ADÃO DO XANDICO; [...] QUE em maio de 1973, o declarante foi obrigado a ser guia para uma tropa do Exército¹⁶³.

O lavrador M. M. P. A., em depoimento ao MPF/PA, relata a tortura que sofreu e outras que presenciou, assim como o fato de haver, ainda hoje, um silêncio motivado pelo terror instalado por ocasião da guerrilha.

[...] Que foi preso em outubro de 1973 pelo exército, quando estava colhendo milho. [...] Quando preso foi levado para Bacaba. Levou uns 'cascudos'. Depois foi surrado. De helicóptero foi levado para Marabá (nota do Procurador: segundo as descrições feitas, trata-se da sede do DNER). Foi novamente surrado, com socos e pontapés. Não conseguia nem levantar. Disseram que foi preso por Ter dado de comer aos terroristas. [...] Foi levado para o médico do Exército, que disse estar com 2 costelas quebradas e um 'quarto desmantelado'. Depois de 2 dias melhorou e foi novamente interrogado. Apanhou de novo e foi ameaçado com o revólver na boca. [...] Tinha uns 80 moradores da região presos em Marabá. [...] Um dia botaram o depoente para cavar uma sepultura, dizendo que seria a dele mesmo. No final o militar disse que o pouparia pois tinha família. Depois tampou a sepultura. [...] Em Marabá dia e noite ouviam pessoas gritando, em função das torturas. Havia um buraco onde as pessoas ficavam penduradas. Ligavam um motor para abafar o barulho externamente. Só os presos 'mais complicados' iam para o buraco. Só foi solto quando tudo acabou. Disse que até hoje tem moradores que avisam que se contarem alguma coisa sobre a guerrilha vão voltar a apanhar¹⁶⁴.

Depoendo ao MPF/PA, F. P. F. também relata a violência que presenciou, destacando, de igual modo, o que ocorria com as mulheres dos moradores presos pelos militares.

[...] QUE inicialmente, em 1972, estiveram na região pessoas, que mais tarde vieram a saber ser do Exército, para fazer sondagens na região. QUE em 1973, em certa ocasião chegou em sua casa, o pessoal do exército, que foram prendendo os homens da casa; QUE prenderam o seu companheiro, amarraram-no numa árvore de braços e pernas abertas, em pleno sol; QUE seu companheiro sofreu tanta violência, que a partir daí ficou doente, vindo a falecer em 1986, pondo sangue pela boca, nariz e olho; QUE as mulheres que ficaram na roça sofreram humilhações e tiveram de abandonar suas terras e vir embora para a São Domingos, para não cederem aos caprichos dos militares¹⁶⁵.

Depoimento prestado ao MPF/PA por M. L. L. nos revela formas de tortura, morte de guias do Exército, supostamente atribuída aos próprios militares, e o fato de o depoente ter sido um entre os moradores locais que guiaram as tropas federais na busca por guerrilheiros.

[...] QUE em setembro de 1971 veio a primeira guerra, no final da primeira guerra, em 1972, foi montado um posto da Polícia no entroncamento no Km 48, que nesse

163. Sr. C. S. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 08/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

164. Sr. M. M. P. A. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 10/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

165. Sra. F. P. F. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 12/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 Nov. 2014.

posto todos eram revistados, apreendidos as armas, tiram o dinheiro de todos; [...] QUE em outubro de 1973 foi preso juntamente com outros 60 a 80 moradores e transportados até Bacaba, onde ficaram presos cerca de 3 dias, sem comer nem beber, todos num quarto só, coberto de brasilite, que esse quarto era muito quente; QUE foram transportados para Marabá num caminhão grande, todos deitados um em cima do outro, que não podiam levar a cabeça nem qualquer movimento, que os soldados batiam nas cabeças dos presos com fuzis, eram todos humilhados e chamados de terroristas; [...] QUE uma parte dos presos, como não cabia no DNER, porque eram muitos, foram presos no quartel da PM, onde foram esquecidos, e não tinham nem água, sendo que um tomava a urina do outro; QUE os que ficaram no DNER eram muito judiados, os que adoeceram foram levados para Araguaína; [...] QUE viu que quando as pessoas chegavam estavam com um saco preto cobrindo todo o corpo e eram levados para a sala de investigação; QUE nessas salas eles eram torturados e uma das formas era colocar duas latinhas de guaraná sem tampa obrigando os presos a ficarem com a ponta dos pés na lata e o dedo polegar encostado na parede durante o interrogatório; QUE os que caíam da lata apanhava muito e eram obrigados a voltar para a posição já descrita; [...] QUE chegou a ver o seu vizinho chamado FREDERICO caído no chão e apanhando; QUE até mesmo viu o Sr. FREDERICO amarrado pelos pés e mãos, pendurado numa cruzeta de madeira que era colocado num buraco fundo onde diziam que iam matá-lo; QUE nesse buraco a pessoa era afundada e levantada diversas vezes; QUE viu o Sr. FREDERICO ser levantado e levar choque; QUE esta cena se repetia diversas vezes sempre acompanhada de gritos de dor; QUE acha que foi em razão dessas torturas que o Sr. FREDERICO ficou doido; [...] QUE chegou a ver presos o PIAUÍ, o DUDA e o PEDRO CARRETEL; QUE esses três foram transformados em guia; QUE esses três foram mortos no final da guerra no Bacaba; QUE o depoente acompanhava a equipe mas se separou antes deles serem mortos, só ouviu os tiros e uns quinze dias depois viu os corpos numa toca e nunca mais viu nenhum dos três; [...] QUE no tempo que serviu como guia recebia a diária de trabalhador braçal pelos dias que ia para o mato¹⁶⁶.

Uma das formas de torturas mais citadas pelos moradores é o “castigo das latinhas”, mas há também várias referências ao que supomos ser o “hino da taca”, onde os presos eram obrigados a cantar em coro e caso alguém errasse a letra, apanhava. Choques elétricos, afogamentos, ser pendurado pelos testículos à beira de um buraco faziam parte do rol de torturas dos militares. Também foram inúmeras as humilhações infligidas às mulheres. Dessa forma, em sala de aula, o professor pode juntamente com o alunado organizar, de acordo com os depoimentos, uma tabela enumerando as inúmeras formas de torturas descritas pelos moradores, desde as mais brandas às mais cruéis e suas conseqüências para os que sobreviveram.

Se, por um lado, o depoimento de P. M. N. ao MPF/PA não faz referência direta às práticas de tortura, nos permite, por outro, supor que foi expressivo o número de moradores presos e torturados pelos militares.

[...] Em 09/11/73 o Exército apareceu na casa do depoente, pois através de CEDILHO e EXPEDITO que já estavam presos souberam que o depoente conhecia

166. Sr. M. L. L. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 12/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

os guerrilheiros, inclusive tinha intercedido junto a eles em favor de EXPEDITO. Foi preso, junto com seu vizinho AMÉRICO, e levado para a delegacia de São Domingos onde pernoitou. No dia seguinte foi levado para Bacaba onde registraram a sua prisão e depois, de helicóptero, o transferiram para a sede do DNER em Marabá. Lá prestou depoimento e ficou duas noites, foi então levado para a prisão da PM em Marabá, onde encontrou vários conhecidos, eram cerca de 90 presos. Após treze dias foi levado de ônibus e de madrugada para Bacaba onde ficou preso mais um mês, até ser solto. Declara que não foi torturado e acha que isso ocorreu porque falou a verdade. No entanto, relata que ouviu barulhos de pancadas e gritos, inclusive a esposa de PEDRO CARRETEL, que já era idosa, apanhou. Tinha lá no DNER um quarto que era só para tortura. Sabe que FREDERICO, SIMÃO e ZUCA foram torturados e chegou a ver uma pessoa largada no chão¹⁶⁷.

No depoimento de V. C. M. ao PF/PA, o relato de um fato que, acreditamos, constitui-se em uma das tantas atrocidades cometidas por militares em face do movimento guerrilheiro.

[...] QUE no dia 18 de junho de 1973 o seu pai, JOAQUIM DE SOUSA MOURA, conhecido como 'JOAQUINZÃO', saiu para trabalhar, como de costume, e não mais retornou para a sua casa; [...] QUE O Exército chegou a ir várias vezes em sua casa, para fazer indagações, sobre o 'pessoal da mata', mas o seu pai sempre respondia que não os conhecia; QUE acredita que seu pai foi morto pelo Exército porque o seu nome conta do cartaz com os nomes das vítimas da guerrilha; QUE seu pai era uma pessoa muito conhecido da região; QUE naquela época fizeram várias tentativas junto ao Batalhão do Exército para tentar descobrir o que acontecera, mas nunca obtiveram informações sobre o ocorrido; QUE com o desaparecimento de seu pai, a família abandonou as terras, a casa e tudo que tinham (porco, galinha, ovelhas, etc.) e foram morar em Araguaína, porque sua mãe ficou nervosa e não quis mais ficar na região; QUE sua mãe faleceu cerca de 6 (seis) meses após o desaparecimento de seu pai¹⁶⁸.

No depoimento prestado ao MPF do Pará por S. M. R., mais um relato de morador local que, por força das torturas, se tornou guia do Exército. No mesmo fragmento de sua narrativa, revela-se mais uma forma de violência: o cárcere de familiares de presos, com vistas à manutenção de serviços domésticos em bases militares.

[...] Que na base do Exército em xambioá ficou preso num curral de arame farpado, dormindo no chão com outros presos; que apanhou e levou alguns empurrões; QUE passou a ser guia; [...] Que o João do Buraco apanhou muito na base do Exército em Xambioá; [...] Que a mulher do Batista (camponês que aderiu à guerrilha) foi presa, levada para a base de São Raimundo, onde passou a ser cozinheira; que o depoente perguntou se ela recebia salário e ela respondeu que não sabia mas que os soldados disseram que quando terminasse a guerra eles a levariam para junto da família dela no Maranhão; que a filha do casal, de aproximadamente 7 anos, também ficava na

167. Sr. P. M. N. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 14/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

168. Sr. V. C. M. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 15/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

base; que acha que a mulher se chamava Raimunda; que depois não a viu mais na base¹⁶⁹.

O depoimento de E. M. S. ao MPF/PA deixa evidente, entre tantas atrocidades, mais um caso de distúrbio psicológico decorrente das práticas de tortura.

[...] QUE nasceu no ano de 1971; QUE ficou órfã de pai quando ainda era bebê; QUE foi criada por LUÍS JOSÉ DE ASSUNÇÃO e MARIA DIAS MESSIAS que, inclusive, lhe registraram como filha; QUE sua mãe de criação lhe contou que seu pai natural, PEDRO MATIAS, foi morto pelo Exército na época da Guerrilha do Araguaia; QUE sua mãe natural de nome ANTÔNIA foi presa e torturada naquela época, vindo a ficar louca; [...] QUE sua família na época da Guerrilha foi toda dividida; QUE eram três irmãos e todos foram criados por outras pessoas, que ficaram com pena deles; [...] QUE gostaria que sua mãe natural fosse indenizada pelos danos que sofreu e pela morte de seu pai, para que pudesse ser submetida a um tratamento e ter uma vida digna¹⁷⁰.

No depoimento concedido por A. L. M. R. ao MPF/PA, outro relato de desaparecimento de lavrador na região do conflito, fato que, a exemplo de inúmeros casos, é atribuído às ações militares.

[...] QUE no ano de 1972 a declarante morava, em propriedade da família, juntamente com sua família na localidade chamada Caçador, Município de São João do Araguaia/PA; [...] QUE seu pai de nome ANTÔNIO ALFREDO seguiu para a mata em companhia dos guerrilheiros, deixando em sua casa apenas a declarante, sua mãe, seu irmão e uma sobrinha; QUE em um determinado dia, naquele mesmo ano, ao chegarem da roça encontraram a casa invadida por policiais do exército; QUE os policiais entre os quais CURIÓ por diversas vezes indagaram à declarante sobre o paradeiro de seu pai, ameaçando-a com uma arma, dizendo ainda que se apertasse o gatilho ela ficaria igual a uma peneira; QUE embora a declarante soubesse do paradeiro de seu pai não informou aos policiais; QUE no dia seguinte os policiais seguiram para a Bacaba levando junto a declarante, sua mãe e sua sobrinha de nome EDNA; QUE só o seu irmão escapou, porque antes da chegada dos militares ele tinha saído para buscar água; QUE quando chegaram na Bacaba a declarante e sua sobrinha foram mandadas para Marabá, em companhia de um soldado do Exército e sua mãe ficou na Bacaba; [...] QUE durante cerca de 7(sete) meses não soube nenhuma notícia de sua mãe e nem de seu pai; QUE perderam tudo o que tinham, saíram da casa só com a roupa do corpo; [...] QUE sua mãe falou que só foi solta depois que o Exército matou o seu pai; [...] QUE o corpo de seu pai nunca foi encontrado¹⁷¹.

169. Sr. S. M. R. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 19/07/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

170. Sra. E. M. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 02/08/2014. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

171. Sra. A. L. M. R. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 02/08/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

O depoimento de A. G. A. ao MPF/PA nos remete à natureza do terror que, não raras vezes, se estendia aos familiares dos moradores sumariamente executados ou que morriam em função das torturas infligidas pelos militares.

[...] QUE na época da Guerrilha do Araguaia era casada com o Sr. RAIMUNDO NONATO DE ARAÚJO e moravam, juntamente com três filhos de criação, em terra de propriedade do casal na localidade de São José; QUE um dia, no ano de 1972 (num sábado, pela manhã), seu marido tinha saído para Marabá, pra comprar mantimentos, chegaram em sua casa cerca de 10 soldados, comandados por uma pessoa de nome AMORIM e alegando que estavam com fome obrigaram-na fazer comida para eles; QUE após se alimentarem foram embora; QUE dessa viagem que seu marido fez para Marabá, retornou só o cadáver; QUE soube que seu marido foi espancado e abandonado na estrada, sendo levado até São Domingos, em seguida devido o seu estado de saúde foi trazido para Marabá pelo Sr. De nome JACÓ; QUE não resistiu aos ferimentos vindo a falecer no hospital; QUE o corpo de seu marido foi levado pelo Sr. MARINHO de volta para São Domingos, onde foi enterrado com a ajuda de familiares e conhecidos; QUE após uns três dias que seu marido tinha desaparecido, os militares voltaram até a sua propriedade e mandaram que ela abandonasse sua casa, deixando tudo para trás; QUE atiravam pelo terreiro matando suas criações; QUE a culpavam de ter fornecido mantimentos para os guerrilheiros; [...] QUE perdeu tudo o que tinha, passando muitas dificuldades para criar seus filhos; QUE saiu de casa só com a roupa do corpo¹⁷².

Em entrevista a Campos Filho (2012), Dona Oneide assim declara:

[...] Eu estava na cela com mais duas mulheres, a mulher de Pedro Carretel e a irmã Joana, que mora aqui em São Domingos. Um dos três soldados, que chegou com o preso com um saco na cabeça, disse para mim, lá na Bacaba: 'Aquele seu marido tinha a cabeça grande. Eu vi ele na mata. Passando por lá, eu vi a cabeça dele lá. Agora eu não procurei se era cortada ou se tava de fora; o buraco era raso e tinha três pessoas dentro. E eu acho que porco fuçou a cabeça dele lá' (CNV BRASIL, 2014, p. 695)¹⁷³.

Também era muito comum o desterro involuntário e mesmo voluntário de moradores, a queima de casas e provisões, o extermínio de criações e, em alguns casos, a imposição de trabalhos forçados que, conseqüentemente, acarretava a desestruturação familiar. Para corroborar com a nossa fala, vejamos o que diz o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014):

Além da violência física, nota-se nos relatos dos regionais, que o Estado recorreu também à privação dos meios de sobrevivência de parte da população. Queimavam suas plantações, proibiam o retorno temporário às suas terras ou, até mesmo, os expulsavam definitivamente. As violações não somente comprometiam de maneira direta a subsistência das famílias, mas, também ameaçavam a existência da

172. Sra. A. G. A. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal do Pará, em 14/08/2001. In: *Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Disponível em: <www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2014.

173. Entrevista de Oneide Martins Rodrigues, viúva de Alfredo, camponês desaparecido na guerrilha, concedida a Romualdo Pessoa Campos Filho, em 1996. In: *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. V. I. Brasília, 2014.

comunidade, uma vez que interferiam com, ou até mesmo rompiam os pressupostos básicos que selavam os laços que a constituíam. Mais uma vez, como indicam os documentos militares, tudo com o intuito de isolar as forças guerrilheiras de seus *pontos de apoio*. Em outras palavras, a população, mesmo quando não classificada como ‘rede de apoio’ da guerrilha, era submetida a esse tipo de privação, sob a justificativa de que suas terras e plantações poderiam servir aos guerrilheiros como fontes de alimentos (BRASIL, p. 702)¹⁷⁴.

Portanto, prisão, espancamentos, torturas e mortes de moradores no Araguaia foi uma prática constante durante o conflito. Nos depoimentos ficam transparentes as várias formas de violência, como as dos “buracos”, também conhecidos como “buracos do Vietnã”, e as das “latinhas”, entre tantas outras.

3.5. A TEMÁTICA DA MEMÓRIA



Figura 1: Museu da Guerrilha do Araguaia (São Geraldo/PA).
Fonte: Dados da pesquisa.

174. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V. I. Brasília, 2014. Disponível em: <www.cnv.org.br>. Acesso em: 07 abr. 2016.



Figura 2: Monumento à Guerrilha do Araguaia (Xambioá/TO).
Fonte: Dados da pesquisa.

As duas fotos acima representam, ou deveriam representar, lugares de memória. Em relação aos lugares da memória, Pierre Nora (1993, p. 7) esclarece que “há locais de memória porque não há mais meios de memória”. E ainda que “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história” (NORA, 1993, p. 8). Dessa forma, “os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela ignora” (NORA, 1993, p. 12-13).

Paul Ricoeur (2010), por seu turno, a respeito dos lugares da memória, assinala:

Esses lugares de memória funcionam principalmente à maneira dos *reminders*, dos indícios de recordação, ao oferecerem alternadamente um apoio à memória que falha, uma luta na luta contra o esquecimento, até mesmo uma suplementação tácita da memória morta. Os lugares ‘permanecem’ como inscrições, monumentos, potencialmente como documentos, enquanto as lembranças transmitidas unicamente pela voz voam, como voam as palavras (RICOEUR, 2010, p. 58).

Significa dizer que esses lugares de memória (nesse caso, o museu e o monumento) que confirmariam uma memória oficial e dominante, uma memória já consolidada, representam, na verdade, o esquecimento da mesma, já que se encontram totalmente desestruturados. Portanto, mesmo enquanto memória oficial, esses lugares – quando funcionavam – pouco contribuíram para o desenvolvimento de uma consciência histórica nos termos ruseniano.

No que tange à primeira imagem, ou seja, àquela relativa ao museu de São Geraldo do Araguaia (PA), o administrador reclama do poder público por não ajudá-lo em seus esforços para a reestruturação do local, embora seja de seu conhecimento o fato de que, no início, a entidade foi contemplada com verbas públicas municipais.

Em agosto de 2015, entretanto, a Comissão da Verdade do Pará em ação conjunta com a Universidade do Sul e Sudoeste do Pará (UNIFESSPA) e a Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia (ATGA), depois de recolher vasto material na entidade, afirmou que o referido museu servia de fachada para ação de vigilância e monitoramento da repressão política desde o final da guerrilha até os anos iniciais do século XXI. O agente dessa ação seria o Sr Eduardo Lemos Porto, o qual faria do CENIMAR desde 1973, sendo, por isso, um infiltrado a serviço do Estado¹⁷⁵. No entanto, o Sr. Eduardo rechaça essa acusação e se diz perseguido por Paulo Fonteles Filho.

Estivemos no museu e constatamos o estado deplorável em que se encontra o local. Dessa forma, não podemos atribuir um juízo sobre essa questão, deixando assim em aberto para uma futura avaliação por parte de professores, alunos e da comunidade em geral.



Figura 3: Museu da Guerrilha do Araguaia (São Geraldo/PA).
Fonte: *Blog* do Paulo Fonteles Filho.

175. Para uma leitura mais consistente a respeito, conferir informação disponível em: www.paulofontelesfilho.blogspot.com.br. Acesso em: 10 ago. 2015.



Figura 4: Membros da Comissão da Verdade do Pará, em inspeção no museu da Guerrilha do Araguaia (São Geraldo/PA).
Fonte: *Blog* do Paulo Fonteles Filho.



Figura 5: Membros da Comissão da Verdade do Pará.
Fonte: *Blog* do Paulo Fonteles Filho.



Figura 6: Membro da Comissão da Verdade do Pará.
Fonte: *Blog* do Paulo Fonteles Filho.

Quanto ao memorial de Xambioá/TO, apresentado na segunda imagem exposta no início desta seção, foi erigido principalmente a partir dos esforços do ex-guerrilheiro Michéas Gomes de Almeida (conhecido como Zezinho do Araguaia e reconhecido pela Comissão Nacional da Verdade), com a ajuda de políticos regionais e dos vereadores locais, os quais, inclusive lhe outorgaram o título de cidadão xambioense, em sessão solene na câmara municipal. Nesse mesmo ato, inaugurou-se a primeira fase da obra, com a presença de várias autoridades públicas e representantes dos direitos humanos. O totem ou obelisco, estrutura de aço em concreto armado que constitui o portal do memorial¹⁷⁶, foi desenhado por Oscar Niemeyer. O projeto do memorial foi aprovado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN. Construído com verbas públicas, deveria estar à disposição do público interessado, como pesquisadores, professores e alunos. No entanto, o mesmo não cumpre sua função social, haja vista o abandono em que se encontra, existindo apenas a estrutura ainda em boa forma, mas desprovido de materiais necessários à sua finalidade.

Em ambos os casos, portanto, essas intencionalidades parecem convergir para o mau uso dessa memória, pois inferimos que esses propósitos têm um cunho individualista, ao tempo em que também está a serviço de uma memória dominadora, coletiva e oficial,

176. Ver foto nos apêndices.

permanecendo latente aos olhos da maioria da população, quando, na verdade, esses lugares de memória deveriam contribuir para o não esquecimento dessa memória. Sendo assim, esses lugares nem de “restos” podemos chamar.



Figura 7: Prefeita de Xambioá (Sílvia Machado) no memorial, ao lado de Zezinho (camisa branca) e secretários municipais, em 2012.
Fonte: Portal Vermelho.



Figura 8: Prefeita de Xambioá (Sílvia Machado) no memorial, ao lado de Zezinho (camisa branca) e secretários municipais, em 2012.
Fonte: Portal Vermelho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho analisou a Guerrilha do Araguaia a partir de leituras jornalísticas, acadêmicas, documentos oficiais, relatórios, diários, jornais, entre outros. Nosso objetivo foi trazer para a cena histórica e para dentro da sala de aula as memórias que ficaram à margem do processo, ou seja, as “memórias subterrâneas”, em uma perspectiva da “história vista de baixo”, dando ênfase às narrativas ou depoimentos dos moradores da região. De igual modo, utilizamos documentos de militantes e dos militares envolvidos no conflito, como aqueles contidos nos “Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia”, cujo conteúdo comporta 1.167 páginas, em um total de 112 documentos, sendo sua maioria por nós utilizada.

Elaboramos um breve histórico da memória social da guerrilha, no qual fizemos uma ampla atualização bibliográfica sobre o tema, inclusive com publicações mais recentes. Na sequência, selecionamos alguns desses trabalhos, em sua maioria jornalística, assim como produções acadêmicas e um trabalho romanceado, problematizando narrativas, considerando o fato de essas constituírem ou não sentido histórico ou consciência histórica. No entanto, inferimos que tais narrativas contribuem para a consolidação de uma memória histórica oficial que permeia todo um imaginário social, inclusive na região do conflito, reverberando na sala de aula, já que são essas leituras que a maioria dos professores tem acesso, seja via internet, livros, revistas e jornais, por exemplo. Isso, porém, não exclui a possibilidade de professores que atuam na região utilizarem outros recursos, como a oralidade, conforme vimos nos depoimentos de alguns docentes.

Na sequência do trabalho, transcrevemos os depoimentos dos professores que atuam na região onde se desenvolveu o conflito. Discorremos também sobre alguns aspectos do processo conflituoso, como a questão dos apoios a ambos os lados do imbróglio, sobre a participação ou não de religiosos na contenda, do uso do transporte aéreo e da propaganda desenvolvida pelos dois grupos no conflito. Assim, além das narrativas de ambos os envolvidos na luta, inserimos também as falas dos moradores regionais sobre essas questões. Nas entrevistas ou conversas com os docentes, também exploramos esses temas, além de outros, para assim podermos fazer inferências sobre como desenvolvem essa temática em sala de aula.

Nas narrativas docentes, evidenciou-se que todos os docentes entrevistados trabalham o tema em suas aulas, uns mais que outros, apesar de alguns equívocos com relação

a algumas questões (como, por exemplo, confundir a linha de ação política adotada pelo PC do B como sendo foquista ou castro-guevarista, quando na verdade era maoísta). Nessas falas, declaram que buscam material de apoio para o trabalho em sala, dado que a maioria dos manuais didáticos admitidos pelas escolas não contempla o tema; quando contempla, limita-se a algumas poucas linhas. Alguns docentes, quando possível, recorrem à oralidade, visto que são poucos os regionais que viveram na época do episódio que se dispõem em falar sobre o assunto. Portanto, concluímos que predomina entre os docentes uma “memória histórica”, assim como uma “memória quase que herdada”; em alguns casos, uma “memória herdada”.

Dessa forma, o alunado da região, apesar da reclamação dos docentes acerca de seu pouco interesse pelo assunto, convive com essas várias memórias, seja na escola ou em outros espaços, o que não significa que alguns não sejam totalmente alheios ao tema, já que questões relativas ao conflito só são desenvolvidas no último ano do ensino fundamental e no final do ensino médio, embora no Estado do Pará façam parte de suas propostas curriculares para ambos os segmentos.

Também discorremos sobre a influência da Guerrilha do Araguaia sobre os conflitos agrários que ocorreram na região depois de seu desmantelamento. Na perspectiva de “a guerra que veio depois”, parece ficar bastante claro que o movimento guerrilheiro foi um fato marcante na história, pois praticamente quase tudo o que aconteceu depois na região está direta ou indiretamente relacionado ao episódio. O que não significa dizer que antes do episódio da guerrilha não houvesse conflitos e resistências por parte dos explorados. Aqui utilizamos a memória histórica, bem como as narrativas dos agentes estatais, dos militantes e dos moradores da região, explorando também o tema nas entrevistas com os docentes.

No último capítulo, nossa escrita pretendeu ser propositiva, apesar de o trabalho, de forma geral, já ser uma proposição desde o primeiro capítulo. Elencamos alguns aspectos poucos enfatizados no corpo do trabalho, como a questão do envolvimento dos indígenas *Aykewara* ou *Suruís* efetivada de maneira arbitrária pelos militares para isolar e capturar os guerrilheiros, o que ocorreu também com os lavradores da região. O conjunto de estratégias desenvolvidas no âmbito da Ação Cívico-Social - Aciso, os armamentos utilizados por ambos os grupos no embate, as prisões, torturas e mortes, além da expulsão e queima de roças e casas dos moradores da região, são também enfatizados. Assim, a partir da seleção de trechos das narrativas dos militares, militantes e dos moradores, confrontamos essas falas sob uma perspectiva de que sejam facultadas aos docentes e ao alunado as várias formas de trabalhar esse material, bem como as inúmeras interpretações dessas narrativas, embora evidenciando a

nossa e apontando aos docentes algumas propostas que podem ser implementadas durante o trabalho com o tema.

Entendemos, no entanto, que o nosso trabalho se constitui em uma pequena contribuição no processo de desvelamento e de compreensão das memórias e representações dos episódios da Guerrilha do Araguaia, pois ainda há muito para ser pesquisado. Assim, esperamos que essa nossa contribuição faça alguma diferença para a prática docente e ao principal sujeito no processo ensino-aprendizagem, que é o alunado. Também queremos registrar aqui que essas memórias às quais demos mais ênfase, ou seja, as “memórias subterrâneas”, são de suma importância nesse processo de desconstrução e de construção do tema, pois essas memórias, que por tanto tempo foram reprimidas e subtraídas da memória histórica ou oficial do episódio, ultimamente têm aflorado e contribuído para uma melhor compreensão do movimento guerrilheiro.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História** – fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História** – ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/A, 1989.
- BURKE, Peter. **Varieties of history cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2012.
- _____. **Araguaia: depois da guerrilha outra guerra**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.
- FERRAZ, Siney. **O Movimento Camponês no Bico do Papagaio: sete barracas em busca de um elo**. 2. ed. Imperatriz: Ética Editora, 2000.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. 4. ed. Campinas: Papirus Editora, 2005.
- _____. **Caminhos da História Ensinada**. 8. ed. Campinas: Papirus Editora, 2011.
- GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas** – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo; Editora Ática, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- JOFFILY, Bernardo. **Osvaldão e a Saga do Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares**. São Paulo: Editora da Ufscar, 2003.
- MECHI, Patrícia Sposito. **Os Protagonistas dos Araguaia: trajetória, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. 2012. 401f. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MEDEIROS, Euclides Antunes. **Guerrilha do Araguaia: Memórias à margem da história. Outros Tempos**, São Luís, v. 10, n. 16, p. 262-290, 2013.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso. In: _____; S. Lagazzi-Rodrigues (Org.). **Introdução as Ciências da Linguagem** – Discurso e Textualidade. Campinas: Pontes, 2006, p. 11-31.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set./dez. 2011.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Memória e Diálogo: Desafios da História Oral para a Ideologia do Século XXI. Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti (Org.). In: **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: FGV/FOC, 2000.

_____. **Sonhos Ucrônicos** – Memórias e Possíveis Mundos dos Trabalhadores. São Paulo: Projeto História, 1993.

REBELLO, Gilson. **A Guerrilha de Caparaó**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Papirus Editora, 1994.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

SÁ, Glênio. **Relato de um Guerrilheiro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990.

STUDART, Hugo. **A Lei da Selva – Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

_____. **Em algum lugar das selvas amazônicas**: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). 2013. 573f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RÜSEN, Jörn. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

_____. **Razão Histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Reconstrução do Passado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

_____. **História Viva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

_____. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

Sugestões de leituras

AMORIM, Carlos. **Araguaia: Histórias de Amor e de Guerra**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

BRUM, Liniane Haag. **Antes do Passado: o silêncio que vem do Araguaia**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012.

MOURA, Clóvis. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A Guerrilha do Araguaia: Paulistas e Militares na Amazônia**. 2000. 198f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

NOLETO, Agostinho. **Guerrilheiros sem Rosto**. Imperatriz: Ética Editora, 1995.

NOSSA, Leonêncio. **Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RIBEIRO, Bruno. **Helenira Resende – e a guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias**. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, Wellington Sampaio da. **A Guerra Silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia**. 2008. 133f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Histórica) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2008.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

WHITE, Hayden. **Metahistória: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 2008.

Fontes/Documentos

CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá: Guerrilha no Araguaia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

GASPARI, Elio. A floresta dos homens sem alma. In: **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 399-464.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia** – os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

PORTELA, Fernando Portela. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Editora Global, 1979.

Guerra Popular Prolongada: caminho para a luta armada no Brasil – PC do B.

Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia.

O Diário do Velho Mário.

Relatório Arroyo.

Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Jornal Voz do Norte.

Vídeos

ARAGUAYA: a conspiração do silêncio. Produção de Ronaldo Duque. Brasil: 2004. 1 DVD (105 min.).

CAMPONESES do Araguaia: a guerrilha vista por dentro. Produção Vandrê Fernandes. Brasil: Oka Produções/Instituto Maurício Grabois, 2010. 1 DVD (73 min.).

ESSE HOMEM vai morrer – um fardoeste caboclo. Produção de Emílio Gallo. Brasil: Lumini Filmes, 2011. 1 DVD (75 min.).

APÊNDICES



Figura 9: Museu da Guerrilha do Araguaia (São Geraldo do Araguaia-PA).
Fonte: Arquivo do autor.



Figura 10: Museu da Guerrilha do Araguaia (São Geraldo do Araguaia-PA).
Fonte: Arquivo do autor.



Figura 11: Museu da Guerrilha do Araguaia (São Geraldo do Araguaia-PA).
Fonte: Arquivo do autor



Figura 12: Museu da Guerrilha do Araguaia (São Geraldo do Araguaia-PA).
Fonte: Arquivo do autor.



Figura 13: Museu da Guerrilha do Araguaia (São Geraldo do Araguaia-PA).
Fonte: Arquivo do autor.



Figura 14: Museu da Guerrilha do Araguaia (São Geraldo do Araguaia-PA).
Fonte: Arquivo do autor.

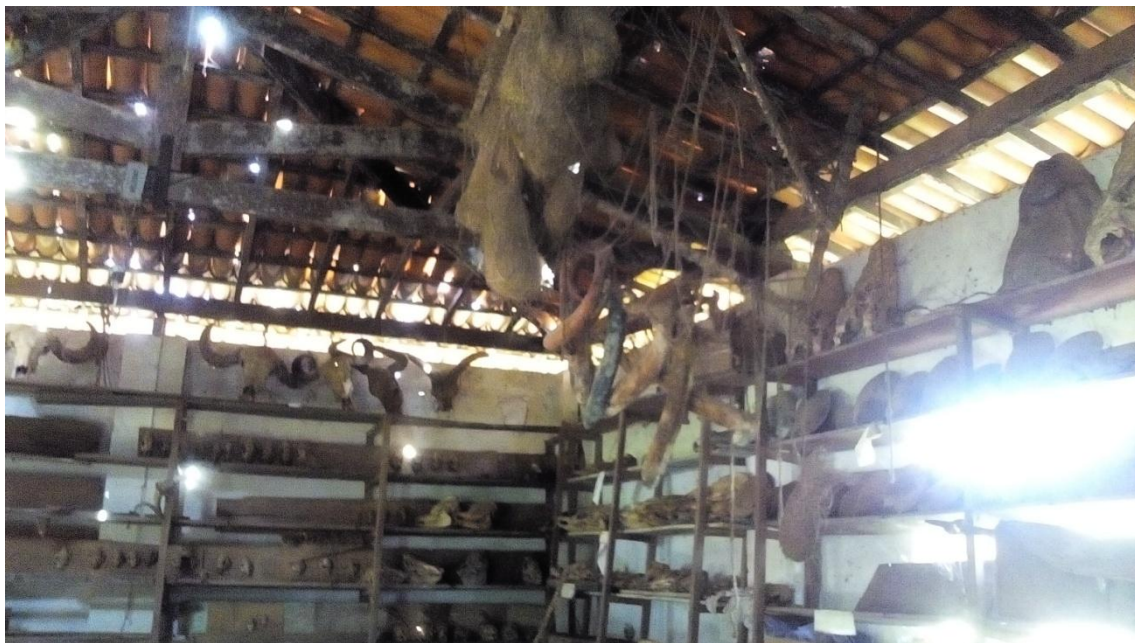


Figura 15: Museu da Guerrilha do Araguaia (São Geraldo do Araguaia-PA).
Fonte: Arquivo do autor.



Figura 16: Museu da Guerrilha do Araguaia (São Geraldo do Araguaia-PA).
Fonte: Arquivo do autor.



Figura 17: Monumento à Guerrilha do Araguaia (Xambioá-TO).

Fonte: Arquivo do autor.



Figura 18: Monumento à Guerrilha do Araguaia (Xambioá-TO).

Fonte: Arquivo do autor.



Figura 19: Monumento à Guerrilha do Araguaia (Xambioá-TO).

Fonte: Arquivo do autor.



Figura 20: Monumento à Guerrilha do Araguaia (Xambioá-TO).

Fonte: Arquivo do autor.



Figura 21: Monumento à Guerrilha do Araguaia (Xambioá-TO).

Fonte: Arquivo do autor.



Figura 22: Rio Araguaia em Xambioá-TO. Ao fundo, a Serra das Andorinhas-PA.

Fonte: Arquivo do autor.



Figura 23: Rio Araguaia em Xambioá-TO. Ao fundo, a cidade de São Geraldo do Araguaia-PA.
Fonte: Arquivo do autor.



Figura 24: Rio Araguaia em Araguatins-TO.
Fonte: Arquivo do autor.



Figura 25: Pôr do Sol do Araguaia em Araguatins-TO.
Fonte: Arquivo do autor.

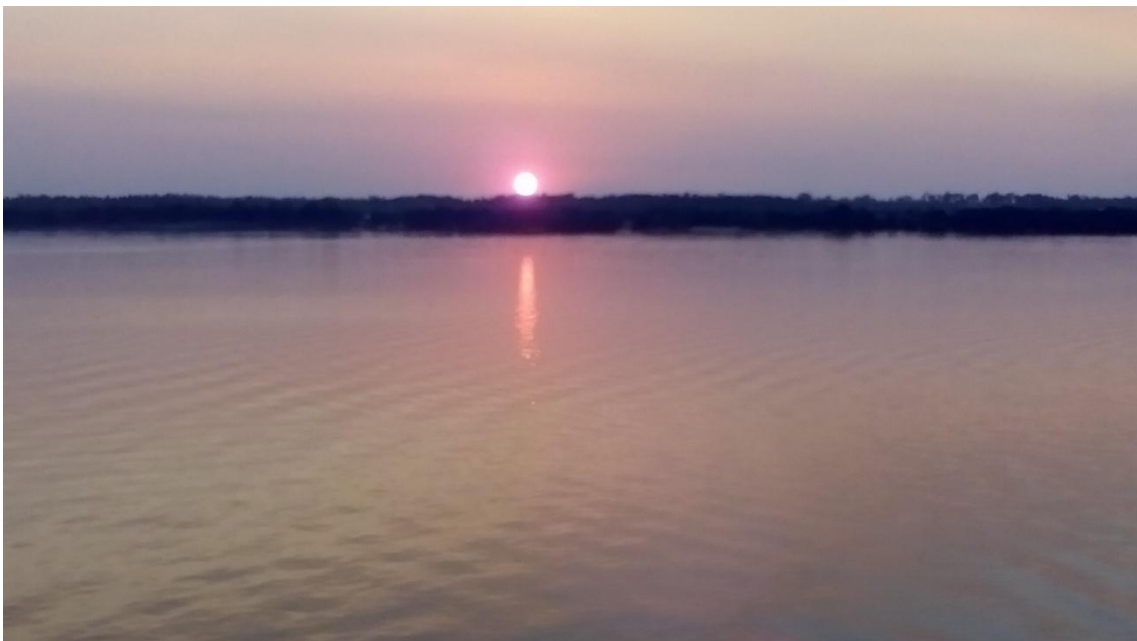


Figura 26: Pôr do Sol do Araguaia em Araguatins-TO.
Fonte: Arquivo do autor.

TABELA 1- QUANTITATIVO DE PROFESSORES E ALUNOS

CIDADE	ESCOLA	Nº DE ALUNOS	Nº DE PROFESSORES EFETIVOS	Nº DE PROFESSORES CONTRATADOS
Araguatins	Centro de Ensino Médio Professora Antonina Milhomem	1.033	01	02
	Colégio Estadual Osvaldo Franco	917	01	02
São Geraldo	Escola Estadual Lenílson Luís Miranda	284	02	-
	Escola Estadual de Ensino Médio Macário Dantas	720	05	-
	Escola Municipal Limírio Rodrigues	280	02	-
Xambioá	Escola Estadual José Bonifácio	320	02	-
	Escola Estadual Professora Juliana Barros	520	01	01

Fonte: dados da pesquisa

ANEXOS

O principal exemplo de guerrilha rural contra a ditadura foi a Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre os anos de 1971 e 1974, nas matas do rio Araguaia, na região amazônica. Os guerrilheiros instalaram vários postos nas matas estocando mantimentos, armas e munições. Para combatê-los, o Exército montou uma base militar e postos policiais na região. O governo mobilizou aproximadamente 10 mil soldados para combater cerca de 70 guerrilheiros, sufocando o movimento e executando a maioria de seus membros.

Figura 28: Fragmento sobre a Guerrilha do Araguaia.

Fonte: Livro Didático de História (3º ano do ensino médio), Coleção Novo Olhar – Autores: Marco Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg. São Paulo: Editora FTD, 2013.

Além da guerrilha urbana, existiam grupos guerrilheiros que atuavam no campo. O mais importante deles foi a Guerrilha do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), uma dissidência do PCB surgida em 1962. Desde 1967, integrantes do partido deslocaram-se para o norte de Goiás, misturando-se à população local. Entre 1972 e 1974, destacamentos das Forças Armadas combateram os guerrilheiros do PC do B. Além dos sete militantes oficialmente mortos, há cerca de setenta desaparecidos políticos até hoje.

Figura 29: Fragmento sobre a Guerrilha do Araguaia.

Fonte: Livro Didático de História (9º ano), Coleção História nos Dias de Hoje – Autores: Flávio de Campos, Regina Claro e Míriam Dalhnikoff. São Paulo: Editora Leya, 2013.

Ainda durante o governo Médici, um grupo de 69 membros do Partido Comunista do Brasil instalou-se no Araguaia, na área conhecida como Bico do Papagaio, entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins, a fim de montar **núcleos guerrilheiros** na região. O governo, porém, reagiu, enviando para a região 20 mil homens, que liquidaram os focos de guerrilha ali existentes. No final do governo Médici, a guerrilha já havia sido desmantelada e seus integrantes estavam presos, mortos ou exilados.

Figura 30: Fragmento sobre a Guerrilha do Araguaia.

Fonte: Livro Didático de História (9º ano), Coleção História Sociedade & Cidadania – Autor: Alfredo Boulos Júnior. São Paulo: Editora FTD, 2013.

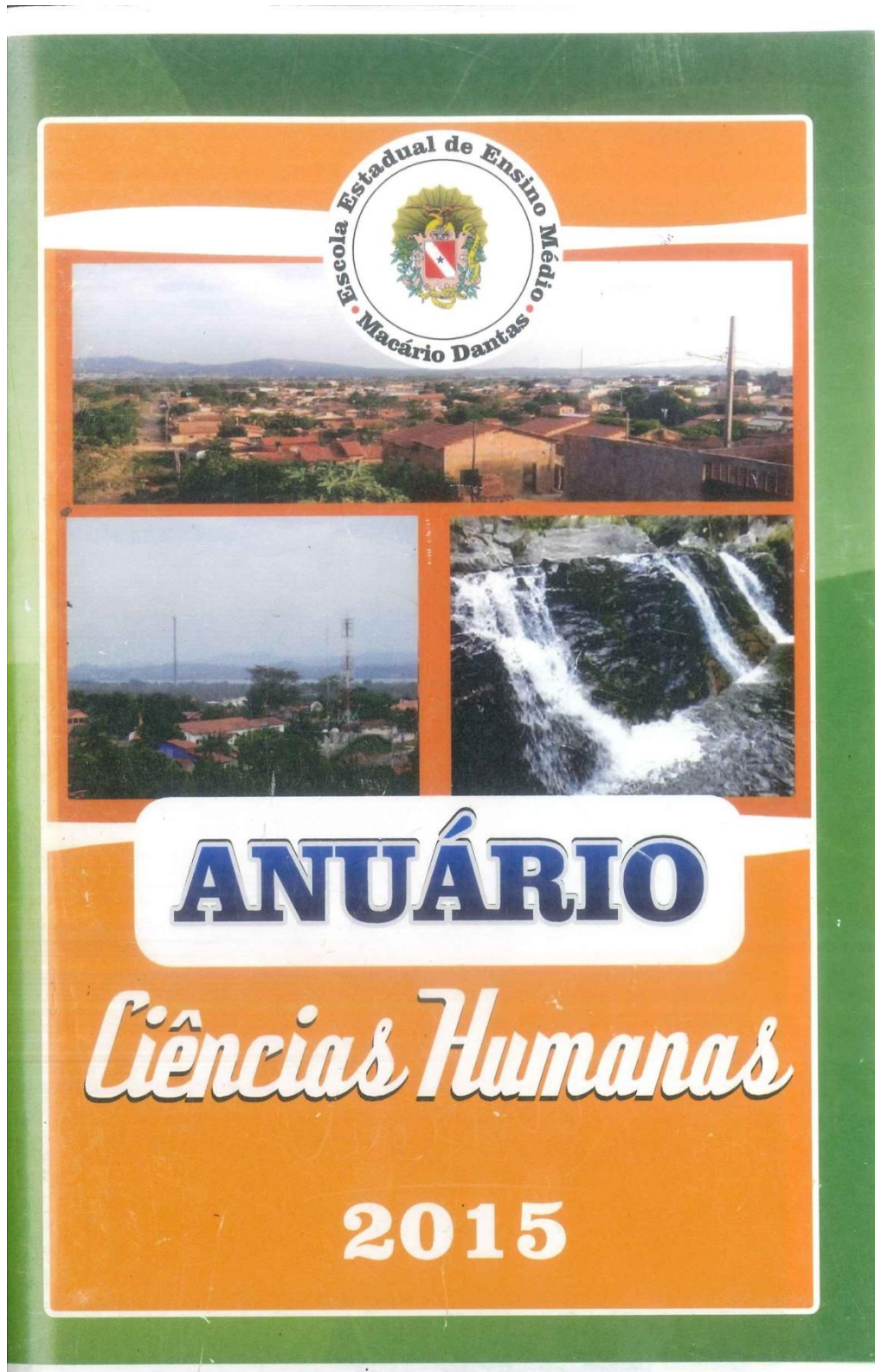


Figura 31: Fragmento sobre a Guerrilha do Araguaia.

Fonte: Escola Estadual de Ensino Médio Macário Dantas (São Geraldo do Araguaia/PA).

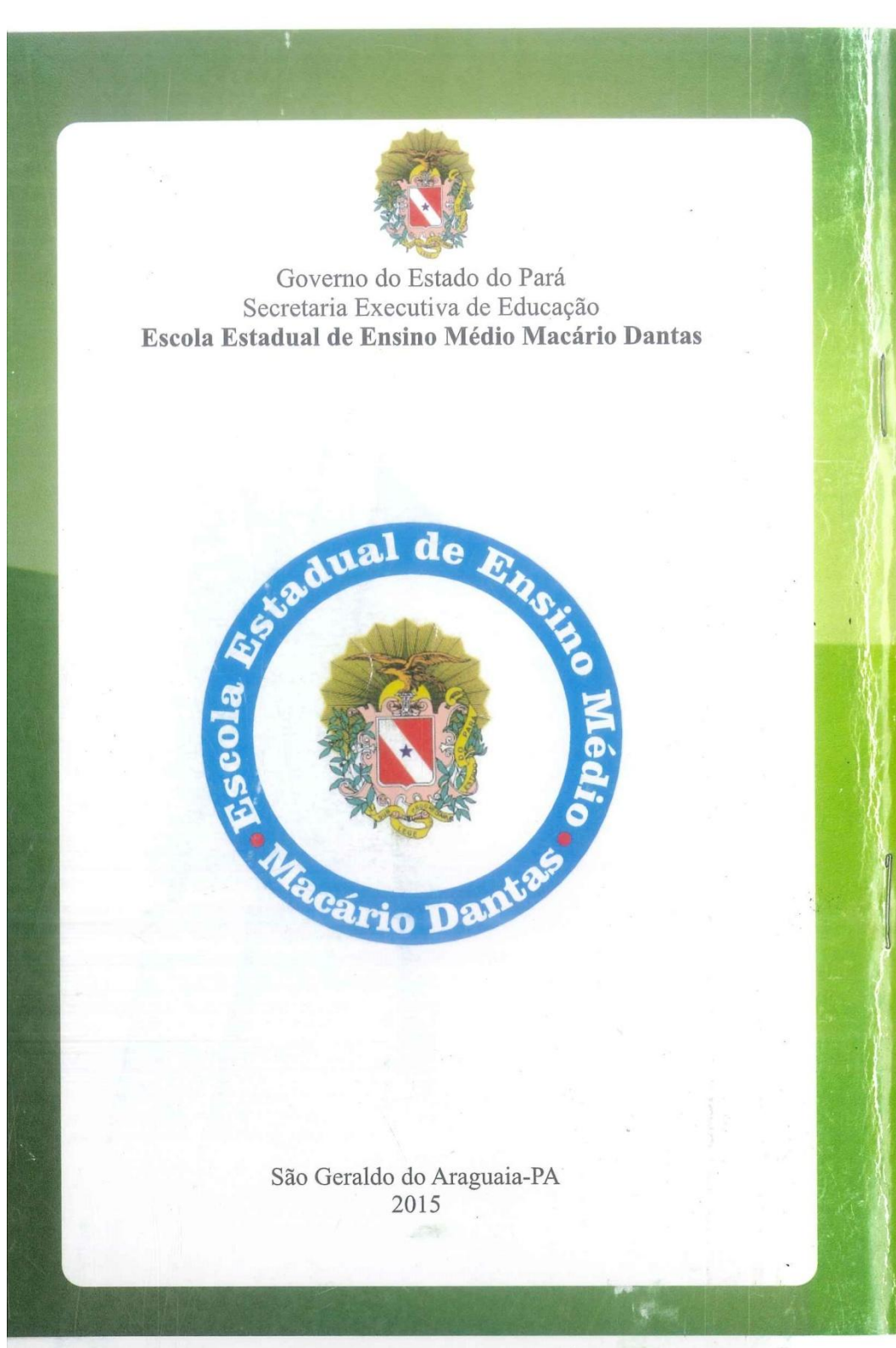


Figura 32: Fragmento sobre a Guerrilha do Araguaia.

Fonte: Escola Estadual de Ensino Médio Macário Dantas (São Geraldo do Araguaia/PA).

A GUERRILHA DO ARAGUAIA

A guerrilha do Araguaia foi um movimento guerrilheiro existente na região Amazônica brasileira. Ao longo do Rio Araguaia, entre os fins da década de 1960, e a primeira metade da década de 1970. Criado pelo partido comunista do Brasil (PC do B) tinha por objetivo fermentar uma revolução socialista, a ser iniciada, baseada na experiência vitoriosa da revolução Cubana e da Revolução Chinesa.



Nikely Diocizio Cunha
M2TR03

Combatida pelas forças armadas a partir de 1972, quando vários de seus integrantes já haviam se estabelecido na região a pelo menos seis anos, o palco das operações de combate entre a guerrilha e os militares se deu onde os estados de Goiás, Pará e Maranhão faziam divisa.

Nos anos 60 do século XX, a região ao longo do qual corre o Rio Araguaia era habitada por brasileiros em sua maioria vindos de outras regiões, principalmente do nordeste do país. Eram homens atrás de pedras preciosas atrás de peles de animais migrantes procurando todo tipo de trabalho e riqueza que aquelas áreas virgens pudessem oferecer. Famílias inteiras, fugindo da seca nordestina, trabalhavam em fazendas por menos de um salário mínimo. Muitos plantavam mandioca e castanha-do-pará, a maioria analfabeta e explorada por poucos proprietários de terra, grileiros do lugar. Era local ideal, segundo o PC do B, para o início de uma revolta popular. A mesma avaliação, depois de descoberta a guerrilha, foi feita pelo Ceminar, o Centro de informação da Marinha, que informava em relatório que a população da região vivia na miséria, sob os domínios latifundiários e autoridades municipais corruptas.

Dessa forma a guerrilha do Araguaia representava para esses jovens intelectuais uma possibilidade de retomada do poder das mãos dos militares, que governavam de forma arbitrária e autoritária, suprimindo os direitos dos cidadãos. Com sede de mudanças esses jovens embrenharam-se na mata amazônica em busca do que para eles seria a sonho de um país mais democrático.

Figura 33: Fragmento sobre a Guerrilha do Araguaia.

Fonte: Escola Estadual de Ensino Médio Macário Dantas (São Geraldo do Araguaia/PA).

SÃO GERALDO DO ARAGUAIA E A GUERRILHA DO ARAGUAIA



Emilene Conceição Alves
M2TR01

Guerra realizada e idealizada “na surdina”. Calada peãs mordanças da censura durante o período do regime militar(ditadura militar), mas até hoje profundamente marcada e enraizada no coração dos moradores da nossa região, de abril de 1972 a janeiro de 1975, São Geraldo foi palco de uma guerrilha (guerrilha do Araguaia) entre revolucionários e o regime militar, implantado no país pela revolução de 1964. A comunidade São-geraldense, que não tinha nada a ver com isso se viu envolvida numa teia de mortes, opressão, tristeza e destruição.

Essa guerra, jamais admitida pelos governos militares ditatoriais, foi uma grande operação militar desenvolvida e planejada sigilosamente pelas forças armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica e mobilizou, no auge do conflito, cerca de 3.200 militares e 12 aviões, incluindo quatro caças de combate T-6, para lutar contra os guerrilheiros do PCdoB, uma dissidência armada do partido comunista do brasileiro, tinha entre eles o ex-presidente do partido dos trabalhadores, Jose Genoino, o engenheiro e campeão de boxe Osvaldão Orlando da Costa, o ex-deputado federal Maurício Grabois, João Amazonas, o líder máximo do partido.

Figura 34: Fragmento sobre a Guerrilha do Araguaia.

Fonte: Escola Estadual de Ensino Médio Macário Dantas (São Geraldo do Araguaia/PA).

Os moradores do local que nem sabiam o que era um regime militar, sofreram todos os tipos de perdas que estão intrínsecos numa guerra, hoje se fecham no silêncio. Com o término da guerra, o governo rebatizou a serra dos martírios como serra das Andorinhas, para não associar o nome de tão belo lugar ao triste acontecimento que foi a guerrilha do Araguaia.

Vegetação: a vegetação do município é representada pela floresta tropical úmida do subtipo submontanha em relevo aplainado e pela floresta aberta mista ou cocau, que reencobrem a maior extensão.

Relevo: acompanha a geologia, o relevo é representado pela superfícies pediplanadas em rochas, recoberta por depósito superficiais, áreas dissecadas em colinas e ravinas que constituem a maior porção da área e eventuais serras.

Hidrografia: na hidrografia destaca-se o rio Araguaia, a leste e a sudeste, no limite com o estado do Tocantins.

Clima: insere-se na categoria de equatorial super-úmido, tipo AM, na classificação hoppen.

Turismo: São Geraldo terra abençoada por Deus com inúmeros pontos de beleza naturais que em todos desperta encantamento, admiração, mageado pelo famoso e belo rio Araguaia, tem como atração em julho a praia da gaivota, e belas cachoeiras como "três quedas" e "Paulinho", também serra das andorinhas e um ponto de encontro noturno a "praça Edson de Jesus".

Figura 35: Fragmento sobre a Guerrilha do Araguaia.

Fonte: Escola Estadual de Ensino Médio Macário Dantas (São Geraldo do Araguaia/PA).